



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VIOLETA DE LOURDES JANSEN DE MEDEIROS

**INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCG E CAPITAL SOCIAL: CONSTRUINDO CAMINHOS
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

VIOLETA DE LOURDES JANSEN DE MEDEIROS

**INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCG E CAPITAL SOCIAL: CONSTRUINDO CAMINHOS
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional

Subárea: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Professora Orientadora: Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Dra.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M488i Medeiros, Violeta de Lourdes Jansen de.

Incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários - IUEES/UFCG e capital social [manuscrito] : construindo caminhos para o desenvolvimento territorial / Violeta de Lourdes Jansen de Medeiros. - 2014.

99 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Departamento de Ciências Sociais".

1. Economia Solidária. 2. Capital Social. 3. Desenvolvimento Territorial. 4. Programa de extensão universitária. I. Título.

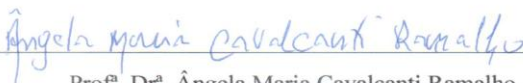
21. ed. CDD 338.9

VIOLETA DE LOURDES JANSEN DE MEDEIROS

**Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários –
IUEES/UFCG e Capital Social: Construindo Caminhos para o Desenvolvimento
Territorial.**

Dissertação aprovada em 07/05/2014.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr.ª. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho
Orientadora – UEPB



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa
Examinador Interno – UEPB



Prof.ª. Dr.ª. Leiliam Cruz Dantas
Examinadora Externa – UFCG

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2014

Aos Meus pais (*in memoriam*),
Maria Consuêlo Jansen de Medeiros e
Octacílio de Medeiros,
por tudo o que me fizeram ver.

Aos meus filhos,
Sofia Jansen de Medeiros Alves e
Gibran Jansen de Medeiros Alves,
por tudo o que me fazem sentir.

**“Ainda que eu falasse a língua dos homens e falasse a
língua dos anjos, sem amor eu nada seria”**

(Renato Russo)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir chegar até aqui.

A Gizinho, Sofia e Juan, pela “assistência técnica”,

A Gibran, pela companhia e carinho nas noites de “serão”,

Aos amigos:

Júlio, por ter me apresentado e deixado na “porta” do MDR;

Wanda, Kely e Carla pela amizade e constante presença;

Augustinho, pelos toques e retoques. Fundamentais.

Oliveirinha, pela gentileza de me atender prontamente, na hora H.

À turma 2012 do MDR, novos amigos.

Aos professores da Unidade Acadêmica de Engenharia de Materiais da UFCG, pelo incentivo e liberação;

Aos professores que compõem o MDR, pela acolhida e convivência durante todo o curso;

À professora Ângela Ramalho, minha orientadora, pelo carinho, respeito, dedicação e humildade;

À professora Crislene Rodrigues da Silva Moraes, Coordenadora da IUEES/UFCG, por me dar acesso a todo o material e informações necessárias, pela ética e respeito com que tratou todo o processo de investigação;

À Lucinalva e Sérgio, que me guiaram pelos caminhos de Sossêgo – PB;

Às mulheres do Bairro Mutirão, em Campina Grande – PB, e dos assentamentos Padre Assis, São Luís, Santo Antônio e Sombrio, em Sossêgo – PB, pela contribuição com esse trabalho e pelo exemplo de vida e de dignidade.

Aos professores Luciano Albino e Leiliam Cruz Dantas, pela gentileza e delicadeza em aceitarem o convite para participar da banca de avaliação desse trabalho. Contribuições imprescindíveis.

RESUMO

MEDEIROS, V.L.J. **Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG e Capital Social: Construindo Caminhos para o Desenvolvimento Territorial.** 99 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, PB, abril de 2014.

Nas últimas décadas, mais expressivamente a partir dos anos de 1990, a discussão teórica acerca da questão do “desenvolvimento” tem ampliado o debate a partir de novos contornos e elementos, trazendo para o bojo da discussão, indicadores relacionados às condições humanas, à qualidade de vida e ao bem-estar das populações, em contraponto à racionalidade meramente econômica, até então considerada como alavanca para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico de países, regiões ou territórios de menor extensão geográfica. A participação efetiva da população na vida comunitária, nos âmbitos político, econômico e social, também é levada em conta nessa nova perspectiva de “desenvolvimento”. Essa condição de agente participativo, atuante na vida comunitária, condiz com o conceito de Capital Social, e com a concepção de “território construído”, onde o território é considerado o palco de uma dinâmica social em que diversos atores interagem entre si e com o meio, definindo identidade própria a cada lugar. À luz dessas categorias, propõe-se observar as ações da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG, enquanto executora de projetos de extensão universitária, com o objetivo de analisar se, ou como, ela tem contribuído para potencializar o capital social e o desenvolvimento territorial no seu campo de atuação. Para tanto, foram considerados dois projetos para investigação: o primeiro projeto é desenvolvido com um grupo de catadoras de resíduos sólidos da comunidade do Bairro Mutirão, localizado na Zona Oeste do Município de Campina Grande - PB, no Agreste Paraibano; e o segundo projeto atende grupos de mulheres de quatro assentamentos rurais, localizados no município de Sossêgo - PB, no Curimataú Paraibano, quais sejam: São Luís, Santo Antônio, Padre Assis e Sombrio. A metodologia utilizada, em função do objeto da pesquisa, é de caráter exploratório-descritivo, considerando que o estudo se remete a um espaço de práticas múltiplas e diversificadas, permitindo reconhecer os fenômenos e suas causas. A análise dos dados primários é qualitativa, obtidos através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas com atores sociais envolvidos nos projetos. Os resultados da pesquisa, ora apresentados, apontam para formas distintas de manifestação do capital social nos grupos investigados, e também para a contribuição da IUEES/UFCG, na formação e expressão do capital social nas comunidades atendidas, condição imprescindível para o desenvolvimento territorial e humano.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Capital Social. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

MEDEIROS, V.L.J. **University Incubator of Sympathetic Economic Enterprises – IUEES/UFCG and Social Capital: Building paths to Territorial Development.** 99 f. Master's Degree Dissertation on Regional Development at the State University of Paraiba-UEPB, Campina Grande, PB, April 2014.

In recent decades, mainly from the year 1990, the theoretical discussion about the issue of "development" has expanded the debate from new contours and elements, bringing to the midst of the discussion, indicators related to human conditions, quality of life and to the welfare of the populations, in counterpoint to the merely economic rationality, hitherto considered as a lever for growth and socioeconomic development of countries, regions or territories of smaller geographic extent. The effective participation of the population in community life, in political, economic and social spheres, is also taken into account in that new perspective of "development". This condition of participatory agent, active in the community life, suits with the concept of Social Capital, and with the concept of "territory built", where the territory is considered the stage of a social dynamic in which diverse actors interact with each other and with the environment, setting its own identity to each place. In the light of these categories, it is proposed to observe the actions of the University Incubator of Sympathetic Economic Enterprises – IUEES/UFCG, as executor of university extension projects, with the purpose of analyzing if, or how, it has contributed to enhance the social capital and the territorial development in its field of expertise. To this end, two projects were considered for investigation: the first one is developed with a group of women pickers of solid waste from Mutirão Neighborhood, located on the west side of Campina Grande City – State of Paraíba, dry region of the State; and the second project assists women's groups from four rural settlements, located in Sossêgo City – State of Paraíba, Curimataú region, which are: São Luis, Santo Antônio, Padre Assis and Sombrio. The methodology used, according to the object of the research, is exploratory and descriptive, whereas the study refers to a space of multiple and diverse practices, allowing to recognize the phenomena and their causes. The primary data analysis is qualitative, obtained through semi-structured interviews, applied with social actors involved in the projects. The results of the survey, well presented, point to distinct forms of manifestation of social capital in the groups investigated, and also to the contribution of IUEES/UFCG, in the formation and expression of social capital in the communities served, indispensable condition for the territorial and human development.

Keywords: Sympathetic Economy. Social Capital. Territorial Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	EES Por Ano de Início Segundo Grandes Regiões	24
Figura 1	Imagem de Satélite da Localização do Bairro Mutirão, em Campina Grande – PB	58
Mapa 1	Localização do Município de Campina Grande – PB	57
Mapa 2	Localização do Município de Sossêgo – PB	60
Mapa 3	Município de Sossêgo - PB com localização dos assentamentos.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Uso de Tecnologia Social por Empreendimentos Econômicos Solidários	36
Tabela 2	Tipo de Ajuda que a Incubadora Poderia Dar ao Empreendimento.....	37
Tabela 3	Distribuição da população de Sossêgo – PB, por gênero, nos espaços urbano e rural....	61
Tabela 4	Apresentação do universo de pesquisa em Sossêgo – PB, por assentamento.	74

LISTA DE ABREVIATURAS

ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAVI	Centro de Artes em Vidro
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida
COOPAP	Cooperativa de Produção do Agreste Paraibano
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharias
COTRAMARE	Cooperativa Trabalhadores de Materiais Recicláveis
EES	Empreendimentos de Economia solidária
EUA	Estados Unidos da América
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GEPEsol	Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ
IUEES	Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organizações Não Governamentais
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
RENEX	Rede Nacional de Extensão
RTS	Rede de Tecnologia Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SIEX	Sistema Nacional de Informações de Extensão
UAEMa	Unidade Acadêmica de Engenharia de Materiais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UF	Universidade Federal
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UPS	Unidade de Polícia Solidária
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

I CAPÍTULO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	14
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Geral	16
1.2.2	Específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	17

II CAPÍTULO

2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS E ENTRELACAMENTOS.....	19
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS	22
2.2.1	Cenário da Economia Solidária no Brasil	22
2.2.2	Extensão Universitária e Empreendimentos Econômicos Solidários.....	29
2.2.3	Economia Solidária: Novas perspectivas de desenvolvimento	38

III CAPÍTULO

3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1	<i>LÓCUS</i> SOCIAL DA PESQUISA	49
3.2	O DESENHO DA PESQUISA.....	50
3.2.1	A Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG – IUEES/UFCG	50
3.2.2	Caracterização das Áreas Estudadas	56
3.2.2.1	Projeto “Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confecção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade”	56
3.2.2.2	Projeto “Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo – PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local”	59

IV CAPÍTULO

4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
4.1	BAIRRO MUTIRÃO, CAMPINA GRANDE – PB	64
4.2	ASSENTAMENTOS EM SOSSÊGO – PB	73
4.3	RETOMANDO AS CATEGORIAS ANALÍTICAS: ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CAPITAL SOCIAL	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91

APÊNDICES

APÊNDICE A	ENTREVISTA MUTIRÃO I
APÊNDICE B	ENTREVISTA MUTIRÃO II
APÊNDICE C	ENTREVISTA ASSENTAMENTOS
APÊNDICE D	ENTREVISTA EQUIPE TÉCNICA
APÊNDICE E	ENTREVISTA COORDENAÇÃO
APÊNDICE F	FOTOS

I CAPÍTULO

1 INTRODUÇÃO

A relação entre capital social e desenvolvimento territorial se caracteriza como dialética e dialógica, considerando que o capital social é capaz de proporcionar mecanismos que potencializem os laços de participação e cooperação entre os indivíduos, na busca de um objetivo comum visando alcançar estágios mais elevados de desenvolvimento, redesenhando, assim, um cenário em que se cristalizam as ações solidárias.

Evidencia-se, ainda, que a discussão teórica empreendida na relação entre capital social e a concepção de desenvolvimento territorial parece se basilar na capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil. Portanto, a questão central está na capacidade dos atores sociais partilharem normas e valores, além de estabelecerem um grau de confiança entre si, se articulando em redes de colaboração com a finalidade de alcançar um objetivo em comum, o que se caracteriza como elemento medular do capital social, condição imprescindível para o processo de desenvolvimento.

Assim, a pesquisa ora apresentada tem o objetivo de analisar a contribuição da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande - IUEES/UFCG no processo de desenvolvimento das comunidades onde atualmente desenvolve projetos de extensão, mais especificamente no que diz respeito à potencialização e formas de expressão do capital social, manifestada através das relações e articulações de atores, estabelecidas em redes sociais compostas pelos grupos atendidos, pela própria IUEES/UFCG e demais atores locais ou externos que por ventura estejam envolvidos na execução dos projetos.

Vale salientar que, sob a óptica do desenvolvimento, não é apenas a ação do Governo, enquanto provedor de bem-estar social, que deve contribuir para que a comunidade melhore suas condições de vida. É também necessário que os indivíduos estejam envolvidos no processo de mudança socioeconômica, a partir de um processo sustentável, com novas possibilidades, que levem à progressiva superação das condições precárias de vida.

Neste sentido, o capital social é considerado uma base facilitadora do processo de desenvolvimento social e econômico ao impactar no nível de prosperidade e bem-estar pessoal e social.

Enfim, muitos contornos e caminhos levaram à construção do objeto desse estudo, desde a sua construção teórica até o desenvolvimento da pesquisa de campo e a discussão dos

resultados obtidos. O interesse e a vontade em aprofundar os conhecimentos sobre capital social e desenvolvimento territorial, surgiram a partir das discussões nas disciplinas cursadas no Mestrado de Desenvolvimento Regional - UEPB, e pelo instinto investigativo despertado através de experiência prática, em trabalho voluntário, com grupo de catadores de resíduos sólidos, na comunidade do Bairro Mutirão, ainda no ano de 2006.

Estes elementos foram a motivação para estudar, analisar e compreender, através de uma perspectiva teórica e empírica, os entrelaçamentos entre a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG e capital social, no processo de desenvolvimento das comunidades contempladas pelos projetos de extensão.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A partir das condições estabelecidas pela globalização e pela descentralização política, sobretudo nos anos 1990, a atuação e organização da sociedade civil ganharam novo significado, visto que, a partir de então, passaria a desempenhar um papel até então pouco exercido pelas majorias, o papel de agentes, ou atores sociais.

Essas condições introduzem no cenário atual formas de ações que atendem, ao mesmo tempo, à necessidade de se preencher as lacunas deixadas pela descentralização das ações governamentais e à crescente participação da sociedade civil, que se apresenta mais atuante, assumindo, em diversas áreas, o papel antes ocupado pelo Estado, através de organizações como cooperativas, associações, ONGs (organizações não governamentais), dentre outras. Esse processo de

redemocratização prenuncia, efetivamente, que os atores civis das comunidades locais e regionais saberão, crescentemente, desenvolver experiências associativas comunitárias nas quais o poder de Estado será respeitado enquanto ordenador jurídico político, mas não como interventor dos destinos da vida cotidiana das populações (RÜCKERT, 2005, p.81).

Essa atuação da sociedade civil possibilita a geração de capital social, desenvolvido através do acúmulo de experiências de cooperação que se expressa através da articulação dos atores em rede. Portanto, “do ponto de vista do Capital Social, a cooperação é o primeiro fator para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento” (FRANCO, 2001, p.2).

Percebe-se que a capacidade de articulação dos atores é condicionante para a formação de capital social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, seja local ou regional. No entanto, se esse capital social não se expressa, resulta em

situações em que comunidades são incapazes de se desenvolverem economicamente não porque necessariamente lhes faltem recursos físicos ou mesmo monetários, mas porque seus membros não conseguem organizar-se para realizar tarefas que não podem ser feitas por indivíduos isolados (GOMES e BUENO, 2008, p. 182).

É então que se faz imprescindível a intervenção de entidades externas, sejam elas governamentais ou não-governamentais, que se articulem em redes de colaboração junto a tais comunidades, no intuito de oferecer conhecimentos e condições que contribuam para a organização e participação dos seus membros de forma mais efetiva na vida social, econômica e política, tanto no âmbito da própria comunidade como externamente.

Seguindo essas perspectivas e demandas, a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES, sediada na UFCG, no campus de Campina Grande – PB, atualmente desenvolve programas e projetos institucionais que têm como objetivo a formação dos grupos sociais envolvidos em suas ações, e o assessoramento dos empreendimentos econômicos solidários, visando à inserção social e econômica dos setores excluídos do mercado de trabalho. Partindo da valorização do protagonismo das camadas populares, da autogestão e do fortalecimento da cidadania, busca desenvolver a incubação e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários,

com a finalidade de gerar trabalho e renda, inclusão socioeconômica dos trabalhadores, através de ações de sensibilização, capacitação e assessoramento, de forma a integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento local e regional. (IUEES/UFCG, 2011a, p. 1-2).

A partir da formação e inclusão socioeconômica de atores sociais no mercado de trabalho e consumo, visando proporcionar o desenvolvimento nas comunidades atendidas através de seus programas e projetos, a IUEES/UFCG se apresenta como um espaço de estudo cuja intervenção institucional pode oferecer elementos que respondam aos questionamentos referentes às metodologias que utiliza para atingir seus objetivos, como por exemplo, dar resposta à seguinte questão: **a atuação da IUEES/UFCG, a partir dos projetos de extensão universitária tem contribuído para a potencialização do capital social e o desenvolvimento nos territórios onde implementa suas ações?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar se, ou como, a IUEES/UFCG, através dos projetos de extensão universitária, tem contribuído para potencializar o capital social e o desenvolvimento territorial no seu campo de atuação.

1.2.2 Específicos

- Analisar a metodologia adotada pela IUEES/UFCG, para articular e agregar atores sociais nos processos de incubagem de projetos e assessoria aos empreendimentos para o processo de desenvolvimento territorial;
- Identificar como se articulam os diversos atores sociais (Universidade, comunidades, ONGs, órgãos governamentais, dentre outros) na busca da organização econômica, social e política dos grupos incubados;
- Descrever como - ou se - os projetos desenvolvidos pela IUEES/UFCG têm potencializado o capital social nos grupos contemplados;
- Verificar se os projetos desenvolvidos pela Incubadora têm contribuído para que os grupos incubados consigam adquirir autonomia para dar continuidade às atividades empreendedoras.

1.3 JUSTIFICATIVA

No atual cenário político, econômico e social, permeado pela globalização e descentralização proveniente da adoção de medidas neoliberais, sobretudo a partir da década de 1990, o corrente debate no âmbito das ciências sociais que se propõem a estudar a questão do desenvolvimento, está pautado na discussão em torno das condições necessárias para que esse desenvolvimento seja atingido ou mesmo possibilitado.

Nesse cenário, não se pode perder de vista a importância que vêm tomando as iniciativas de empreendimentos econômicos solidários. Desenvolvidas a partir da integração e cooperação estabelecidas entre os atores envolvidos no processo, essa forma de atividade participativa proporciona, além da possibilidade do desenvolvimento de uma atividade econômica e da inclusão social, a articulação desses atores em redes, a formação de capital

social e, conseqüentemente, uma maior participação cívica, condições fundamentais para o desenvolvimento.

Portanto, a escolha do tema para estudo sistemático justifica-se por apontar relevância científica, à medida que traz um debate contextualizado com questões candentes, hoje em discussão no campo da ciência, como capital social e desenvolvimento territorial, assentadas em novos princípios epistemológicos centrados nos atores sociais e cooperação, o que resulta na construção de um novo conhecimento que pode contribuir para conduzir ações integradas e conjuntivas com uma nova maneira de pensar e conceber os fenômenos em tela.

O estudo pode trazer também uma contribuição social, uma vez que serão abordados e analisados aspectos da vida social, atores em comunidade e em cooperação, visando alcançar um objetivo comum: o desenvolvimento. Os resultados apresentados ao término da pesquisa poderão servir de fonte para novos questionamentos e estudos. São, portanto, provisórios, podendo ser ampliados por pesquisas posteriores. É desta forma que a ciência avança.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo o *primeiro capítulo* destinado a apresentação sumária e introdutória, no qual se exhibe a contextualização da situação problema, a justificativa e a exposição dos objetivos propostos nesse estudo.

No *segundo capítulo* apresenta-se a fundamentação teórica com algumas abordagens sobre a Economia Solidária e qual a dimensão que vem tomando, no Brasil, a prática de ações inseridas nessa proposta, mais especificamente, apontando alguns dados de pesquisas realizadas junto a empreendimentos econômicos solidários presentes em todas as regiões do país. Em seguida, serão apresentadas algumas características da IUEES/UFCG como sua formação, metodologia de trabalho, etc.

Também serão abordados os conceitos de Capital Social e Desenvolvimento Territorial, temas contidos no bojo da discussão referente tanto à questão dos objetivos da extensão universitária, quanto da proposta da economia solidária.

No *terceiro capítulo*, será apresentado o desenho da pesquisa com os métodos e técnicas utilizados para o desenvolvimento da investigação empírica, e a caracterização das áreas onde estão localizadas as comunidades estudadas, ou seja: o Bairro Mutirão, em Campina Grande – PB, e os assentamentos rurais Padre Assis, São Luiz, Sombrio e Santo Antônio, localizados no município de Sossêgo - PB.

No *quarto capítulo*, serão apresentados e analisados os dados obtidos na pesquisa de campo, com a retomada dos conceitos centrais que fundamentam esse trabalho. Serão sugeridas, também, novas linhas de investigação para pesquisas futuras.

II CAPÍTULO

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS E ENTRELAÇAMENTOS

O ambiente em que se desenvolvem as ações participativas e solidárias na sociedade civil é um cenário propício para a expressão do capital social, cujo conceito está estreitamente relacionado à condição da participação civil em grupos ou redes articuladas, permeada por valores como confiança, cooperação e reciprocidade, na busca por um objetivo em comum.

Nessa perspectiva, Putnam (1995, p.14) considera que estas características “podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas. [...] As redes de engajamento cívico constituem uma forma essencial de capital social”.

Outra característica abordada na formação conceitual do capital social centrada nas relações interpessoais é a “institucionalidade social”, elucidada por Durston (1999) ao tratar do capital social comunitário, fazendo as seguintes considerações:

i) que el capital social comunitario no es un recurso individual sino una forma de institucionalidad social (del conjunto, en este caso de la comunidad local); y ii) que los participantes del capital social comunitario (en forma explícita o implícita) plantean el bien común como objetivo, aunque este puede no lograrse. Por otra parte, y a diferencia de las instituciones formales de bien común (cooperativas, por ejemplo) que existen “en el papel”, el capital social comunitario está constituido por normas, prácticas y relaciones interpersonales existentes y observables (*id. Ibid.*, p. 104).

Assim, a institucionalização das relações interpessoais também é considerada por Bourdieu (2012), quando se refere ao capital social, como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (*id. ibid.*, p. 67).

Outro aspecto relevante a ser considerado quando se trata da temática capital social, é a dimensão em que se desenvolvem as relações através das quais o mesmo se expressa, característica abordada por Bourdieu (1996) e Abramovay (1998a), quando definem “relações horizontais” como aquelas desenvolvidas entre atores pertencentes a um grupo com características homogêneas; e “relações verticais”, como aquelas desenvolvidas entre atores de grupos com características heterogêneas.

Como o estudo em foco se propõe a analisar as relações entre atores pertencentes a diferentes grupos, ou seja, os grupos trabalhados pela IUEES/UFCG, através de projetos de extensão universitária e outros grupos externos, como ONGs, órgãos públicos, etc., na tentativa de descortinar as relações sociais estabelecidas a partir do capital social potencializado e suas especificidades, é interessante ressaltar que

a participação em redes está associada ao capital social estrutural, sendo muito relevante a compreensão do tipo de rede que se está observando (diversidade dos participantes, institucionalização de normas de decisão, objetivos gerais ou específicos, tamanho e área geográfica, etc.). O nível de confiança (e expectativa) entre os indivíduos da rede está relacionado com o capital social cognitivo e influencia a ação coletiva do grupo. (MARTELETO e SILVA, 2004, p. 43).

Essas abordagens e concepções teóricas trouxeram, junto com outras fontes consultadas, subsídios para a análise do fenômeno estudado, uma vez que dialogam com os princípios da economia solidária (cooperação, reciprocidade, confiança, objetivo comum, etc.), que é a base dos projetos de extensão aqui abordados.

Preceitos da economia solidária e do capital social, a participação coletiva, a confiança e a reciprocidade, estabelecidas através da articulação dos atores sociais, fazem-se, também, preceitos do desenvolvimento, uma vez que

o processo de desenvolvimento pode ampliar as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para ter vidas plenas e criativas. Estas pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento como agentes do progresso e da mudança que provocam. Tal processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles. (VEIGA, 2006, p.84).

Essas relações se desencadeiam através de ações participativas a partir da articulação de atores em redes, sendo fundamental que essas características possam ser observadas ao se tratar das consequências dessa articulação de atores em determinados recortes espaciais.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento territorial vem contemplar as peculiaridades ora apresentadas, visto que

a noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre as dimensões territorial e sociocultural. Territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território. A territorialidade reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social (ALBAGLI; MACIEL, 2004, p. 12).

A atuação dos atores como parte do processo de transformação e de desenvolvimento territorial é evidenciada, também, por Bernard Pecquer (2005), ao fazer a distinção entre dois tipos de território: o “território dado”, e o “território construído”. O primeiro seria o espaço institucional, preexistente, o local onde acontecem os fenômenos observados; o “território construído” seria o resultado de um processo de construção pelos atores. “O território não é postulado, é constatado *a posteriori*” (Idem, 2005, p 13. Grifo do autor).

O autor define, então, desenvolvimento territorial como “todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (Idem, 2005, p.12 -13).

Dentre os autores que consideram aspectos culturais, políticos e sociais como fatores que compõe o território e que podem interferir substancialmente no processo de desenvolvimento territorial, é relevante citar Abramovay (1998b); Andrade (2006); Marteleto e Silva (2004); e Rückert (2005).

No entanto, Schneider (2003, p.12) evidencia outro aspecto sobre o território, abordado por vários estudiosos, em especial pelos geógrafos, quando argumenta que “o território não é apenas a expressão do espaço social construído, em que ocorre a produção e interação humana, mas é também um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação”.

Percebe-se, no entanto, que há uma tendência em se associar os termos “território”, “territorialidade” e, conseqüentemente, “desenvolvimento territorial” ao âmbito rural. Porém, como o estudo em foco inclui projetos de extensão desenvolvidos tanto na área rural quanto na área urbana, faz-se necessário trazer para o debate, referenciais que contemplem a noção de territórios, territorialidade e desenvolvimento territorial tendo como perspectiva o espaço urbano.

Em estudo sobre cidades de pequeno porte, Silva (2000, p.23) aborda os termos “território” e “territorialidade” relacionando-os com fenômenos sociais urbanos (não se pode dizer que exclusivamente) que seriam observados em áreas “demarcadas” por territórios, como o “território do tráfico”, o “território pentecostal”, e o “território da prostituição”. Contudo, considera a articulação de atores, ainda que não usando esse termo especificamente, como determinante nesse processo de territorialização urbana, destacando que

a cidade apresenta-se com uma sobreposição, articulação, justaposição de territórios. Os grupos que fazem parte de uma territorialidade resistem, estabelecem pactos e influenciam a formação de outros territórios. A

estrutura que eles revelam as relações que se estabelecem entre eles são dinâmicas numa sociedade complexa. (SILVA, 2000, p.23)

Portanto, a atuação dos atores sociais locais e as relações estabelecidas entre si e entre atores externos definem, não só a formação de territórios, mas as suas especificidades, que os distinguem uns dos outros, lhes conferindo uma identidade própria.

Outro autor que aborda a territorialidade urbana é Trindade Júnior, também se reportando à atuação de “agentes”, articulados em rede, como determinantes da delimitação territorial urbana, considerando que

os territórios configurados no interior do espaço urbano registram ações que o controlam, garantido a espacialidade dos interesses de um ou de vários agentes. Assim, quando se menciona a existência de territórios na cidade, fala-se de frações do urbano, explícita ou implicitamente demarcadas e controladas por determinadas ações, produtos da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com outros agentes (1998, p.34).

Portanto, percebe-se que é viável a utilização dos termos “território”, “territorialidade” e “desenvolvimento territorial” quando se trata de comunidades situadas num contexto urbano, mas não sem um maior aprofundamento em novos referenciais teóricos e sem jamais deixar de considerar a vasta contribuição teórica de autores e pesquisadores que tratam dos termos no contexto rural.

Essa perspectiva que considera a espacialidade de interesses e conflitos como fator determinante para a formação e construção da identidade dos territórios, é fundamental para o desenvolvimento teórico e analítico desse trabalho, uma vez que aqui serão abordados temas como economia solidária, capital social e desenvolvimento territorial, num contexto onde estão envolvidos, a princípio, comunidades da área urbana e rural e a IUEES/UFCG, interagindo num processo de troca de novos saberes, através da execução de projetos de extensão voltados à implementação de empreendimentos econômicos solidários como uma alternativa para o desenvolvimento territorial.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS

2.2.1 Cenário da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária se coloca como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica, abrindo um leque de possibilidades, apresentando uma nova lógica

para a organização e geração de trabalho e renda, resultando no estímulo ao desenvolvimento local.

No cenário brasileiro, a economia solidária surgiu a partir da década de 1980 e se expandiu mais acentuadamente nos anos de 1990, através

de um conjunto de experiências [...] tendo em comum o fato de estarem assentadas em traços constitutivos de solidariedade, cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária, conformando uma racionalidade específica, distinta da baseada apenas na lógica do mercado e do lucro”. (VASCONCELOS, 2007, p. 263)

Versa na literatura acadêmica (GAVIRAGHI, 2010; TEIXEIRA, 2010; GODOY, 2008; SILVA, 2007) que um elemento propulsor dessa expansão foi a crise do petróleo em meados de 1970, marcado como um momento político com grande repercussão na economia mundial, quando houve o embargo do petróleo aos EUA e países da Europa, como forma de retaliação dos países árabes pelo apoio dado a Israel. Portanto, os efeitos dessa crise internacional teriam repercutido no Brasil, sobretudo nos anos 1980, considerados como a “década perdida”, marcada pela crescente taxa de desemprego, o que ampliou substancialmente o crescimento do número de empreendimentos solidários como alternativa ao desemprego.

No entanto, a maior expansão da economia solidária no Brasil ocorreu nos anos 1990, segundo alguns autores (SINGER, 2009; POCHMANN, 2004), devido à adoção de medidas econômicas neoliberais, no governo Collor e mais acentuadamente no governo Fernando Henrique Cardoso, como por exemplo, a abertura do mercado para produtos importados a preços competitivos, e aos problemas surgidos a partir de então, como desemprego elevado e baixa salarial. Várias empresas, de diversos ramos de atividades, não conseguiram continuar atuando no mercado, diante dessa situação, chegando à falência.

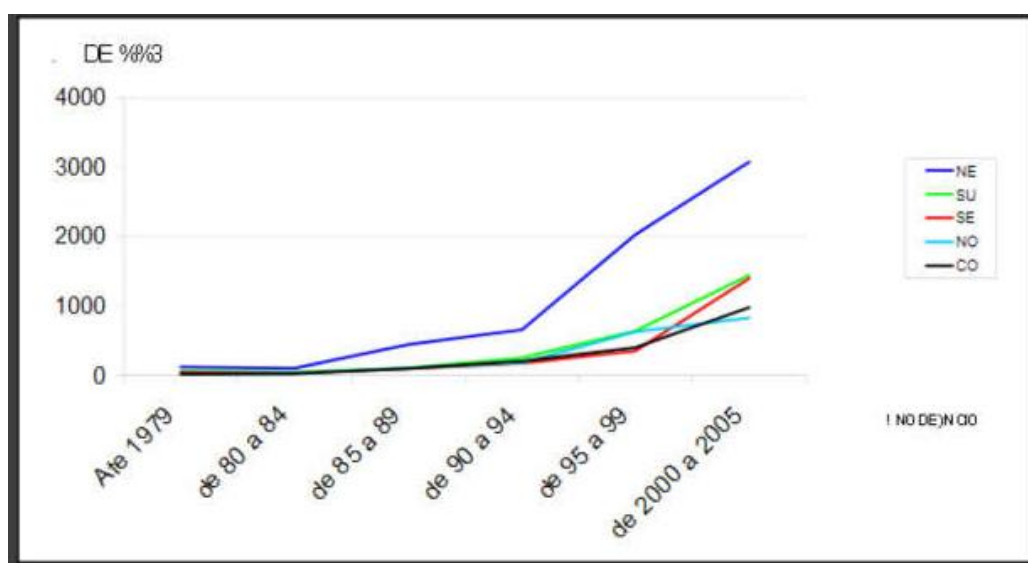
Sem maiores perspectivas no mercado de trabalho e diante do desemprego com índices alarmantes nas grandes cidades, para os trabalhadores surgiu como alternativa, naquele momento, tomarem a responsabilidade de algumas dessas empresas, em sistema de colaboração, assumindo o controle da produção e gestão, dando vazão às cooperativas de produção.

Em 2006 foram divulgados dados sobre o panorama da economia solidária no Brasil, através do “Atlas da Economia Solidária”¹, que traça o perfil dos empreendimentos solidários até o ano de 2005. Os dados levantados dão conta de que os Empreendimentos Econômicos

¹ ATLAS da economia solidária. BRASIL, SENAES/MTE, 2006. Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

Solidários – EES no Brasil já estavam presentes, mesmo em número reduzido, a partir da década de 1970, em algumas regiões do país. No entanto, é perceptível a sua ascensão a partir da década de 1990, tanto em termos numéricos quanto em abrangência territorial, conforme demonstra o gráfico abaixo, pois em 1994 já se observa a presença de EES em todas as regiões brasileiras:

Gráfico 1: EES Por Ano de Início Segundo Grandes Regiões



Fonte: Atlas da Economia Solidária (BRASIL, SENAES/MTE, 2006, p. 24).

Os motivos apontados para a criação dos EES, no Brasil, confirmam seu caráter de alternativa à inclusão no mercado de trabalho e de consumo, uma vez que 45% das respostas nesse sentido apontaram como motivo “alternativa ao desemprego”; 44% “complemento da renda”; 41% “obtenção de maiores ganhos”; 31% “possibilidade da gestão coletiva da atividade”; e 29% “condição para acesso a crédito” (BRASIL, SENAES/MTE, 2006, p. 26)

Os empreendimentos econômicos solidários estão presentes tanto em áreas urbanas quanto rurais, sendo em maior número em áreas rurais, na forma de cooperativas de comercialização. Segundo Singer (2001), esse tipo de cooperativa

surge como reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e, mais recentemente, também por parte dos industriais que lhes vendem sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos, etc. [...] a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem em nome deles as compras e as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de poder de mercado, ou seja, poder de barganha, além de ganhos de escala. (p.106).

Dessa forma, os pequenos produtores rurais conseguem permanecer no mercado de forma competitiva, pois obtendo um custo de produção mais baixo e um preço mais justo para seus produtos, conseguem uma reserva maior de capital para reinvestimento.

O mapeamento da economia solidária publicado em 2010, contendo análises de dados integrantes do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, em 2007, apresenta os seguintes dados:

- Dos 21.859 empreendimentos solidários levantados em todas as regiões do Brasil, 48% atuam exclusivamente na área rural, 34,6% exclusivamente na área urbana e 17,1% têm atuação tanto na área rural como na área urbana.
- Quase a metade do total dos empreendimentos está localizada na região Nordeste, ou seja, 43,5%. Em seguida aparece o Sudeste, com 17,9%; o Sul, com 16,4%; o Norte, com 12,1% e o Centro-Oeste, com 10,1% (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010, p. 22-23).

Esses dados indicam a dimensão alcançada pela Economia Solidária no Brasil, visto que o levantamento foi feito em “apenas” 52% dos municípios brasileiros. Com um caráter incluyente e participativo, a economia solidária aponta várias alternativas de empreendimentos, como por exemplo, cooperativas de trabalho; que atuam nos mais diversos setores da economia (produção, consumo, serviços); associações de trabalhadores; empresas familiares e comunitárias autogeridas; clubes de troca; bancos populares; etc. (AZAMBUJA, 2009; CULTI, 2004). Vale citar como exemplo de empreendimento econômico solidário no Brasil, o Banco Palmas, de Fortaleza – CE, pela dimensão que tomou, a partir da consolidação, expansão e variedade de suas atividades (crédito solidário, moeda social local, projetos sociais, etc.)².

O Banco Palmas é uma iniciativa da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira – ASMOCONP. A luta inicial da ASMOCONP foi a construção do seu próprio bairro. No entanto, “muito além de uma dinâmica puramente reivindicatória, a associação empreende uma série de ações, sobretudo na forma de atividades econômicas muito variadas visando potencializar as capacidades sócio-produtivas locais” (SILVA JUNIOR, 2008, p.1).

O Banco Palmas foi inaugurado em 1998, e é definido, em seu *site*, como “um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana”. Felicidade humana essa, que pode ser mensurada através do resultado de pesquisa realizada pela Universidade

² Cf. “Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando” as ações do Banco Palmas estão elencadas, 2013, p.129 - 131.

Federal do Ceará – UFC, em 2008, quando o Banco completava 10 anos de sua criação (SILVA JUNIOR, 2008), e em pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012, publicada em livro comemorativo pelos 15 anos do Banco onde foram consultados moradores da comunidade Palmas, clientes do banco popular (NEIVA *et al.*, 2013)

Os dados das pesquisas, realizadas em dois momentos, num espaço temporal de cinco anos, conferem ao Banco Palmas um importante papel para o desenvolvimento local, através de ações que promovem e estimulam a participação e inclusão social da comunidade nos âmbitos econômico, social, cultural e político.

Esse caráter de iniciativa popular, observado na experiência do Banco Palmas, criado a partir de ação comunitária, era estimulado no Brasil, já a partir dos anos 1980, por grupos de apoio a iniciativas solidárias, provenientes de Universidades, Associações Comunitárias, ONGs, Igrejas, Movimentos Sociais, etc., que davam assessoria aos trabalhadores e moradores de comunidades carentes urbanas e rurais, para que adquirissem os conhecimentos básicos para iniciar os empreendimentos solidários, de forma que

pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, religiosos, sindicalistas, entre outros, foram construindo – cada um à sua maneira – mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. (POCHMANN, 2004, p.29).

Essa mobilização em rede é característica marcante do processo de implantação de empreendimentos econômicos solidários, e imprescindível para a sua fase inicial, pois sem a intervenção externa de que trata Pochmann (2004), os novos empreendimentos estariam fadados ao insucesso e mesmo à inviabilidade.

Outra frente de apoio à economia solidária surgiu a partir da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, em junho de 2003, que está organizado em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais envolvendo diretamente entidades de assessoria, governos estaduais e municipais pela Rede de Gestores em Economia Solidária³.

Ainda em 2003, o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com o objetivo de promover ações e implementar políticas públicas com proposta de inclusão social e geração de emprego e renda para grupos e comunidades excluídos do mercado de trabalho, como o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cujo objetivo é “promover o

³ Ver: <<http://www.fbes.org.br>>.

fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio de geração de trabalho e renda com inclusão social”⁴.

Assim, no mesmo ato legal que criou a SENAES, a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, foi criado, também, o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, como órgão colegiado integrante do MTE, “consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária”. A SENAES foi instituída através do Decreto 4.764 de 24 de junho de 2003⁵.

Em 2006 foi implantado o Sistema de Informação de Economia Solidária – SIES, ligado à SENAES, que consiste em um “sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil” (SENAES/MTE, 2006, p.10).

De acordo com SOUZA (2012), o fato de a SENAES estar vinculada ao MTE, leva ao

questionamento sobre qual é a natureza institucional da economia solidária. Ou seja, o principal desafio da economia solidária atualmente é ter uma identidade, seja na relação com outros movimentos sociais [...] seja na definição de sua posição na estrutura do Estado brasileiro. [...] Obviamente, esta posição na estrutura do Estado nem sempre foi tranqüila, pois o MTE atua no campo da qualificação profissional e na intermediação de mão de obra. Comumente, a justificativa para essa posição desconfortável da SENAES se deveu à fragilidade política em apontar uma melhor condição de estruturação de uma política pública de economia solidária. (...) Independentemente da conjuntura político-institucional, foi possível desenvolver ações de articulação da economia solidária em todo o território nacional. (p.64-65)

Uma dessas frentes de ação é o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, a primeira política pública voltada especificamente para a economia solidária em âmbito nacional, implementado a partir de 2004. Seus objetivos estão voltados para ações de apoio e desenvolvimento da economia solidária, buscando soluções para alguns problemas que impedem ou dificultam a expansão de empreendimentos solidários no Brasil, como por exemplo, dificuldades com relação ao acesso a crédito, à comercialização e à falta de legislação específica que defina e disponha sobre empreendimentos econômicos solidários. Alguns desses objetivos são: fomento a finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários; organização nacional da comercialização de produtos e serviços dos

⁴ Ver: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/objetivos.htm>>.

⁵ Ver: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp>

empreendimentos econômicos solidários; e elaboração do Marco Jurídico da Economia Solidária⁶.

Dentre os objetivos do Programa, ainda figuram ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local através da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário⁷; estímulo à institucionalização de políticas públicas voltadas para a economia solidária; disseminação de conhecimentos específicos e tecnologias sociais apropriadas; e fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários⁸.

Todas essas ações voltadas para o desenvolvimento da Economia Solidária expõem a necessidade da colaboração em rede, numa gama de relações que envolvem a participação de atores diversos, compreendendo desde o grupo ou comunidade atendida até instituições não-governamentais e governamentais, com atuação nos âmbitos municipal, estadual e federal.

As Incubadoras Universitárias são parte dessa rede, que é formada numa composição de atores distintos, determinados a partir da especificidade de cada projeto, como por exemplo, o tipo de empreendimento a ser implementado, as características do grupo ou comunidade atendida (perfil sócio-econômico, político e cultural), e a localização espacial (área urbana ou rural), dentre outros fatores. Dessa forma, “essa capacidade de gestão conjunta, essa integração de esforços e vontades, possibilita lidar com a complexidade, construindo um espaço comum” (JARA, 1998, p. 60).

Portanto, os componentes da rede de colaboração não são “escolhidos”, eles são, antes, “atraídos” para um processo de articulação onde se definem papéis e são elaboradas metas que levem ao alcance de um objetivo comum, no caso, o desenvolvimento local, através do fomento a empreendimentos econômicos solidários.

Essa articulação em rede de colaboração composta por atores diversos, atuando em um espaço comum, é a tônica da extensão universitária, nesse estudo tratada especificamente no tocante às ações que têm como foco os empreendimentos econômicos solidários e a atuação das Incubadoras Universitárias, que atualmente constam da relação de parceiros do Governo Federal na implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento da Economia Solidária em todo o país.

⁶ Ver: <<http://www.mte.gov.br>>

⁷ “atuam nas comunidades com o objetivo de conhecer as potencialidades econômicas locais, fomentar novos empreendimentos solidários, assessorar aqueles já existentes, articular os gestores públicos em torno do tema da Economia Solidária, além de estimular a construção e o fortalecimento de espaços coletivos, tais como fóruns, redes e movimentos, que debatam e definam as necessidades das comunidades, sempre orientando a busca de soluções a partir da Economia Solidária” Ver:<<http://www.portal.mte.gov.br>>

⁸ Ver:<<http://www.mte.gov.br>>

2.2.2 Extensão Universitária e Empreendimentos Econômicos Solidários

As Universidades Federais e algumas Universidades particulares surgem como importantes parceiras na implementação de políticas públicas voltadas para o fomento de empreendimentos da economia solidária, através de projetos de extensão universitária. Detentoras - produtoras e disseminadoras - de tecnologias apropriadas e pessoal capacitado nas diversas áreas de conhecimento, essas instituições figuram como parceiras “naturais” na viabilização da aplicação de políticas públicas que exijam uma atuação direta entre proponentes e comunidades atendidas por tais políticas. Esse caráter de intervenção direta na comunidade, com o intuito de oferecer novas alternativas de trabalho e renda, apresentando a possibilidade de um novo estilo de vida, através da introdução de novos conhecimentos, e ao mesmo tempo, trazer essas experiências para a academia, é que define e dá sentido à extensão universitária.

Assim, a trajetória conceitual e institucional dessa atividade acadêmica, a extensão universitária, é detalhada por Dubeux (2007), através dos seguintes momentos históricos:

- Em 1931, houve a primeira reforma educacional do governo Getúlio Vargas, a Reforma Francisco Campos, que consistiu, dentre outras mudanças, na criação do Conselho Nacional de Educação, na criação das universidades e do primeiro estatuto das universidades brasileiras, através do Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. À extensão universitária foram dedicados dois artigos: o Art. 42, que distingue dois tipos de atividades de extensão: cursos e conferências, que deveriam difundir conhecimentos “úteis à vida individual e coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias ou princípios de interesse nacional”, e deveriam ser acessíveis ao “grande público”; e o Art. 109, que trata da função da extensão como difusora dos “saberes filosóficos, artísticos, literários, e científicos em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo”; define o âmbito de atuação da extensão considerando seu funcionamento “no interior e no exterior da universidade”; e ainda atribui a responsabilidade da sua implementação ao conselho universitário e aos conselhos técnicos administrativos de cada universidade;
- Em 1945, após a destituição de Vargas, a extensão universitária se consolidara enquanto projeto político;
- Nos anos 1950, com o processo de industrialização, surge a necessidade de qualificação de mão-de-obra, e a cobrança da população por acesso à educação e aos novos postos de trabalho. Essa demanda influencia reformas no âmbito da educação,

e surgem as campanhas massivas de educação e alfabetização de adultos, baseadas na teoria de Paulo Freire e no modelo das “Universités Populaires”, da França. Essas iniciativas eram lançadas por estudantes universitários mais engajados politicamente, e tinham uma perspectiva de conscientização política em oposição à ideologia capitalista dominante. Essa foi o que mais tarde se chamou de “a experiência nova das universidades populares”;

- Em 1964, após o golpe militar, essas experiências foram desarticuladas pela repressão;
- No ano de 1968, houve a reforma universitária estabelecida através da Lei 5.540⁹, que estava elaborada dentro dos termos dos acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). A principal meta dessa reforma era disciplinar as manifestações do mais forte núcleo de resistência ao novo regime autoritário, os estudantes universitários. Nesse contexto, a extensão universitária passa a integrar o projeto dos militares e da USAID, e a sofrer “adequações” do modelo de participação e integração que vinha sendo até então disseminado, através da proposta de desenvolvimento comunitário. Os estudantes agora eram envolvidos em atividades assistenciais, de interesses políticos ou ainda economicamente explorados como estagiários. Como exemplo de extensão universitária desse período, pode-se citar o Projeto Rondon¹⁰, criado no primeiro Seminário de Segurança Nacional, realizado em 1966, no Rio de Janeiro, com a proposta de inserir a universidade no plano Nacional de Desenvolvimento, empregando mão-de-obra gratuita ou barata na “modernização” das comunidades subdesenvolvidas no interior do país. Uma característica desse programa de extensão era seu caráter permanente;
- A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização, o modelo de extensão universitária volta a ser redefinido, até os moldes atuais.

⁹ “Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. [...], abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. [...].

Ver: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm>, acesso em: 03 de julho de 2013.

¹⁰ O Projeto Rondon foi extinto em 1989. Em 2005, foi retomado pelo Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Defesa, com uma nova roupagem, cujo objetivo é proporcionar ao estudante universitário um contato com as populações carentes e o desenvolvimento de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas. Ver: <<http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/>>, acesso em: 04 de agosto de 2013.

Um dos marcos da nova fase da extensão universitária, no Brasil, é a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília, em novembro de 1987.

O documento final desse evento que recebeu o título de “Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento”, define extensão universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987, p.11).

Essa definição de extensão universitária busca resgatar uma proposta que compreende a efetiva transformação da sociedade a partir da relação entre a academia e as comunidades envolvidas nos projetos, característica que havia sido preterida quando do período do Regime Militar, quando a academia passou a figurar, através do modelo de extensão universitária imposto, como mantenedora coadjuvante da ordem então estabelecida.

Desde sua criação, então, o FORPROEX atua como interlocutor junto às instâncias governamentais e diversos setores da sociedade, possibilitando a compreensão da importância das ações extensionistas como um bem social, assim também como na formulação de políticas voltadas para a organização e institucionalização dessas ações no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior. É composto pelos Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, seus membros natos, com direito a voz e voto.

O Fórum conta com a Rede Nacional de Extensão – RENEX, que “mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensivas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão - SIEX Brasil - banco de dados sobre as práticas de extensão no País”. Até março de 2013, estavam cadastradas na Rede 71 (setenta e uma) Instituições Federais de Ensino Superior e 43 (quarenta e três) Instituições Estaduais e Municipais ¹¹.

A partir de 2010, o FORPROEX adotou o seguinte conceito para extensão universitária, cuja única alteração ao conceito inicial é a observação do princípio de constitucionalidade conferida à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nas

¹¹ Ver: <<http://www.renex.org.br>>

Universidades Públicas brasileiras, conforme Art. 207 da Constituição Federal do Brasil¹². O novo conceito, então, considera que

Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade¹³.

Em consonância com essa nova concepção de extensão universitária, surgem as Incubadoras Universitárias, hoje presentes em todas as universidades públicas federais do país, em algumas da rede estadual e ainda em outras da rede privada de ensino superior.

Segundo Dubeux (2007), o surgimento das Incubadoras de Cooperativas Populares no Brasil está relacionado com o aumento significativo do número de Incubadoras de Empresas nos Estados Unidos e na Europa, a partir dos anos 1980 e no Brasil, mais acentuadamente nos anos 1990, com a proposta de criação de novas empresas, perpassando pela definição de vocações locais e regionais com a implantação de Pólos Industriais, utilizando a tecnologia desenvolvida nas universidades, através de pesquisas científicas e inovação tecnológica.

A primeira Incubadora Universitária foi criada no Rio de Janeiro, na Universidade Federal - UFRJ, em 1995, como projeto de extensão da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharias – COPPE, /UFRJ, após a criação do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida - COEP, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993. Compunham o COEP, além da própria COPPE, a Fundação Oswaldo Cruz, a Fundação Banco do Brasil e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, do Governo Federal. Todas essas instituições estavam envolvidas na primeira experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ - ITCP, desenvolvida na comunidade de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro – RJ. De acordo com Della Vechia *et al.* (2011), uma ITCP

é uma unidade acadêmica interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é fazer interagir o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as, que tentam empreender economicamente de forma coletiva - solidária e autogestionária – de maneira a apoiar a formação e a consolidação dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, transformar a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares. Isso é feito através de um processo intenso de troca de conhecimentos práticos e teóricos e de uma construção compartilhada de

¹² Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: Constituição da República Federativa do Brasil, texto consolidado até a Emenda Constitucional nº. 73, de 06 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 04 de agosto de 2013.

¹³ Ver <<http://www.pr5.ufrj.br>>

novos conhecimentos, entre a incubadora e os grupos de trabalhadores associados. (p.116)

A experiência da UFRJ foi disseminada por todo o Brasil, e a partir de então as Incubadoras Universitárias se expandiram rapidamente. Em 1998 foi formada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a Rede ITCPs, contando, na sua criação, com seis incubadoras, das seguintes Universidades: as Federais do Rio de Janeiro - UFRJ, do Ceará - UFC, do Paraná – UFPR e Rural de Pernambuco - UFRPE; e as Estaduais de São Paulo – USP e Bahia - UNEB. Em 2009 já contava com 41 incubadoras universitárias a ela vinculadas¹⁴.

No primeiro momento, essa experiência teve o apoio do recém criado “Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC”, em 1998, envolvendo a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia; a Fundação Banco do Brasil, o COEP e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ). Com a criação da SENAES/MTE, em 2003, o PRONINC passou a ser coordenado por essa secretaria.

Outra rede de relevante importância para a expansão das incubadoras universitárias do Brasil é a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, criada a partir da iniciativa de reitores interessados em ampliar o debate sobre o mundo do trabalho no âmbito universitário, com ações desenvolvidas através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

A ideia começou a ser elaborada em 1992, com a participação de reitores, professores universitários e dirigentes sindicais, e foi consolidada em 1996, quando foi lavrada a sua Escritura Pública, em São Paulo. A Unitrabalho está constituída na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos, o que lhe permite, segundo Della Vechia *et al* (2011), “captar recursos extra-orçamentários através de convênios e outras modalidades de contrato para a prestação de serviços a terceiros, sendo que não há limite ao número de fundações de que uma universidade pode dispor” (*id., ibid.*, p. 122, Nota de rodapé 7). Ao final de 1996, havia 61 instituições associadas à Unitrabalho, consideradas suas instituições fundadoras¹⁵.

Em 1999 a Rede de ITCPs ingressou na Unitrabalho, constituindo ali o “Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares – Rede de ITCPs”.

Atualmente, a Unitrabalho atua em dois Programas Nacionais: o “Programa Nacional de Educação e Trabalho”, centrado nas seguintes linhas de pesquisa: Educação e Formação

¹⁴ Ver: <<http://www.redeitcps.blogspot.com.br/>>

¹⁵ Ver: <www.unitrabalho.org.br>

Profissional; Educação e Empreendedorismo Social e Solidário; e Educação e Tecnologias. O segundo, o “Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável”, tem dentre seus objetivos o apoio a empreendimentos econômicos solidários por meio do processo de incubação¹⁶.

A Unitrabalho conta com Núcleos Locais instalados em algumas das Universidades Federais e ela filiadas. Tais núcleos contam com equipes formadas por docentes, discentes e técnico-administrativos, no desenvolvimento de projetos de âmbito nacional referentes à temática do trabalho, do desenvolvimento e da disseminação de tecnologias sociais. As Incubadoras Universitárias podem contar com a assessoria da Unitrabalho desde a fase de instalação e institucionalização, até a elaboração e execução de seus projetos. Portanto, pode ser considerada como parceira potencial das Incubadoras Universitárias.

Atualmente¹⁷, 57 Incubadoras de Empreendimentos Solidários vinculadas às instituições de ensino superior filiadas à Unitrabalho, localizadas em todas as regiões do Brasil, estão desenvolvendo projetos de extensão em Economia Solidária.

Essa gama de ações voltadas ao apoio e desenvolvimento da Economia Solidária, e mais especificamente às Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, põe em evidência a importância que têm as Universidades Públicas na consolidação de empreendimentos autogestionários no atual panorama econômico do Brasil, assim como na elaboração de políticas públicas e na inovação das práticas acadêmicas, como a aplicação e disseminação de tecnologias sociais, favorecidas por uma maior interação com a comunidade onde estão inseridas, o que é traduzido em novos saberes e novos questionamentos, postos em pauta na discussão acadêmica.

A tecnologia designada pela plataforma de economia solidária para ser desenvolvida e utilizada nos Empreendimentos de Economia Solidária – EES, é a Tecnologia Social, definida pela Rede de Tecnologia Social – RTS, como “processos, técnicas e metodologias, reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que represente efetiva solução de transformação social”¹⁸.

A Tecnologia Social compreende soluções práticas e relativamente simples, de baixo custo e de fácil aplicabilidade¹⁹, elaboradas a partir de conhecimentos desenvolvidos na

¹⁶ Para informações detalhadas sobre esse programa, ver: <<http://unitrabalho.org.br/spip.php?>>, acesso em: 6 de julho de 2013.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acessado em 23 de abril de 2013.

¹⁸ Ver: <<http://www.rts.org.br>>

¹⁹ São exemplos de Tecnologia Social o soro caseiro e as cisternas de placas pré moldadas, usadas no semiárido.

interrrelação de uma diversidade de atores e de saberes, onde podem conviver harmonicamente ciência e senso comum.

De acordo com Lima e Dagnino (2013), apenas a Tecnologia Social – TS pode ser aplicada às condições estabelecidas no âmbito da Economia Solidária - ES, não só para viabilizar o processo produtivo próprio dos Empreendimentos Econômicos Solidários, como também para possibilitar a sustentabilidade dos mesmos, pois, segundo os autores, existem quatro “utopias concretas”²⁰ que são convergentes e inerentes, tanto às reflexões e práticas que caracterizam a Economia Solidária, quanto às que caracterizam a Tecnologia Social. Tais “utopias” seriam: autogestão; dimensão coletiva e participativa da produção de bens e de conhecimento; caráter transformador da relação trabalho e tecnologia; e superação do capitalismo.

Convém, ainda, ressaltar que

as TS sempre consideraram as especificidades das realidades locais e que estão diretamente relacionadas aos processos de organização coletiva e democrática; (...) portanto, representando soluções para a superação de diferentes situações problemáticas de vulnerabilidade e exclusão social, incidindo, assim, na melhoria das condições de vida daqueles atores envolvidos com a TS. (FERNANDES e MACIEL, 2010, p.9)

São consideráveis a pertinência e a adequação das Tecnologias Sociais aos objetivos e moldes da Economia Solidária. No entanto, se está tratando, nesse trabalho, de Empreendimentos Econômicos Solidários que são assessorados e incubados através de projetos de extensão desenvolvidos por Incubadoras Universitárias.

Nesse sentido, é cabível recorrer ao questionamento elaborado por Dagnino (2004) a respeito da construção da TS no âmbito acadêmico, onde se prioriza a produção e difusão do modelo de Tecnologia Convencional - TC, mais condizente com os objetivos e moldes das empresas capitalistas, com vistas ao mercado de consumo e produção baseado em tecnologias avançadas e caras.

De acordo com esse autor, para que a TS seja posta na pauta da produção científica e tecnológica das Universidades, é necessário

²⁰ Em nota de rodapé, à pag. 4, os autores justificam o uso desse termo da seguinte forma: “O conceito de utopia concreta é utilizado por Ernst Bloch e, de maneira sucinta, designa àqueles projetos de futuro possíveis, um conjunto de visões sobre o futuro vinculadas a intenções práticas de transformação em direção a um futuro desejado.” Cf. LIMA, Márcia Tait; DAGNINO, Renato Peixoto. Economia Solidária e Tecnologia Social: Utopias Concretas e Convergentes. In __ Outra Economía, vol. 7, n. 12, enero-junio 2013. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2013.712.01/1556>>, acesso em 26 de dezembro de 2013.

gerar uma nova cultura institucional que seja favorável à TS. Uma cultura institucional que viabilize uma agenda, de pesquisa e de formação de recursos humanos, coerente com a IS, a economia solidária, coerente com a TS, alargando seu nicho, no interior do conjunto de projetos que diferentes atores sociais impulsionam de forma aderente à TC. (DAGNINO, 2004, p. 206)

Esse passo em direção à TS parece já ter sido dado, no âmbito acadêmico, se for considerada a avaliação do PRONINC, realizada em 2011, quando as Incubadoras de EES foram questionadas sobre a utilização de tecnologia social (BRASIL, IADH/SENAES/TEM, 2011, p.131), e apresentaram as respostas constantes no quadro abaixo:

Tabela 1
Uso de Tecnologia Social por Empreendimentos Econômicos Solidários
(Empreendimentos geraram ou usaram alguma Tecnologia Social?)

	Nº.	% INCUBADORAS	CASOS VÁLIDOS
Sim	38	71,7%	73,1
Não	14	26,4%	26,9
Total	52	98,1%	100,0
Ausência de resposta	1	1,9%	--
Total	53	100,0%	--

Fonte: Relatório Final Avaliação PRONINC 2011, p. 131.

Esses dados consolidam o importante papel das Universidades para o desenvolvimento da Economia Solidária, através da extensão universitária, com uma atuação efetiva de transformação social a partir da inter-relação de diversos atores sociais, na construção de uma nova visão social onde são respeitadas especificidades culturais, territoriais e individuais, confirmando a noção de Gaiger (2012), de que

o campo acadêmico voltado para a economia solidária se notabiliza por um trânsito intenso entre a sociedade civil, a institucionalidade política e o aparelho de Estado, produzindo um espaço de circulação e confluência em que se formulam e executam políticas públicas e se constitui a agenda central dos debates e mobilizações. O fato repercute nos itinerários individuais, sob a forma de uma alternância de espaços institucionais e de funções ocupadas pelas pessoas envolvidas com a Economia Solidária: ora como assessores de ONGs, ora como pesquisadores, ora como agentes públicos, ora ainda como militantes ou integrantes de iniciativas solidárias de organização social e econômica. (p.314)

Essa dinâmica proporciona à academia uma incumbência que vai além da proposta imediata ao desemprego ou subemprego: proporciona-lhe a oportunidade de exercer sua principal função social que é levar à sociedade os saberes sistematizados e construídos, como forma de inclusão social, através da educação, formação política, econômica, social,

ambiental, etc., ou seja, através da extensão universitária, a academia tem a oportunidade de exercer seu papel transformador, e, ao mesmo tempo, proporcionar às comunidades envolvidas que também o exerçam.

O quadro em seguida demonstra a expectativa apresentada pelos empreendimentos econômicos solidários com relação à atuação das Incubadoras Universitárias:

Tabela 2
Tipo de Ajuda que a Incubadora Poderia Dar ao Empreendimento

Tipo de Ajuda	Quantidade de Respostas		% de Empreendimentos (N = 142)
	N	%	
Capacitação técnica e profissional, assistência técnica e assessoria	33	12,8%	23,2%
Capacitação e assessoria administrativa e financeira, gerencial e contábil	29	11,3%	20,4%
Apoio/assessoria na comercialização, mercado e marketing	37	14,4%	26,1%
Capacitação em Economia Solidária e cooperativismo	19	7,4%	13,4%
Captar recursos ou elaborar projetos para captar equipamentos/infraestrutura	44	17,1%	31,0%
Articulação com outros empreendimentos	3	1,2%	2,15
Articular com outras entidades	20	7,8%	14,1%
Acompanhar mais os empreendimentos e assistência continuada	20	7,8%	14,15
Apoiar legalização e apoio jurídico	12	4,7%	8,5%
Assistência em informática/Internet	2	0,8%	1,4%
Certificação	1	0,4%	0,7%
Continuar o mesmo apoio	27	10,5%	19,0%
Acesso a crédito	10	3,9%	7,0%
Total	257	100,0%	--

Fonte: Relatório Final Avaliação PRONINC, 2011, p. 148-149.

As reivindicações que figuram como mais frequentes nas respostas, estão relacionadas à captação de recursos para equipamentos e infraestrutura (17,1%); apoio e assessoria na comercialização e marketing dos produtos (14,4%); e capacitação e assistência técnica (12,8%). São, portanto, condições fundamentais para o processo de criação, estabilização e permanência de um empreendimento solidário no mercado.

Dessa forma, o papel das incubadoras universitárias está íntima e diretamente vinculado ao processo de desenvolvimento local, e à disseminação de empreendimentos econômicos solidários.

2.2.3 Economia Solidária: Novas perspectivas de desenvolvimento

A Economia Solidária surgiu a partir de manifestações em resposta ao desemprego que apontavam para uma nova forma de organização e gestão de empreendimentos econômicos, que se diferenciavam das condições estabelecidas pelo sistema de produção capitalista. Essa nova forma de empreendimento se fundamentava em preceitos como solidariedade, autogestão, cooperativismo, confiança e equidade.

À economia solidária é largamente conferido o caráter de alternativa para enfrentar problemas gerados por crises econômicas, sobretudo relacionadas à exclusão de camadas de trabalhadores do processo de produção, nos moldes da economia capitalista, em determinados momentos históricos, seja por reação às inovações tecnológicas causadoras de redução de postos de trabalho e/ou precariedade das condições de trabalho e inobservância de direitos trabalhistas e humanos, como na Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no Século XVIII, que segundo Godoy (2008), possibilitou, diante das condições a partir de então estabelecidas no mercado, que seus trabalhadores gerassem o embrião do cooperativismo em Rochdale, na Inglaterra, onde em 1843, vinte e oito operários e artesões fundam uma associação baseada na ajuda mútua e no bem comum, que passou a se chamar “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, cujos fundadores tinham como propostas iniciais:

- Abrir um armazém para a venda de provisões, roupas, etc...
- Comprar ou construir um certo número de casas, destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica ou social.
- Iniciar a fabricação dos artigos que a sociedade estimar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que estiverem desocupados ou sujeitos a repetidas reduções de seus salários;
- A fim de dar a seus membros mais segurança e maior bem estar, a sociedade comprará e adquirirá terras que serão cultivadas pelos sócios desocupados ou cujo trabalho for mal remunerado;
- Tão logo seja possível a Sociedade procederá a organizar as forças da produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; ou, em outros termos, estabelecerá uma colônia que se bastará a si mesma e na qual os interesses estarão unidos. A Sociedade ajudará a outras sociedades cooperativas para estabelecer colônias similares; A fim de propagar a sobriedade a Sociedade estabelecerá, tão logo seja possível, um salão de combate aos vícios (KEIL; MONTEIRO, 1982, p.2).

A partir dessas propostas foram se redesenhando os fundamentos do cooperativismo e consequentemente, da economia solidária, pois se pode observar, nas propostas dos Pioneiros de Rochdale, características como solidariedade, autogestão e auto-sustentabilidades, mantidas até os dias atuais como imprescindíveis para a organização e funcionamento de empreendimentos solidários.

De acordo com Laville e Gaiger (2009), outras iniciativas do tipo cooperativista são consolidadas como reação às condições econômicas e sociais estabelecidas a partir da Revolução Industrial, como, por exemplo, as cooperativas operárias de produção, em New Lanark, Escócia e New Harmony, nos Estados Unidos. Também foram surgindo, até o final do século, cooperativas de crédito na Alemanha e na Itália.

Outros fatores considerados, ainda na visão de que a economia solidária surgiu como alternativa ao desemprego, é a aplicação de medidas econômicas adotadas a partir de políticas neoliberais, sobretudo em países da América Latina, proporcionando maior abertura do mercado nos anos 1980 e 1990 (DELLA VECHIA, 2011, FARID, 2003 SINGER, 2009).

Vale ainda citar o caráter excludente da própria dinâmica da economia capitalista, mais recentemente marcada pela globalização, onde o mercado de trabalho, cada vez mais exigente, deixa de absorver grande contingente de mão de obra que não atende às suas constantes inovações (GAIGER, 2008; POCHMANN 2004; MANCE, 1999).

Outros autores relacionam a origem dos preceitos que fundamentam a economia solidária a processos históricos mais relacionados com aspectos políticos, como algumas medidas adotadas na Europa, no Século XIX, como parte de políticas implantadas pelo Estado, que incentivava ações associativas como prática filantrópica, o “associativismo cívico”, medidas adotadas pelos governos vitorianos do Reino Unido que, conforme Laville (2001), cujas diretrizes apontavam como objetivo incentivar a autogestão da sociedade em larga escala, com a ideia de que “as pessoas mais favorecidas fizessem por si só seus deveres de cidadão e ajudassem os pobres a participarem plenamente da sociedade” (*id. ibid.*, p. 58). Seria uma forma de “solidariedade filantrópica”, baseada no altruísmo e no voluntarismo.

Ainda de acordo com Laville (*id. ibid.*, p.60-61), como oposição a essa “solidariedade filantrópica”, surge, na França pós Revolução, a “solidariedade democrática”, que tinha como princípio a democratização da sociedade através de ações coletivas, visando à igualdade de direitos entre todos os que nelas se engajassem. Foi com base nesse princípio democrático de solidariedade, onde todos seriam igualmente beneficiados, que surgiram as associações trabalhistas, entre 1830 e 1848.

Outra experiência que serve como exemplo, pela proporção que tomou, e por diferir da maioria dos empreendimentos solidários, que atuam em escala local ou regional, é o Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha. Esse complexo de cooperativas é composto por mais de cem unidades cooperadas de produção, por um grande banco, Caja Laboral Popular, constituída em 1959, por uma das maiores redes de supermercados da Espanha, uma Universidade e diversas cooperativas de pesquisas tecnológicas (SINGER, 2008; 2000). Atualmente, está presente em vários países além da própria Espanha, inclusive no Brasil, onde mantém sucursais e um acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, de modo que o

MST manda todo ano pessoas para Mondragón para ficarem vários meses lá, e Mondragón manda intelectuais deles para aprender conosco. Literalmente querem aprender as grandes experiências da economia solidária no mundo e o Brasil é um dos lugares que eles querem aprender mais (SINGER, 2008)²¹.

Em declaração dada em 2010, Mikel Lezamiz, Diretor de Disseminação Cooperativa da Mondragón Corporação Cooperativa - MCC, afirmou que os países que mais visitam Mondragón são os EUA e o Brasil.²²

Essas iniciativas, pautadas em preceitos de associativismo e cooperativismo foram as antecessoras do que hoje chamamos de Economia Solidária, “um conceito criado na década de 1990 que tem em seu bojo a discussão das desigualdades sociais suscitadas pelo crescimento econômico que não proporcionou bem-estar a todos” (GODOY, 2008, p.10).

Várias são as formas de ações que se inserem nessa proposta, como o cooperativismo, o associativismo e outras formas de trabalho coletivo adotadas no campo e na cidade.

Há, também, uma vinculação de preceitos da economia solidária com uma visão mais ampla, que envolve liberdades públicas e privadas, observando-se um leque de condições que teriam como objetivo maior o bem estar do indivíduo e da coletividade, numa concepção segundo a qual

o objetivo da colaboração solidária é garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem-viver de todos e de cada um. Não se trata apenas de uma proposta econômica para gerar empregos e distribuir renda. Mais do que isso, trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana segundo a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja a liberdade pública, quando deseja que cada outro

²¹ Entrevista com Paul Singer, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext>, acessado em: 14 de abril de 2013. Não consta numeração de páginas, texto em formato eletrônico, contínuo.

²² Ver:< <http://terrasolta.org/>>, site da Associação Movimento Terra Solta, acesso em: 26 de junho de. 2013.

possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar - nas melhores condições possíveis - a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. Igualmente, sob esta mesma compreensão, a liberdade pública somente é exercida de modo ético quando promove a ética realização da liberdade privada (MANCIE, 2000, p. 179).

Essa concepção confere à colaboração solidária um caráter educativo, político, propulsor das liberdades privada e pública, remetendo ao que sugere Paul Singer (2000), que atribui à economia solidária uma função educativa e mesmo transformadora, na medida em que sugere aos indivíduos envolvidos em iniciativas de cooperação e autogestão a necessidade de um conhecimento prévio sobre essa forma de empreendimento, uma vez que

uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção *contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho*. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (Órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG), etc. (SINGER, 2000, p. 21-22. Grifo do autor).

Tendo como princípio básico a solidariedade, as cooperativas apresentam características específicas, tanto na forma de gestão quanto na de produção e divisão de bens. São essas características que fazem com que a economia solidária se distinga, em sua essência, da economia capitalista.

Alguns desses pontos divergentes entre a economia solidária e a economia capitalista são apontados por Paul Singer (2001); nas empresas capitalistas há uma hierarquia administrativa, onde o poder de decisão está centrado naqueles que ocupam posições de destaque; nas cooperativas, cada associado tem direito a um voto, e as decisões são tomadas em assembleia, como por exemplo, o plano de retiradas mensais, que são diferenciadas observando-se critérios como habilitação profissional, responsabilidade, dedicação, etc.

Essa prática resulta em uma escala de remuneração onde a distância entre a maior e a menor remuneração é bem menor do que seria em uma empresa capitalista. Em caso de divergência entre os membros da assembleia, é utilizado como recurso o referendo, que consiste em nova votação direta e secreta. Outro aspecto inerente às cooperativas, não observado em empresas capitalistas, é a autodisciplina. Cada trabalhador cuida de se manter dentro dos critérios estabelecidos e os transgressores são identificados pelos próprios companheiros de trabalho. A autodisciplina se faz, então, imprescindível para o sucesso da autogestão.

No entanto, o próprio Singer observa que

não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado. Para que uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ela atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários. (2001, p. 109)

Sendo assim, a Economia Solidária se coloca como um novo paradigma na busca de soluções para a exclusão do mercado de trabalho e de consumo, abrindo um leque de possibilidades, apresentando uma nova lógica para a organização da produção a partir da solidariedade e cooperação. “O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p.112).

Algumas críticas são feitas com relação a algumas abordagens teóricas da economia solidária, como por exemplo, a que diz respeito à visão de Paul Singer, destacada por AZAMBUJA (2009), segundo a qual os trabalhadores incorporam os valores ideológicos da economia solidária. Esse autor entende que essa concepção

não é capaz de compreender apropriadamente a relação entre autogestão e valores daqueles que se encontram no seio de um empreendimento autogerido. Principalmente porque essa visão ignora que outras orientações ideológicas podem surgir no seio do empreendimento autogerido (p.284-285).

Outras críticas dizem respeito à abordagem que os teóricos da economia solidária fazem a respeito da economia capitalista, como por exemplo, as mencionadas por Wellen (2008), que dão enfoque a dois pontos: a economia solidária, segundo o autor, ao tempo que trata do uso do capital como escolha individual, está mistificando a fase atual do capitalismo, uma vez que trata a vontade das pessoas desvinculada das regras do capital, “apelando-se a elas para que façam uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, o projeto em questão” (*id. ibid.*, p. 105).

Outro ponto de crítica do autor refere-se às vantagens que as organizações solidárias teriam frente às empresas capitalistas, segundo seus teóricos, que consideram o uso da solidariedade como um diferencial competitivo diante da economia capitalista. De acordo com o autor, “essas posturas são tratadas como formas ideológicas e enganosas que servem para intensificar processos de alienação humana” (*id., ibid.*, p. 105)

A manutenção dessa “ideologia da economia solidária” é mencionada por Singer (2008) como uma das dificuldades enfrentadas no âmbito da economia solidária ao relatar a atual situação do complexo de cooperativas de Mondragón, que por ter alcançado dimensão internacional, usa de métodos que não condizem com os princípios da economia solidária, como por exemplo, investir em países onde a mão-de-obra é barata e são poucos os direitos trabalhistas (China, Tchecoslováquia, México), como fazem as grandes empresas capitalistas.

Para Singer (2000), o argumento utilizado para tal operação, que seria o fato de não encontrarem “espírito solidário” em outros países não é válido, uma vez que empreendimentos solidários estão presentes em todos esses países.

Outras dificuldades enfrentadas para que a economia solidária se desenvolva mais acentuadamente são relacionadas ao acesso ao crédito, redes de comercialização e assessoria tecnológica e formação contínua dos trabalhadores (SINGER, 2000), como também a criação do Marco Jurídico da Economia Solidária, um dos objetivos da SENAES, que consiste tanto na adequação da legislação atual, quanto na criação de novas legislações que atendam às necessidades da economia solidária e que lhe atribua reconhecimento jurídico.

Vários municípios e estados brasileiros, situados em todas as regiões do país, estão tomando medidas nesse sentido, através de criação de leis e outros atos legislativos referentes à Economia Solidária²³, no âmbito de sua competência.

Em âmbito nacional, foi aprovada, recentemente, a Lei Nº. 12.690, de 19 de julho de 2012, que trata da organização e funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Essa medida contribui para o preenchimento de uma “lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados” (POCHMANN, 2004, p. 31).

No entanto, desde novembro de 2012, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4.685, que "Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional de Economia Solidária, e dá outras providências"²⁴. Tal projeto partiu da iniciativa de ação popular e contou com o apoio do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES instancia governamental, vinculada ao MTE, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, e de várias entidades

²³ A relação completa de legislação municipal e estadual referente à Economia Solidária está disponível em: <http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=132>, acessado em 08 de agosto de 2013.

²⁴ O teor do texto e a tramitação do PL 4685 estão disponíveis em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>, acesso em: 08 de agosto de 2013.

governamentais e não-governamentais²⁵ que participaram da elaboração do Projeto de Lei e, em regime de mutirão, coletaram as assinaturas necessárias para a apresentação de “Projeto de Lei de Iniciativa Popular”, instrumento da democracia participativa garantido pela Constituição Federal do Brasil²⁶ de 1988 e regulamentado pela Lei 9.709, de 1998²⁷.

Percebe-se que esse é um tema que enseja muita discussão, no entanto, o que cabe, nesse estudo, é entender como se formam, se organizam e se desenvolvem – ou não – os empreendimentos solidários, uma vez que constituem o cenário onde se desenvolvem as relações entre os diversos atores de interesse dessa pesquisa.

Uma característica presente na abordagem teórica sobre “economia solidária” é a forma como é tratada, nesse contexto, a “dimensão” de desenvolvimento.

Geralmente, encontra-se duas designações de desenvolvimento, quando se pesquisa sobre Economia Solidária, quais sejam: “desenvolvimento local” e “desenvolvimento territorial”. Ou, mesmo, uma terceira dimensão, junção das duas primeiras, o “desenvolvimento territorial local”.

O desenho das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, no Brasil, está pautado numa perspectiva de desenvolvimento local, seguindo uma tendência da nova proposta política adotada a partir da Constituição Federal de 1988, que regulamentou a descentralização do poder, “e introduziu a figura dos municípios como entes autônomos, fato inédito nos sistemas federalistas do mundo” (CAVALCANTE, 2011, p. 1785). A partir de então, o olhar para a dimensão local do desenvolvimento, tendo a priori o município como referência imediata de tal dimensão, passou a figurar na agenda política como uma proposta viável, no entanto

são sempre abordadas, principalmente em termos econômicos, suas relações com a região e os potenciais internos de cada comunidade. Nessa perspectiva são configuradas três escalas de desenvolvimento local – regional, municipal e comunitário – as quais determinam formas de integração diferenciadas entre os diferentes atores sociais. A escala regional recupera o potencial de integração e identidade territorial dos municípios de uma região, com a formação de mercados regionais e de integração do marketing público. O município representa, por sua vez, a escala administrativo-territorial à qual estão associados os atores locais e onde se concretizam as iniciativas

²⁵ Relação completa das entidades envolvidas disponível em: <<https://cirandas.net/leidaecosol/adesoes-de-organizacoes-para-a-campanha>>, acesso em: 08 de agosto de 2013.

²⁶ “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.” Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 04 de agosto de 2013

²⁷ “Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> acesso em: 04 de agosto de 2013.

econômicas. A terceira escala é a das comunidades onde se desenvolvem as alternativas de cooperativismo e associativismo voltadas à realização de atividades econômicas ou sócio-comunitárias com impactos sócio-econômicos, reforçando a identidade e auto-estima de um bairro, distrito, assentamento residencial ou de alguma parcela territorial representativa do município. (IBAM, 2005, p.7-8).

Portanto, mesmo considerado como referência imediata da escala “local”, o município não pode ser tratado sem se considerar as relações que se desenvolvem no seu interior (comunidades) e no seu exterior (região), pois é a partir das relações políticas, econômicas e sociais que se estabelecem nessas dimensões espaciais e entre elas, que se formam as condições necessárias ao desenvolvimento.

Na abordagem sobre desenvolvimento, os matizes “local” e “territorial” se entrelaçam e mesmo se confundem, na perspectiva de vários autores. Silveira (2007) argumenta que

O **desenvolvimento local** é especialmente indissociável da construção e aprofundamento de novas dinâmicas democrático-participativas (...) capazes de constituir o **território** como um espaço comum e compartilhado, abrindo comportas que rompem com a separação entre os lugares e os fluxos. Mais do que um distanciamento em relação ao padrão verticalista de construção e implementação de políticas, isto significa a afirmação de novos modos de relacionamento que tornam possível uma gestão efetivamente pública, isto é, social, participativa e compartilhada. (p. 52-53. Grifo nosso)

Da mesma forma, pode-se perceber essa proximidade entre “território” e “local” na perspectiva de desenvolvimento territorial segundo Abramovay, quando coloca que

a noção de **território** abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, já que convida a que se coloque ênfase na maneira como os diferentes atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no **plano local**. O processo de desenvolvimento é o resultado da forma específica como são usados os fatores materiais e imateriais disponíveis, com base nestas relações. (2006, p. 8. Grifo nosso.)

Dois aspectos confluentes nas abordagens de desenvolvimento, tanto local, quanto territorial, são marcantes e decisivos para a proposta desse trabalho, uma vez que, juntos, formam o cenário onde se estabelecem as relações de colaboração e conflito a partir de redes constituídas por distintos atores, quais sejam: o fato de que a dimensão espacial, seja do que se considere “local” ou “territorial”, corresponde a um “lugar” que apresenta características específicas que o distingue de outros “lugares”, a partir da dinâmica econômica, política e social ali estabelecida a partir de relações desenvolvidas no próprio âmbito ou externamente, em escalas espaciais mais abrangentes; e a participação efetiva e transformadora dos diversos

atores – internos e externos -, nesse processo de construção de identidade do “lugar”. (SILVEIRA, 2007; ABRAMOVAY, 2006).

Enfim, foi nesse contexto que se desenvolveu a pesquisa de campo e que se buscaram respostas para os questionamentos sobre a influência exercida pelas ações da IUEES/UFCG, nas comunidades atendidas pelos projetos de extensão universitária, no que tange à potencialização do capital social e ao processo de desenvolvimento local.

III CAPÍTULO

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico é um processo dinâmico, através do qual são utilizados variados recursos (métodos e técnicas da pesquisa científica) com o intuito de compreender a realidade social em análise, evidenciando a postura epistemológica e ética que o pesquisador necessita assumir diante do fenômeno estudado.

Assim, a pesquisa segue um procedimento racional e sistemático desenvolvido através da utilização de procedimentos científicos; ou seja, a utilização de conhecimentos teóricos, métodos e técnicas, que têm como objetivo buscar respostas aos problemas formulados a partir de uma temática que se pretende investigar.

Sendo assim, a metodologia da pesquisa em função dos objetivos é de caráter exploratório – descritivo que, de acordo com Gil (2002, p. 41) “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Desse modo, a coleta dos dados que fundamentam as análises apresentadas é de fonte primária, pois são dados coletados diretamente em campo.

Em função das características e especificidades do objeto de estudo do trabalho em pauta, o processo de análise de dados toma como base a abordagem qualitativa, pois

ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. (...) A pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características essenciais: tem o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador como instrumento fundamental de coleta de dados; utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada; busca do significado das situações para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas; preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e privilégio ao enfoque indutivo na análise dos dados (TEIXEIRA, 2003, p. 186).

A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador aproximar-se mais da teoria, dos dados, do contexto, da ação e dos sujeitos de forma interativa, com maior compreensão dos fenômenos pela sua interpretação, a partir da flexibilidade. Ademais, a pesquisa qualitativa permite a descrição dos fenômenos mediante o contato direto do pesquisador com o objeto em

estudo, considerando esse objeto como uma fonte de valores e significados passível de investigação.

Assinalando, ainda, que a pesquisa qualitativa considera o entrevistado como sujeito, permitindo ao pesquisador perceber seus gestos, olhar e inquietações. Esse tipo de pesquisa contribui para a discussão dos problemas metodológicos ligados a uma perspectiva reflexiva (MELUCCI, 2005).

Como instrumento de coleta de dados empíricos, foi utilizada a entrevista semiestruturada, que pede

uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os entrevistados. Trata-se de definir núcleos de interesse do pesquisador, que têm vinculação direta aos seus pressupostos teóricos (abordagem conceitual) e contatos prévios com a realidade sob estudo; ou seja, existe uma direção, ainda que não de forma totalmente declarada, para o conteúdo que vai ser obtido nas entrevistas. (ALVES e SILVA, 1992, p. 63).

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas junto ao público-alvo, composto pelos membros das comunidades atendidas, participantes dos projetos e membros da equipe técnica da IUEES/UFCG. Foram individualizadas e gravadas, com autorização expressa de cada participante, preservando o anonimato dos mesmos e respeitando suas visões de mundo e seus discursos. Além da gravação, as respostas foram transcritas diretamente nos formulários impressos do roteiro da entrevista.

Os núcleos de interesse sugeridos por Alves e Silva estão evidenciados no roteiro das entrevistas, pois os mesmos são compostos de 05 (cinco) partes específicas, onde foram abordados temas relacionados às questões centrais desse trabalho, como capital social, desenvolvimento local, economia solidária e a IUEES/UFCG.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a observação participante, que estimula o pesquisador a se envolver com o *lôcus* social e os atores da pesquisa que estão sendo observados. Os dados adquiridos através desse processo de investigação foram registrados em Diário de Campo, e utilizados, quando necessário, na composição de análise dos dados.

Também foi realizada pesquisa documental que permitiu conhecer a forma de elaboração dos projetos e o desenho das ações propostas, como também, a metodologia adotada pela IUEES/UFCG. Esse procedimento perpassou todo o período da pesquisa.

Na revisão da literatura, foi muito relevante utilizar teses e artigos científicos mais recentes como fontes de informação e atualização de conhecimentos referentes, tanto às

categorias analíticas abordadas neste trabalho, como às metodologias e técnicas científicas relacionadas a pesquisa de campo e análise de resultados.

A análise dos dados obtidos através das entrevistas foi feita baseada em métodos como os desenvolvidos por André (1983), e Bardin (1977), sugeridos para análise de dados qualitativos, em que as respostas obtidas durante as entrevistas são agrupadas em categorias distintas, discriminadas pelo pesquisador, conforme o grau de convergência de significados entre si. Ou seja, nessas propostas, as categorias analíticas são definidas a partir da análise das respostas. No caso dessa pesquisa, essas categorias foram definidas a partir do roteiro da entrevista, dividido em temas específicos.

3.1 *LÓCUS* SOCIAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada nas comunidades em que estão sendo desenvolvidos, atualmente, os projetos de extensão da IUEES/UFCG, que foram selecionados seguindo os critérios de diversidade, seja com relação às atividades econômicas desenvolvidas e em processo de incubagem; ao perfil da comunidade envolvida nos projetos (catadores, mulheres residentes em assentamentos rurais e pessoas assistidas pelo CAPS – Centro de Atenção Psicossocial); ou à área de atuação (urbana e rural). Assim, foram selecionados:

O Projeto de **Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo, PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local**, com público alvo de 42 mulheres, residentes nos assentamentos rurais Padre Assis, São Luís, Sombrio e Santo Antônio, localizados no município de Sossêgo – PB. O objetivo desse projeto é capacitar essas mulheres para o uso de tecnologias sociais, visando o desenvolvimento de atividades econômicas que contribuam para a geração de trabalho e renda. (IUEES/UFCG, 2011b, p.3).

O Projeto de **Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confeção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade**, com público alvo de 10 catadoras de resíduos sólidos do Lixão de Campina Grande – PB, com idade entre 23 e 65 anos. Esse projeto objetiva a capacitação das catadoras de resíduos sólidos do Bairro Mutirão em Campina Grande – PB, através de cursos e confeção de produtos artesanais (...) com o intuito de gerar alternativas criativas e desenvolver habilidades manuais das participantes visando à inclusão social e a geração de trabalho e renda (IUEES/UFCG, 2011c, p.3).

Intencionou-se investigar, além dos atores sociais envolvidos diretamente nos projetos, outros membros das comunidades - possíveis coadjuvantes na execução dos projetos -, como também a equipe técnica da IUEES. Considerando ser um universo extenso em número total

de participantes, uma vez que as ações da Incubadora Universitária abrangem grupos diversificados, apresentando, cada um, características específicas, com grande heterogeneidade em seu interior, considerar essas especificidades foi imprescindível para a composição analítica desse estudo.

3.2 O DESENHO DA PESQUISA

3.2.1 A Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG – IUEES/UFCG

A IUEES da UFCG figura dentre as Incubadoras de UF's que atuam, através de projetos de extensão universitária, junto a grupos e comunidades, com objetivo de proporcionar inclusão social e desenvolvimento local, através de atividades educativas e da incubação de empreendimentos econômicos solidários.

O projeto de criação e instalação da IUEES da UFCG foi idealizado em 2007, partindo da iniciativa de professores daquela instituição que já contavam com experiências em projetos de extensão junto a grupos sociais, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Em 2009, a IUEES inicia suas atividades, capacitando a equipe técnica que atuaria nos projetos de extensão por ela desenvolvidos.

Para a formação da equipe técnica, a IUEES contou com o apoio da própria UFCG, UFPB – Universidade Federal da Paraíba e UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, através da disponibilização de recursos humanos, como docentes com experiência em pesquisa, gestão e execução de projetos de extensão, de várias áreas do conhecimento, dentre as quais, Engenharia de Materiais, Química, Economia, Enfermagem, Ciências Sociais, Desenho Industrial, Administração e Contabilidade; discentes de graduação e pós-graduação; e técnicos administrativos. (MORAIS *et al.*, 2010).

No mesmo ano, dá-se início aos primeiros passos na incubação de empreendimentos econômicos solidários, contando com o apoio do Núcleo UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – da UFCG²⁸. Os primeiros grupos atendidos através de projetos de extensão específicos foram: Catadores, Agricultores e Usuários do CAPs (Centro de Atenção Psicossocial). Com sede própria, construída com recursos da UFCG, a IUEES está localizada no Campus Universitário de Campina Grande.

²⁸ A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG é uma das Instituições que conta com um Núcleo Local da Unitrabalho. No estado da Paraíba, há núcleos locais da Unitrabalho, também, na UFPB e na UEPB

Além do apoio financeiro da UFCG, para a construção da sede própria, a IUEES contou ainda com recursos financeiros provenientes de editais do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que possibilitou a aquisição de equipamentos e mobiliário para a sede própria e, num segundo momento, contribuiu para a capacitação da equipe técnica e a inclusão de novos grupos no processo de incubação.

A solicitação de institucionalização da IUEES, através da aprovação de seu Regimento Interno pelos órgãos deliberativos superiores da UFCG encontra-se, atualmente, em tramitação. A partir dessa regulamentação, a IUEES visa garantir a sua sustentabilidade em caso de falta de recursos provenientes de programas e políticas públicas.

Assim, conforme Art. 2º da minuta de Resolução Interna da IUEES²⁹ constam como seus objetivos:

- Disseminar e implantar modelos cooperativistas como alternativa à geração de trabalho e renda junto a grupos sociais excluídos ou em processo de exclusão social, e populações de baixo poder aquisitivo;
- Desenvolver processos de apoio educacional, tecnológico e político-institucional na consolidação da gestão da produção dos empreendimentos socioeconômicos solidários;
- Promover a capacitação das organizações associativas e apoiar diferentes formas de cooperação, auxiliando-as no processo de gestão e inserção de seus produtos e serviços no mercado;
- Promover cursos de curta duração de iniciação ao cooperativismo e associativismo autogestionário e outras temáticas da economia solidária;
- Viabilizar a produção e socialização do conhecimento através de projetos de pesquisa que subsidiem a intervenção na realidade, possibilitando a interação universidade/comunidade, através das diversas áreas do conhecimento;
- Prestar assessoria a empreendimentos de economia solidária em processo de formação, desde a apresentação da demanda, pelo período necessário à consolidação do empreendimento, de acordo com a avaliação da equipe de incubação.

Portanto, é a partir da execução de ações que visem atender aos seus objetivos que a IUEES/UFCG desenvolve seu efetivo relacionamento com as comunidades envolvidas nos projetos de extensão que executa, assim também como é definida sua “rede de colaboração”, através da qual é possível

²⁹ Disponível em <<http://iuees.ufcg.edu.br/wp-content/uploads/2011/08/REGIMENTO-IUEES-UFCG-2010.Pdf>>

conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.), em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo. (MANCE, 2002, p.1-2).

No que diz respeito à estrutura organizacional, de acordo com a minuta do Regimento Interno, a estrutura orgânica da IUEES é constituída das seguintes instâncias:

a) Plenária Geral: composta por todos os membros da equipe técnica, ainda que não estejam, momentaneamente, em atividade na IUEES. A Plenária é considerada como espaço de estudo e troca de informações e experiências, além de responsável pelos encaminhamentos gerais pertinentes à Incubadora;

b) Conselho Deliberativo: integrado por todos os docentes vinculados à Incubadora; por discentes, em 70% do número de docentes; por todos os técnicos administrativos; um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. As decisões são tomadas por maioria simples;

c) Coordenação Executiva: composta por dois membros docentes e um representante dos discentes, escolhidos pelo Conselho Deliberativo, atua na coordenação geral das ações da Incubadora e promove condições necessárias para o desenvolvimento de seus objetivos;

d) GEPESOL's – Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária. Constituídos por membros da equipe técnica, de todos os seguimentos (docentes, discentes e técnico-administrativos), são subdivididos em quatro Grupos, quais sejam: GEPESOL sobre Administração/Jurídico/Contábil; GEPESOL sobre Processo Produtivo; GEPESOL sobre Relações Interpessoais e GEPESOL sobre Processo Pedagógico. A função desses grupos é subsidiar as equipes de incubação, com conhecimentos específicos de cada grupo, observando os princípios da economia solidária;

e) Equipes de Incubação: cada equipe é formada por um membro (discente ou técnico-administrativo) de cada GEPESOL, com a coordenação de um docente vinculado à IUEES/UFCG. Sua função é planejar, realizar e acompanhar as ações referentes ao processo de incubação de cada empreendimento assumido pela Incubadora.

De acordo com a minuta do Regimento Interno da IUEES, os empreendimentos podem ser incubados mediante “demanda externa” ou “espontânea”, quando é motivada por convênios de iniciativa de outras entidades (Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais, ONGs e outras) que fazem a indicação/seleção dos empreendimentos; “demanda interna”, quando os projetos são gerados a partir da própria IUEES, com apoio financeiro público ou privado, caso em que ela mesma faz a seleção dos empreendimentos; e ainda podem ser

incubados a título de “atividade filantrópica”, sem contar com qualquer financiamento externo. Nesse caso, os empreendimentos deverão atender ao público definido pela legislação que trata de Assistência Social, ou seja, a seleção dos mesmos deve obedecer a critérios legais pré-estabelecidos.

A metodologia de incubação adotada pela IUEES consiste em um processo de atuação que está dividido em etapas que contemplam desde a formação da equipe técnica que irá trabalhar na execução dos projetos, até a avaliação dos resultados alcançados em cada empreendimento incubado. Essas etapas são as seguintes:

a) *Formação, capacitação e aperfeiçoamento da equipe técnica.* Uma vez formada a equipe técnica que atuará no processo de incubação dos empreendimentos selecionados, seus membros participam de cursos, palestras, reuniões e discussões sobre temas de várias áreas de conhecimento necessários para o assessoramento dos grupos atendidos sob a ótica da economia solidária;

b) *Pré-incubação dos empreendimentos econômicos solidários.* A pré-incubação corresponde à etapa inicial do contato efetivo entre a IUEES e os grupos que serão atendidos. A primeira fase dessa etapa é a seleção dos empreendimentos que serão incubados, em caso de “demanda interna”, onde são considerados os seguintes critérios: - caracterização do público alvo; - área de atuação e/ou desenvolvimento das atividades; - localização do empreendimento; - efetivo interesse de trabalho na perspectiva da economia solidária; - viabilidade técnico-econômica do empreendimento; - interação social do grupo do empreendimento; - dimensões social, técnico-científica e de inovação do empreendimento.

A essa fase, segue o diagnóstico social do grupo atendido, geralmente elaborado através da aplicação de questionários e entrevistas com o grupo, abordando questões sobre aspectos sociais, econômicos, políticos, relações familiares e comunitárias, dentre outras, que permitam traçar o perfil do grupo que será incubado, com o intuito de se elaborar ações com efetivo aproveitamento para o grupo.

Com base no diagnóstico social, segue a fase de sensibilização do grupo, através de oficinas, palestras e reuniões abordando temas pertinentes à economia solidária, assim como os que se fizerem necessários ao grupo mediante carências apontadas no diagnóstico.

c) *Incubação dos empreendimentos.* É a etapa que compreende o acompanhamento sistemático do empreendimento pela IUEES, através da socialização de conhecimentos teóricos e práticos. É a instalação efetiva do empreendimento e o acompanhamento do grupo, a partir desse momento atuando como grupo empreendedor. A partir dos conhecimentos acumulados e das experiências vivenciadas nessa etapa, com assessoramento externo (da

IUEES e outras entidades, eventualmente) é que se buscará estabelecer as condições necessárias para a viabilidade do empreendimento, seja com relação ao mercado, à autogestão e à autonomia.

d) *Avaliação dos resultados alcançados*. Feita a cada etapa do processo, a avaliação possibilita a adaptação e/ou revisão metodológica, tanto referente às ações do grupo incubado quanto às ações da própria IUEES, uma vez que nesse momento são confrontados os objetivos previstos e os resultados alcançados, etapa por etapa.

A cada projeto podem ser incorporadas metodologias específicas, com formas diversificadas de atuação, de acordo com a comunidade atendida e o tipo de empreendimento que será incubado. Essa adaptação metodológica se faz necessária, tendo em vista as peculiaridades de cada comunidade ou grupo envolvido nos seus projetos e programas³⁰, assim como dos objetivos que se pretendem alcançar com cada experiência. Os projetos e programas desenvolvidos pela IUEES³¹ apresentam características que os diferem substancialmente entre si. São eles:

- Projeto *Fortalecimento e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários como Alternativa para o Desemprego e Exclusão Social na Paraíba*, com o objetivo de expandir e fortalecer o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, visando à inserção social e econômica junto aos seguintes grupos: Cooperativa de Produção do Agreste Paraibano – COOPAP, em Queimadas – PB, Unidade de Beneficiamento e Reciclagem de Vidros em Campina Grande – PB, e pacientes com transtornos mentais tratados no CAPS I, em Cabedelo – PB. (IUEES/UFCG, 2011a);
- Programa Institucional: *Integração das Práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos na Paraíba*, que consiste na formação de profissionais (educadores, gestores, coordenadores e trabalhadores) através dos seguintes cursos: Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano; e de Extensão em Economia Solidária e Autogestão, oferecidos em sete *campi* da UFCG, nos municípios de Campina Grande, Cajazeiras, Cuité, Patos, Pombal, Souza e Sumé; (IUEES/UFCG, 2011d);
- Projeto: *Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confecção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade*, referente à incubação do grupo de

³⁰ O que difere os “projetos” dos “programas” é o período de duração. Enquanto os primeiros têm vigência definida para execução; os segundos têm um caráter contínuo, sem período definido para conclusão.

³¹ Disponíveis em <[http:// www.uees.ufcg.edu.br](http://www.uees.ufcg.edu.br)>

catadoras do Centro de Artes em Vidro – CAV, do Bairro Mutirão em Campina Grande – PB (IUEES/UFCG, 2011c);

- Projeto: *Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo – PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local*, que propõe a capacitação de mulheres nos assentamentos rurais São Luís, Padre Assis, Santo Antônio e Sombrio, no Município de Sossêgo – PB, visando o desenvolvimento de atividades econômicas que contribuam para a geração de trabalho e renda (IUEES/UFCG, 2011b);
- Programa Institucional: *Incubação e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários na IUEES/UFCG*, que está subdividido em duas partes, sendo: Parte I: com a proposta de desenvolver novos projetos de incubação ou fortalecer os já existentes em grupos como (A) catadores da Unidade de Beneficiamento e Reciclagem de Vidros em Campina Grande/PB, residentes no Bairro Mutirão; (B) pacientes com transtornos mentais e dependência química do CAPS I do município de Cabedelo - PB e (C) artesãos de Queimadas - PB. A Parte II diz respeito à fase de incubação referente a apoio logístico para a comercialização de produtos, com o atendimento de aproximadamente 20 (vinte) empreendimentos econômicos solidários da região metropolitana de Campina Grande – PB, que participam do Fórum Regional de Economia Solidária, na Paraíba (IUEES/UFCG, 2012).

Assim, a IUEES/UFCG desenvolve, a partir da execução de cada projeto de extensão, uma metodologia específica que atenda à necessidade de cada grupo, considerando tanto suas peculiaridades sociais (coletivas e individuais), quanto suas peculiaridades técnicas, definidas de acordo com o tipo de empreendimento a ser incubado.

É nesse contexto que se estabelecem as redes de relacionamento, e que se expressam, através dos diversos atores que a compõem, tanto as situações de cooperação quanto de conflitos, cenário esse propício à potencialização do capital social.

Portanto, foi no seio dessa dinâmica interativa que buscamos resposta para o questionamento inicial desse estudo, que é verificar se e como a atuação da IUEES/UFCG, a partir dos projetos de extensão universitária, tem contribuído para a potencialização do capital social e o desenvolvimento dos territórios onde implementa suas ações.

Dentre os programas e projetos acima, dois deles foram alvo da investigação a que se propôs esse trabalho: o projeto que atende os catadores de resíduos sólidos do Bairro Mutirão, em Campina Grande – PB; e o que atende mulheres residentes em assentamentos rurais localizados no município de Sossêgo – PB.

A escolha desses dois projetos, especificamente, deveu-se ao fato de que os grupos atendidos possibilitariam uma análise com enfoque territorial local, uma vez que são comunidades que estão concentradas em áreas espaciais específicas: um bairro urbano, o Mutirão, em Campina Grande, PB e assentamentos rurais localizados em um só município: Sossêgo, PB.

Outro critério observado para a escolha foi o fato de que as comunidades atendidas estão localizadas em espaços geográficos distintos, possibilitando uma visão analítica tanto na perspectiva do espaço urbano quanto no rural.

Finalmente, pôde-se destacar ainda, como critério de escolha, o fato de que os projetos se encontram em diferentes estágios de incubação. Sendo que o projeto desenvolvido no Bairro Mutirão com catadoras de resíduos sólidos está num estágio mais avançado do que o que se encontra o projeto desenvolvido com as moradoras de assentamentos rurais em Sossêgo - PB.

Um fato que deve ser mencionado, é que nos dois projetos, os grupos envolvidos são compostos por mulheres. No entanto, a questão de gênero não é posta, aqui, como objeto central de análise.

3.2.2 Caracterização das Áreas estudadas

3.2.2.1 Projeto “Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confeção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade”

Os catadores de resíduos sólidos do Bairro Mutirão, em Campina Grande - PB, foram o primeiro grupo a participar de projetos de extensão desenvolvido pela Unidade Acadêmica de Engenharia de Materiais - UAEMa, da UFCG, em 2006, quando foi desenvolvido o projeto “Capacitação dos Catadores para Triagem, Beneficiamento e Reciclagem de Resíduos Vítreos do Município de Campina Grande – PB”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, quando então foi instalada a Unidade de Beneficiamento de Materiais Vítreos, no Bairro Mutirão, onde foram executadas as ações do projeto (MEC/CIDADES, 2007), e onde atualmente é desenvolvida a confecção de produtos artesanais em vidro e outras atividades, como cursos, palestras e reuniões.

Como nesse período a IUEES/UFCG ainda não estava consolidada, os projetos desenvolvidos com o grupo de catadores de resíduos sólidos, inicialmente, eram objeto de projetos de extensão do Departamento de Engenharia de Materiais da UFCG.

Mapa 1
Localização do Município de Campina Grande – PB



Fonte: Diagnóstico do Município de Campina Grande – PB, 2005

O município de Campina Grande - PB, principal cidade do interior da Paraíba, está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema e localizado na Microrregião Campina Grande e na Mesorregião do Agreste Paraibano, com área de 621 Km², e altitude variando entre 650 a 1.000 metros. O clima é tropical chuvoso, com verão seco (BRASIL/CPRM, 2005). Segundo Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2010, contava com 385.213 habitantes. Em 2013, a população de Campina Grande foi estimada em 400.002 habitantes, pelo mesmo Instituto de Pesquisa³².

Localizado na Zona Oeste do município de Campina Grande - PB, o Bairro Mutirão conta, em seu entorno, com o bairro Serrotão, onde está instalada a Penitenciária Regional de Campina Grande, conhecida como “Presídio do Serrotão”; e também com a área onde se localizava o antigo Lixão de Campina Grande, desativado em 2012, pela Prefeitura Municipal.

³² IBGE, Cidades da Paraíba, 2013. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250400&idtema=1&search=paraiba|campina-grande|censo-demografico-2010:-sinopse->>>, acessado em 11.12.2013

Figura 1
Imagem de Satélite da Localização do
Bairro Mutirão, em Campina Grande – PB



Fonte: www.wikimapia.org

Considerado como um dos bairros mais carentes e violentos de Campina Grande, o Mutirão apresenta uma precária infraestrutura e altos índices de violência, o que fez com que o Governo do Estado inaugurasse naquele bairro, em 25 de janeiro de 2013, a sede da Unidade de Polícia Solidária - UPS, sendo a primeira instalada no município.

A proximidade dessa comunidade com o lixão e com a penitenciária faz parte da história das famílias ali instaladas, desde a formação do bairro, que surgiu

de uma pequena aglomeração de habitantes de características rurais, tendo-se expandido no final da década de 80 com a instalação do lixão municipal, de onde parte da população local retira seu sustento. (...) vivenciando um avançado e crescente processo de degradação (...) causado, entre outros motivos, pela proximidade excessiva do lixão; esgotos correndo a céu aberto; o sentimento de insegurança devido não apenas por avizinhar-se com o Presídio do Serrotão, (...) mas também, ironicamente, pela falta de policiamento no local. (ARAÚJO *et al* , 2008, p.2).

Foi ainda nesse contexto analisado por Araújo *et al.*, que foram dados, em 2006, os passos iniciais em direção ao projeto de extensão aqui considerado e executado pela IUEES/UFCG. A esse projeto pioneiro foram-se sucedendo outros, ininterruptamente, sempre voltados para os catadores de resíduos sólidos, e desenvolvidos no Mutirão.

A rede de colaboração formada para a execução desse projeto foi composta pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, órgão responsável pela implementação de políticas públicas em âmbito nacional; UFCG, através de apoio técnico, financeiro e logístico; Governo do Estado da Paraíba, que cedeu o prédio onde funciona a Unidade de Beneficiamento de Materiais Vítreos, localizado no Bairro Mutirão, onde são desenvolvidas as atividades de capacitação e o processo de produção do empreendimento;

Rede UNITRABALHO, através do Núcleo Local – UFCG e demais Incubadoras Universitárias, na troca permanente de experiências; a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis – COTRAMARE; professores da UFCG e da UEPB, e profissionais liberais de diversas áreas de conhecimento, como ministrantes de cursos e palestras; empresas do setor privado e público, na doação de materiais vítreos e tecidos, além da comunidade em geral, que também faz eventuais doações desses materiais.

3.2.2.2 Projeto “Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo – PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local”.

A execução desse projeto compreendeu dois períodos distintos, referentes à vigência do projeto inicial, e depois à vigência da sua renovação. O primeiro período foi de setembro de 2009 a dezembro de 2010; e o segundo período foi de março a dezembro de 2011.

Durante o primeiro período de vigência, o projeto foi apresentado a lideranças locais, como representantes políticos (Câmara de Vereadores) e comunitários (Clube de Mães, Pastoral da Criança e professores das Redes Municipal e Estadual de Ensino); foi realizado o diagnóstico socioeconômico, cultural e empreendedor das mulheres residentes nos 4 (quatro) assentamentos - São Luís, Padre Assis, Santo Antônio e Sombrio -; e foram realizados 4 (cursos) para as mulheres assentadas abordando os seguintes temas: Introdução a Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. (IUEES/UFCG, 2010).

No segundo período de vigência (*id. ibid.*, 2011e), houve a reapresentação do projeto para as mulheres dos 4 (quatro) assentamentos, para definição das atividades que seriam realizadas durante o ano de 2011, e foram executadas as seguintes ações: - Oficinas e cursos sobre “Encadernações Manuais” e “Confecção de Ímãs para Geladeiras”, inicialmente no Assentamento Padre Assis, e depois na zona urbana do município de Sossêgo, envolvendo os 4 (quatro) assentamentos. Foi também realizado o curso de “Produção de Materiais de Limpeza: detergente, água sanitária e desinfetante”, no Assentamento Sombrio.

Mulheres dos 4 (quatro) assentamentos participaram do “I Simpósio Nordeste sobre Economia Solidária”, realizado em Campina Grande, nos dias 1 e 2 de setembro de 2011, onde participaram das palestras e comercializaram seus produtos.

Após esse período, o projeto foi interrompido por dois motivos, segundo a coordenação da Incubadora: primeiro, a greve nacional dos servidores (docentes e técnico-administrativos) das Universidades Federais, à qual a UFCG aderiu, e que teve duração de aproximadamente 4 (quatro) meses, a partir do início de junho de 2010. Nesse período, os

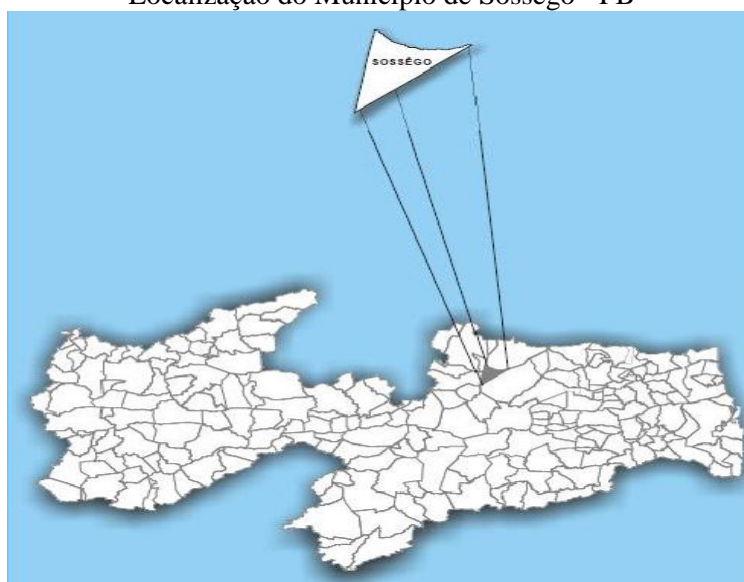
projetos de extensão foram suspensos, assim como a utilização dos transportes da UFCG, o que impossibilitou o acesso da equipe técnica da IUEES aos assentamentos. O segundo motivo apontado foi o clima estabelecido nos assentamentos devido às eleições municipais, uma vez que as discussões causadas por preferências políticas e partidárias teriam alcançado um nível que veio a interferir no relacionamento do grupo e, conseqüentemente, na execução das atividades desenvolvidas.

A rede de colaboração estabelecida para a execução desse projeto foi formada pela Secretaria de Economia Solidária – SENAES; UFCG; rede UNITRABALHO, Núcleo Local – UFCG e demais Incubadoras Universitárias; Câmara de Vereadores do Município de Sossêgo – PB, e professores das Redes de Ensino Municipal e Estadual do município de Sossêgo- PB, para quem o projeto foi apresentado; Associações de Moradores dos quatro assentamentos; professores da UFCG e UEPB; profissionais liberais das áreas de Saúde e do Direito, entre outras; as comunidades dos assentamentos contemplados.

A retomada desse projeto está prevista para o mês de março de 2014, com projeto já aprovado para esse fim.

Nessa nova fase, um novo participante da rede de colaboração será um banco privado, financiador do projeto.

Mapa 2
Localização do Município de Sossêgo - PB



FONTE: Diagnóstico do Município de Sossêgo – PB, 2005.

O município de Sossêgo - PB está localizado no Curimataú Paraibano, a 240 Km da capital, João Pessoa. Desmembrado do Município de Cuité – PB, foi emancipado em 1996, com área de 300 Km² e população de 2.365 habitantes. Dados do Censo Demográfico de

2010, do IBGE, mostram o aumento da população para 3.169 habitantes, distribuída da seguinte forma³³:

Tabela 3
Distribuição da população de Sossêgo – PB,
por gênero, nos espaços urbano e rural

	Rural	%	Urbana	%
Homens	810	25,6	771	24,3
Mulheres	777	24,5	811	25,6
Total por área	1.587	50,1	1.582	49,9
Total geral	3.169 (100%)			

Fonte: quadro elaborado pela autora, com base em dados do IBGE, 2013³⁴.

Observa-se uma distribuição populacional bastante equitativa, tanto com relação aos gêneros quanto ao espaço ocupado pela população. Em 2013, a população de Sossêgo foi estimada, pelo IBGE, em 3.376 habitantes³⁵.

Com clima tropical semiárido, as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são as atividades relacionadas ao comércio, na Zona Urbana, e as atividades agrícolas de subsistência, sobretudo a agricultura familiar e a pecuária, com criações de pequenos rebanhos caprinos e ovinos, na Zona Rural.

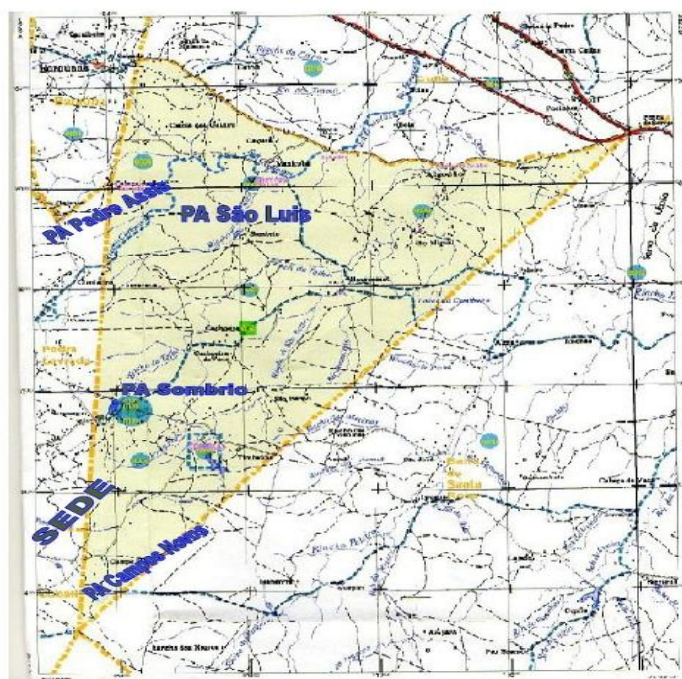
Os assentamentos rurais abordados nesse trabalho compõem o cenário rural do município de Sossêgo, e foram instalados a partir de programa de criação e implantação de assentamentos rurais, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. São eles:

³³ IBGE, Cidades da Paraíba, 2013. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>>, acessado em 11.12.2013

³⁴ Idem.

³⁵ Idem

Mapa 3
Município de Sossêgo - PB com localização dos assentamentos.



Fonte: Melo (2012), p.108

Assentamento Padre Assis: criado através da Portaria INCRA N. 081, de 11 de dezembro de 1998. Com área de 1.400 hectares, e distante 14 km da sede do Município de Sossêgo, beneficiou diretamente 41 famílias, cada uma com lote de 25 hectares. As principais culturas desenvolvidas são milho, feijão, fava, caju, hortaliças e mandioca. Com relação à pecuária, pode-se registrar a criação de bovinos, caprinos e aves, como galinhas e perus. Dispõe de Escola Municipal, com Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, cujo terreno para a construção foi doado pela associação de moradores do assentamento. Também dispõe de caixa d'água coletiva. Conta com um templo religioso da Igreja Católica e um da Igreja Evangélica (MELO, 2012).

Assentamento São Luís: criado em 18 de janeiro de 1999, através da RET 002/99 do INCRA, esse assentamento tem área de 1.491,5 hectares e as 47 famílias contempladas receberam lotes de 25 hectares, cada. Esse assentamento fica a 19 Km da sede do município de Sossêgo. De acordo com Melo (2012), as atividades agrícolas aqui desenvolvidas são semelhantes às do assentamento Padre Assis, devido à proximidade entre ambos, que é de apenas 6 Km de uma agrovila a outra. Contando com o Açude Santa Rita, nesse assentamento tem destaque a piscicultura e o plantio de hortaliças, feito às margens do açude, atividades que contribuem significativamente para a renda familiar. Conta com Escola Municipal com Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, com centro de informática. Possui

Posto de Saúde, sistema de abastecimento de água e caixa d'água coletiva. Conta com um templo Evangélico Assembleia de Deus.

Assentamento Sombrio: Criado através de Decreto de 06 de setembro de 1999, esse assentamento fica a 10 Km da sede do município de Sossêgo. Com área de 500 hectares, beneficiou 16 famílias, cada uma com lote de 26 hectares (*id., ibid.*). Esse assentamento não dispõe de escola, posto de saúde ou templos religiosos, como é observado nos demais.

Assentamento Santo Antônio (Campos Novos) – Conhecido na região pelo nome do Santo Padroeiro do município de Sossêgo, escolhido pelos moradores, esse assentamento é cadastrado no INCRA com o nome de Campos Novos. Foi criado em 16 de junho de 2003, através da RET do INCRA 010/2003, com área de 3.588 hectares, beneficiando 67 famílias, cada uma com lote de 16 hectares. Está localizado à 5Km da sede do município de Sossêgo. Aqui também têm destaque a piscicultura e o plantio de hortaliças, pelo fato dessa comunidade ser beneficiada pelas águas represadas do Açude Timbaúba. O atendimento médico é feito na sede da associação de moradores, assim como o funcionamento de sala de aula compartilhada entre as turmas de Educação Infantil até o segundo ano do Ensino Fundamental. Há um templo da Igreja Católica e um da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Dispõe de sistema de abastecimento de água. (*id., ibid.*).

Todos os assentamentos dispõem de área de reserva ambiental e áreas de uso coletivo e seus moradores contam com cisternas construídas com financiamento do Governo Federal.

A IUEES/UFCG realizou um levantamento do perfil sócio-cultural das comunidades dos quatro assentamentos rurais do município de Sossêgo – PB, atendidos pelo Projeto “*Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo – PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local*”.

Tal levantamento compõe a metodologia de incubação adotada pela IUEES, que atende as seguintes etapas: sensibilização, mobilização, perfil socioeconômico e cultural e capacitação das mulheres assestadas (SANTOS, 2010).

Os resultados da pesquisa feita nos assentamentos Santo Antônio e São Luís foram apresentados no artigo “Perfil Socioeconômico e Cultural de Mulheres dos Assentamentos Rurais de Sossêgo - PB”. A apresentação dos dados referentes aos quatro assentamentos consta no Relatório Final do projeto “Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo – PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local”³⁶, elaborado pela IUEES/UFCG em dezembro de 2010.

³⁶ Disponível em: <<http://www.iuees/ufcg.edu.br>>

IV CAPITULO

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em todas as etapas desenvolvidas na pesquisa de campo, houve o cuidado de sempre solicitar “a permissão formal do principal responsável pela unidade em estudo, [pois] o papel do pesquisador deve ser claro para aqueles que lhe prestam informações, não podendo ser confundido com elementos que inspecionam, avaliam ou supervisionam atividades”. (MARTINS, 2008, p. 10).

Esse procedimento fez com que fosse estabelecida uma relação de confiança entre o pesquisador e seus informantes, imprescindível para o desenvolvimento satisfatório da pesquisa de campo.

Serão apresentados, a seguir, os procedimentos utilizados na pesquisa de campo e os resultados obtidos, com relação a cada projeto, separadamente.

4.1 BAIRRO MUTIRÃO, CAMPINA GRANDE - PB

No Bairro Mutirão as visitas para sondagem, num total de 03 (três), foram realizadas diretamente na Unidade de Beneficiamento de Vidros, onde o projeto se desenvolve. Nessa ocasião, observou-se o processo produtivo em grupo, e a atuação da representante da equipe técnica junto ao grupo de catadoras.

As entrevistas foram realizadas, individualmente, na Unidade de Beneficiamento de Vidros, para onde as entrevistadas se dirigiram no dia e hora marcados previamente.

O formulário com o roteiro de entrevista utilizado no Bairro Mutirão está dividido em 05 (cinco) partes, de forma a dar maior clareza e definição aos temas abordados: Parte 1: Identificação da Entrevistada, com 04 (quatro) perguntas; Parte 2. Situação Socioeconômica, com 05 (cinco) perguntas; Parte 3: Relação Com a Localidade onde Mora, com 08 (oito) perguntas; Parte 4: Relações Sociais, com 09 (nove) perguntas, e Parte 5: Relação com a Incubadora, com 11 (onze) perguntas, totalizando, assim, 37 (trinta e sete) perguntas.

No entanto, em concordância com o que expõe Duarte (2002), ao observar que “eventualmente é necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas” (*id.*, *ibid.*, p. 144), após serem trabalhados os dados coletados nas primeiras entrevistas realizadas no Mutirão, percebeu-se a necessidade de

uma segunda abordagem, para questionamentos sobre a relação com a localidade, o processo e as relações de produção e as perspectivas das entrevistadas com relação ao projeto.

O roteiro da “Parte II” da entrevista no Mutirão foi composto da seguinte forma: Parte 1. Identificação da Entrevistada; Parte 2. Situação Socioeconômica, com 03(três) perguntas; Parte 3. Relação com a localidade onde mora, com 05 (cinco) perguntas; Parte 04. Expectativas com relação ao Projeto, com 05 (cinco) perguntas; e parte 5. Processo de Produção, com 06 (seis) perguntas.

A aplicação das entrevistas seguiu os mesmos critérios da primeira abordagem: a data, horário e local foram agendados previamente, através de contato telefônico com as participantes do projeto.

No entanto, uma das mulheres não foi entrevistada, pois havia solicitado às demais participantes, um tempo de “afastamento” das atividades para tratar de assuntos pessoais, até o reinício das atividades de capacitação, previstas para a segunda quinzena de abril de 2014.

Todas as entrevistas no Mutirão foram gravadas.

Como o roteiro da pesquisa semiestruturada já obedecia a uma divisão em categorias distintas, as respostas foram agrupadas ora considerando-se as mesmas categorias usadas no roteiro, ora adaptando-se o conteúdo de algumas respostas a novas categorias, criadas com o intuito de facilitar a análise dos dados (ANDRÉ, 1983; BARDIN, 1977).

A análise dos resultados abordará, concomitantemente, os dados obtidos na ocasião da primeira e da segunda entrevistas realizadas no Mutirão.

Para manter o anonimato das entrevistadas, todas receberam como codinome, nome de flores, pois na comunidade do Mutirão é muito comum o cultivo de jardins.

Também foram ouvidas duas representantes da equipe técnica da IUEES/UFCG: a coordenadora da Incubadora e do projeto, e uma ex-aluna da UFCG, que participou – e ainda participa, esporádica e voluntariamente – do projeto, desde as suas primeiras ações no Mutirão.

Os roteiros de entrevistas semiestruturadas seguiram o mesmo critério utilizado nas demais entrevistas, com abordagens divididas em categorias de análise.

O roteiro da entrevista com a ex-aluna, com 08 (oito) questões, não foi dividido em partes, pois o único tema abordado foi o “projeto Mutirão”.

O roteiro da entrevista com a coordenadora da IUEES/UFCG foi dividido da seguinte maneira: Identificação; 06 (seis) questões “sobre a IUEES/UFCG”; 05 (cinco) questões “sobre o projeto Mutirão”, 05 (cinco) questões “sobre o projeto nos Assentamentos”, e uma questão

final direcionada à experiência pessoal da entrevistada com relação à IUEES/UFCG e aos dois projetos em pauta nesse estudo.

- **Perfil das entrevistadas**

Das quatro mulheres participantes do projeto executado no Bairro Mutirão, 3 (três) tem idades entre 35 e 40 anos, vivem em união estável com seus companheiros e 1(uma) tem 63 anos e é viúva.

Apenas uma não tem filhos, enquanto que as demais têm, respectivamente, 3 (três), 4 (quatro) e 8 (oito) filhos.

Todas declararam ter o Ensino Fundamental incompleto, sendo que 02 (duas) concluíram a 1ª série e 02 (duas) concluíram a 2ª série, referentes hoje aos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

A principal atividade desenvolvida citada por 03 (três) mulheres foi “dona de casa”. Uma delas “desfia” bucha para carros e vende em oficinas.

As atividades desenvolvidas na Incubadora são mencionadas como “outra atividade”, por todas elas.

O núcleo familiar é composto pelo casal (um caso), casal e filhos (dois casos) ou filha, genro e neta (um caso).

A principal fonte da renda familiar é o salário dos esposos ou genro, complementados pela Bolsa Família e atividades esporádicas da própria entrevistada (venda de buchas).

O valor da renda familiar declarado é de “um salário mínimo” (duas entrevistadas) ou “menos de um salário” (duas entrevistadas).

- **Relação com a localidade**

O tempo médio de residência no bairro é de 13 (treze) anos, e a procedência residencial são bairros (José Pinheiro, Cachoeira) e Distrito (Catingueira) de Campina Grande – PB.

A vinda de três entrevistadas para o Bairro Mutirão está relacionada com o Lixão, localizado ali quando as mesmas fixaram residência. Duas delas vieram acompanhar a mãe, que trabalhava no Lixão (são irmãs), e uma veio acompanhando o esposo, pelo mesmo motivo.

Com a mudança do Lixão, transferido do bairro Distrito Industrial para o Bairro Mutirão, muitas famílias que dependiam do lixo para sobreviver fixaram residência nesse bairro. Para evitar a construção de barracas improvisadas na área do Lixão, a Prefeitura

Municipal de Campina Grande construiu casas de alvenaria e distribuiu com os catadores que trabalhavam no local (relato das entrevistadas).

Ao responderem se gostam de morar no bairro, metade afirma que sim, metade afirma que não. No entanto, as que afirmam que sim, fazem as seguintes ressalvas: “gosto por causa do trabalho” (Amarílis), e “me acostumei, pelo tempo” (Jasmim). São apontados como motivos favoráveis, além da opção de trabalho na IUEES/UFCG, a doação da casa própria. Como motivos desfavoráveis, a distância para o centro de Campina Grande – PB, e a falta transporte coletivo e de farmácia.

Os problemas do bairro, mencionados pelas entrevistadas, foram sintetizados na fala de Dália, quando diz que gostaria “que fizesse calçamento, esgoto, casa lotérica, melhorar a frota de ônibus, deveria ter mais médico regularmente, pois dificilmente aparece”.

Outro problema citado foi a falta d’água no bairro, pois segundo as entrevistadas, a água só chega às torneiras pela parte da manhã.

Quando indagadas se já haviam feito alguma reivindicação com relação aos problemas apontados, apenas uma respondeu que alguns moradores foram falar com o Prefeito, porém ela não participou da audiência. Segundo Açucena, não há reivindicação por parte dos moradores porque “tem um vereador na comunidade (...) nunca foram até ele, por acharem que ele já conhece a situação”.

Com relação aos recursos naturais do bairro, 03 (três) das entrevistadas admitem não tomarem qualquer atitude para economizar ou preservar o meio ambiente. Apenas Dália demonstra preocupação e afirma que faz “reclamações ‘individuais’ para as pessoas não jogarem lixo na rua”.

As mudanças que aconteceram no bairro foram observadas, como o Posto Policial, que trouxe mais segurança, e a escola, que está funcionando melhor. Essas mudanças são vistas como favoráveis, pois segundo Amarílis, “a violência diminuiu muito, agora não tem mais.”

- **Relação com a comunidade**

A família é vista como um ponto de união, em que os problemas são divididos. Apenas uma das entrevistadas afirma que exerce um papel central na família: “comando tudo em casa. Mando em tudo” (Jasmim). As demais expressam sua participação no grupo familiar da seguinte forma: “eu participo das discussões, reivindico” (Amarílis); “geralmente, deixo as coisas acontecerem” (Dália); “fico mais à margem das discussões” (Açucena).

O convívio com os outros moradores do bairro é considerado, em partes iguais, “bom” e “normal”. No entanto, duas das entrevistadas fazem ressalva com relação à confiança em

outros moradores do bairro, afirmando que convivem com todos, mas não confiam em todos, ou confiam “mais ou menos”. Ainda assim, 03(três) delas afirmam que desenvolveriam atividades em conjunto com outros moradores.

Nesse ponto, uma colocação de Dália chama a atenção quando diz que “queria formar uma ‘associação’ para desfiar bucha, pois dá um bom dinheiro e já tinha cliente certo.”

No entanto, a entrevistada completa sua fala da seguinte forma: “mas sei que não pode, aqui no galpão. Aqui a gente só pode fazer as peças de vidro e de papelão, por causa do projeto”.

Segundo as entrevistadas, as festas e eventos comunitários são escassos no Mutirão. Participam de eventos religiosos (missas e cultos), mas se envolvem apenas na organização de eventos promovidos pela Incubadora, quando acontecem, como festas de confraternização.

Apenas uma das mulheres afirma participar da associação de moradores do bairro, mas faz observar que há três meses deixou de ir às reuniões. Nenhuma delas tem alguém na família que participa da associação.

- **Relação com a Incubadora**

Todas as participantes tomaram conhecimento do projeto da IUEES/UFG através de amigos ou de familiares (mãe e esposo) que trabalhavam no Lixão, e que participavam de atividades desenvolvidas pela equipe que hoje compõe a Incubadora, em outro projeto de extensão, voltado aos catadores de resíduos sólidos.

Como as atividades do projeto desenvolvido anteriormente com os catadores eram abertas ao público, 03 (três) das entrevistadas já haviam participado de algum desses eventos: “meu marido participava e me chamou para participar de uma palestra promovida por uma enfermeira. Dessa conversa, eu me interessei em participar”. (Dália)

Envolvidas no projeto desde o início da sua execução, declaram que se interessaram pela proposta por ser uma oportunidade de aprendizado, trabalho, renda e convivência com outras pessoas.

O relacionamento com a equipe da Incubadora é considerado bom por todas as entrevistadas, assim como o relacionamento entre elas próprias. Apenas Jasmim faz uma ressalva com relação às suas companheiras de trabalho: “é mais ou menos. Eu falo e elas não obedecem. Gera estranheza, mas é normal.”

Todas elas participam dos eventos relacionados ao projeto, como cursos, palestras, congressos e feiras realizadas em Campina Grande – PB e outras cidades. Essas experiências são consideradas como muito boas e são relatadas por todas as entrevistadas: “já fui para

encontros em Brasília [DF], Sumé [PB], João Pessoa [PB]. Em Campina [Grande – PB], para feiras, palestras” (Jasmim).

- **Produção e Relações de Trabalho**

As peças produzidas pelo grupo são peças decorativas de vidro, como vasos e bandejas; e encadernações e pastas trabalhadas com papel e papelão reciclados e tecidos.

As etapas da produção em vidro são descritas da seguinte forma:

Primeiro, as alunas da UFCG fazem os desenhos com a nossa participação dando opinião; os vidros vêm do Boticário, e a Incubadora também arrecada e traz. O Boticário também manda trazer aqui. Quando o forno quebra, vem gente de fora concertar. A gente vende nos eventos. Quando tem, a Incubadora sempre comunica. Vamos com a equipe, nunca fomos sozinhas. (Dália)

Nesse processo de produção com vidro observa-se, ainda, a participação de membros da equipe técnica na etapa de criação das peças e assistência técnica, em caso de problemas com o forno.

A produção das peças de papelão e tecido se dá da seguinte forma: “Os moldes das peças em tecido e papelão são criados por nós, mesmo. Os tecidos, Açucena consegue na fábrica que o filho dela trabalha. Todo o processo é manual. O papelão é comprado com recursos da produção. A Incubadora compra e depois a gente repõe.” (Jasmim)

Nesse caso, as peças são produzidas individualmente, onde cada uma das participantes produz as peças que criam.

Cada uma das mulheres define seu papel e sua função no processo de produção da seguinte forma: Amarílis: “pela parte do vidro, ligo o forno e monto as peças. Se tiver alguma coisa errada eu digo, concerto. Com tecido e papelão, faço a peça completa”; Dália: “faço de tudo um pouco. Só não ligo o forno e em corto o vidro”; Jasmim: “sou responsável por montar as peças de vidro e botar no forno. As pastas de papelão, faço toda”. Açucena não descreveu sua participação no processo de produção por estar afastada da Incubadora quando da visita para a segunda entrevista.

Todas as entrevistadas declaram que estão satisfeitas com as suas atribuições, e que as executam com prazer.

- **Perspectivas e desafios**

Ao serem questionadas sobre quais eram as expectativas que nutriam ao se inscreverem no projeto, todas as entrevistadas responderam que esperavam melhoria de vida, através do trabalho gerar renda.

No entanto, são unânimes em afirmar que essas expectativas não foram confirmadas. Apontam como maior dificuldade enfrentada, a falta de comercialização das peças em um ponto de venda fixo, pois as feiras onde vendem os produtos são escassas, e nem sempre fazem boas vendas, quando participam. Segundo Jasmim, “ver as peças prontas e não vender é desanimador”.

Contudo, são unânimes, também, ao declarar que mantêm a esperança de que a expectativa inicial seja concretizada. A fala de Jasmim contempla o que foi colocado pelas outras entrevistadas, quando declara: “espero que tudo se concretize. Quero ficar independente, que fique só a gente. Que se faça tudo sozinho”.

Quando questionadas sobre o que deveria ser feito para contornar essa dificuldade, Amarílis sugere “mais conhecimento sobre comercialização”, Dália acha que “falta alguém para nos acompanhar para vender”, e Jasmim diz que precisa de mais “conhecimento sobre estatuto, venda... sobre questões legais de funcionamento. Ter mais reuniões, ficar mais conhecida da comunidade”.

Por outro lado, também apontam as conquistas alcançadas, como os novos conhecimentos adquiridos nos cursos, palestras; melhor qualidade na convivência entre si e com pessoas da comunidade e de outras cidades; e a autonomia adquirida com relação ao equipamento (forno), que já sabem manusear sozinhas.

A noção que têm do papel da Incubadora é de que “a Incubadora encaminha a gente para caminhar sozinho. Ainda não chegou a hora, mas vai chegar” (Amarílis). A menção à autonomia também está presente na fala de Dália: “através das palestras eu aprendi muita coisa. Sinto que posso ser independente”. Jasmim aponta para uma questão que até então não tivera sido abordada: “a Incubadora prepara com cursos. Dividir o apurado por produção, e não por igual, é o alvo das discussões, agora.”

Em setembro de 2013, foi criada formalmente, a partir da aprovação e reconhecimento do seu Estatuto Social e Regimento Interno, a Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais - CAVI. Todas as entrevistadas declararam que participaram efetivamente durante todo o processo de elaboração do Estatuto e do Regimento Interno da CAVI, participando das reuniões onde expunham suas ideias e impressões: “participei das reuniões, de tudo, desde o começo. Dava opinião em tudo”

Com a formalização da CAVI, elas esperam “muita mudança. A gente pode encaminhar tudo. Com ela, somos legalizadas.” (Amarílis).

Todas as participantes desse projeto fazem parte da Diretoria Executiva da Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais - CAVI, exercendo as funções de Presidente, Secretária, Tesoureira e Diretora de Patrimônio.

- **Análise do projeto pela IUEES/UFCG**

A equipe técnica que acompanhou o projeto do Mutirão no início de sua execução já foi desfeita e várias foram as mudanças de membros desde então. Essa rotatividade, sentida tanto pelas mulheres que participam do projeto, quanto pela coordenação, se dá devido ao caráter temporário que os alunos da UFCG e professores de outras Instituições de Ensino têm com o projeto.

A falta de interesse em atividades de extensão por parte dos professores da UFCG e a rotatividade dos membros das equipes dos projetos, compostas na maior parte por alunos bolsistas da graduação e pós-graduação de vários cursos da UFCG, são os fatores apontados pela coordenação da IUEES como a maior dificuldade enfrentada na execução dos projetos.

A ex-aluna da UFCG, entrevistada nessa pesquisa, a quem é designado o codinome de Leide, atuou em todos os projetos desenvolvidos pela IUEES/UFCG, com catadores, no Bairro Mutirão. Sua atuação durou 08 (oito) anos, de forma contínua, enquanto era bolsista nos níveis de graduação e pós-graduação do Curso de Engenharia de Materiais (mestrado e doutorado). Atualmente, participa do projeto eventualmente como voluntária, especificamente dando assistência técnica em equipamentos, como o forno utilizado na produção das peças de artesanato em vidro.

A atuação de Leide no projeto ora abordado estava relacionada à capacitação das mulheres para a execução das etapas de produção das peças em vidro: acompanhava as mulheres desde o processo de criação (*design*) das peças, feito por estudantes do curso de Desenho Industrial da UFCG (atualmente denominado Arte e Mídia), e repassava conhecimentos teóricos e práticos sobre preparo, lavagem e corte de vidro.

A maior dificuldade encontrada durante o seu tempo de atuação, segundo a mesma, foi o fato de que as mulheres “não tomam nenhuma atitude para trabalhar, não tomam decisões. Quando sai um bolsista, o trabalho para. Esperam tudo de fora, acham que é obrigação do Poder Público. Elas sabem que sempre serão contempladas com projetos, então não fazem muitos esforços.” (Leide).

Segundo a entrevistada, essa atitude das mulheres é desestimulante para a equipe que trabalha diretamente com no projeto, e afirma que só ficou tanto tempo atuando no projeto porque com o convívio, criou vínculos de amizade com o grupo.

A mesma situação é colocada, também, pela coordenadora do projeto (aqui designada apenas como “coordenadora”), quando afirma que a maior dificuldade enfrentada com o grupo atendido no Mutirão é a “falta de iniciativa, de perspectiva. Elas tentam, mas a necessidade delas é imediata, a nossa pode esperar dois anos, que é a vigência do projeto”.

Essa “necessidade imediata”, segundo Leide, faz com que, por vezes, sejam tomadas medidas assistencialistas, por parte da equipe técnica, como a aquisição de cestas básicas para as participantes do projeto. Essa atitude, segundo a entrevistada, faz com que “elas fiquem ainda mais ‘mal acostumadas’, esperando sempre que alguém as ajude”.

Outro problema apontado por Leide, diz respeito à postura de alguns estudantes bolsistas em relação aos propósitos do projeto da Incubadora, pois muitos se dedicam apenas aos objetivos dos próprios projetos, desenvolvidos nos cursos de graduação ou pós-graduação. Essa falta de compromisso faria com que tais estudantes contribuíssem para o projeto aquém de seus conhecimentos e capacidade profissionais.

Quanto ao ponto mais estimulante na execução do projeto no Mutirão, segundo Leide, é o incentivo mútuo entre os participantes bolsistas e voluntários, no sentido de continuarem trabalhando juntos, pois sozinhos, não conseguiriam caminhar.

Para a coordenadora, o ponto mais estimulante observado nas participantes do projeto “é a vontade de tentar, elas acreditam que vai dar certo. Elas já entenderam que a reciclagem dá certo, e já desenvolvem o processo de produção sozinhas.”

A próxima etapa de atividades no Mutirão terá início no mês de abril de 2014, com a realização de cursos de alfabetização, *design*, economia e vendas. Já estão sendo capacitados 05 (cinco) técnicos, provenientes de várias áreas de conhecimento, alunos da UFCG, para darem início a essas atividades, de acordo com informações da coordenadora.

O objetivo dessa nova etapa é abordar temas referentes à sustentabilidade do empreendimento. Serão abordados pontos como autonomia, comercialização dos produtos, saúde e cuidados pessoais, pois segundo as duas representantes da equipe técnica, a falta de autoestima é um complicador no processo de autonomia, Elas têm vergonha de falar, de aparecer em fotografias, e “não consideram o saber da outra. Tem que ser de alguém de fora”.

4.2 ASSENTAMENTOS EM SOSSÊGO – PB

Foram feitas 03 (três) visitas ao município de Sossêgo – PB para sondagem, ocasião em que foram mantidos contatos com moradores locais, no sentido de se estabelecer uma logística para o desenvolvimento da pesquisa de campo nos assentamentos, como: local para hospedagem, refeições, transporte para os assentamentos, e um guia local, que conhecesse os caminhos para os assentamentos e que tivesse algum nível de conhecimento de seus moradores, e pudesse indicar algumas residências em cada assentamento.

As entrevistas foram realizadas em domicílio, casa a casa, durante dois dias consecutivos, acertados previamente com a guia local.

O roteiro de entrevista utilizado nos assentamentos, é composto de 5 (cinco) partes, de forma a dar maior clareza e definição aos temas abordados: Parte 1: Identificação da Entrevistada, com 4 (quatro) perguntas; Parte 2. Situação Socioeconômica, com 7 (sete) perguntas; Parte 3: Relação Com a Localidade Onde Mora, com 8 (oito) perguntas; Parte 4: Relações Sociais, com 10 (dez) perguntas, e Parte 5: Relação com a Incubadora, com 11 (onze) perguntas, totalizando, assim, 40 (quarenta) perguntas.

A receptividade das entrevistadas não podia ter sido melhor, o que foi uma grata constatação, visto que não houvera contato prévio com todas as entrevistadas.

A localização do endereço das entrevistadas, em cada assentamento, foi conduzida pela guia local, que apontou a maioria dos endereços, enquanto outros eram indicados pelas próprias entrevistadas ou moradores locais. Essa “familiaridade” existente entre a guia e as entrevistadas favoreceu o trabalho de pesquisa, pois

é sempre necessário que o pesquisador seja aceito pelo outro, por um grupo, pela comunidade, para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador. E é preciso que esse outro se disponha a falar da sua vida, (...) introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação. (MARTINS, 2004, p. 294)

A receptividade por parte das entrevistadas, nos quatro assentamentos, resultou em entrevistas com depoimentos ricos em detalhes, que evoluíram num clima amigável, onde todos se mostraram à vontade e dispostos a contribuir com informações.

O critério de seleção dos nomes que compuseram a amostra em Sossêgo - PB foi a participação em pelo menos uma reunião realizada pela equipe técnica da IUEES/UFCG, durante a execução do projeto. Esses nomes foram resgatados das listas de presença

constantes dos relatórios de atividades do Projeto, em cada assentamento. Trabalho realizado na fase de pesquisa documental.

Nos assentamentos, algumas entrevistadas disseram ter vergonha de gravar suas falas, o que foi respeitado. No entanto, não houve prejuízo na captação de dados e ideias, pois foram considerados como critérios imprescindíveis, a fidelidade à fala dos entrevistados, e à forma mais abrangente possível de expressá-la, quando da transcrição das respostas nos formulários de entrevista, o que foi rigidamente cumprido.

Foram entrevistados, também com relação a esse projeto, dois componentes da equipe técnica da Incubadora: a coordenadora da Incubadora e do projeto, e um ex-aluno da UFCG, que participou do projeto durante toda a sua execução e que foi citado por várias entrevistadas.

Os roteiros dessas entrevistas foram os mesmos utilizados com a equipe técnica da IUEES/UFCG, no projeto do Bairro Mutirão,

Tabela 4
Apresentação do universo de pesquisa em Sossêgo – PB,
por assentamento.

Assentamentos	Domicílios Visitados	%	Entrevistas Realizadas	%	Pessoas Ausentes	%	Domicílios Fechados	%	Não responderam	%
Padre Assis	18	100	13	72,2	05	27,8	00	---	00	---
Santo Antônio	14	100	09	64,2	03	21,4	01	7,2	01	7,2
São Luís	12	100	06	50,0	04	33,3	00	---	02	16,7
Sombrio	08	100	06	75,0	02	25,0	00	---	00	---
Total geral	52	100	34	65,4	14	26,9	01	1,9	03	5,8

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com dados primários da pesquisa de campo.

Com o intuito de entrevistar todas as mulheres participantes do projeto, todos os endereços previamente listados foram visitados, no entanto nem todas as entrevistas foram realizadas, pois algumas mulheres estavam em Sossêgo - PB, outras estavam viajando para outras cidades da Paraíba, ou de outros Estados, e uma havia falecido. Apenas um domicílio estava fechado.

Três entrevistas deixaram de ser realizadas devido à pouca participação no projeto. Nesse caso, as próprias mulheres optaram por não participar da pesquisa por não terem conhecimento das questões abordadas. Eram mulheres que desistiram de participar após a primeira reunião, ou que foram a apenas uma reunião, no decorrer do período em que o projeto foi executado.

Duas entrevistas foram realizadas na sede do município de Sossêgo - PB, com uma moradora do assentamento Padre Assis, técnica em enfermagem, que foi entrevistada no Posto de Saúde onde estava trabalhando; e com uma moradora do assentamento Sombrio, que se encontrava na casa de parentes, onde prestava serviço em um pequeno estabelecimento comercial pertencente à sua família, para ajudar nas despesas domésticas.

Os resultados serão apresentados por partes, observando-se a divisão estabelecida nos formulários de roteiro da entrevista, e considerando-se, separadamente, cada assentamento.

No entanto, devido à grande homogeneidade entre os dados dos 04 (quatro) assentamentos, referentes aos aspectos socioeconômicos das entrevistadas, o perfil das comunidades será apresentado de forma unificada.

Pode-se observar na apresentação dos dados referentes aos assentamentos, a utilização de referências quantitativas (percentuais) em vários momentos. Essa medida foi tomada para que o leitor tivesse uma noção mais imediata da representatividade de ocorrências das respostas. No entanto, a análise desses dados não se aterá às características quantitativas, senão às qualitativas, visto que

as análises quantitativas preocupam-se com a frequência com que surgem determinados elementos nas comunicações, preocupando-se mais com o desenvolvimento de novas formas de procedimento para mensurar as significações identificadas. Por outro lado, os enfoques qualitativos voltam sua atenção para a presença ou para a ausência de uma característica, ou conjunto de características, nas mensagens analisadas, na busca de ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas para atingir interpretações mais profundas com base na inferência. (CAPPELLE MELO e GONÇALVES, 2011, p. 5).

Portanto, não cabe classificar a abordagem que segue de “quantitativa”, uma vez que os dados numéricos foram utilizados tão somente para “ilustrar” a frequência de determinadas respostas, e não como fonte de discussão e/ou análise dos mesmos.

Para manter o anonimato das entrevistadas, foram utilizados codinomes para identificação das entrevistadas, que receberam nomes de pedras preciosas, pois em todo o percurso feito entre o Município de Sossêgo - PB e os assentamentos, observou-se a constante presença de rochas de vários tipos e tamanhos.

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas utilizado nesse momento, são os mesmos utilizados com a equipe técnica do projeto dos assentamentos de Sossêgo - PB.

- **Perfil das Comunidades**

A maioria das entrevistadas dos quatro assentamentos tem idade acima de 31 anos (73,5%), possui Ensino Fundamental Incompleto (58,8%), é casada (70,6%), tem entre um e três filhos (73,5%) e reside com esposo e filhos (64,7%).

A principal atividade desenvolvida nos assentamento é a agricultura, seguida de atividades domésticas não remuneradas. A renda familiar é composta pela atividade agrícola e pela Bolsa Família, amplamente citada como renda complementar e mesmo como a principal renda para 08 (oito) entrevistadas, o que corresponde a 25% da amostra.

O valor da renda familiar apontado por 100% das entrevistadas que trabalham com a agricultura (roçados) é de até R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), mas como esse valor foi sugerido em pergunta fechada na entrevista, algumas entrevistadas (doze) fizeram questão de dizer que o total da sua renda familiar era “bem menos” que o mínimo sugerido na pergunta, declarando valores entre R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) e R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) mensais.

Apenas uma entrevistada declarou renda familiar entre R\$ 751,00 (setecentos e cinquenta e um reais) e R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), correspondentes ao próprio salário de técnico em enfermagem, somado ao valor da aposentadoria do esposo.

- **Relação com a localidade (assentamento)**

O tempo médio de residência das entrevistadas nos assentamentos é de 11 (onze) anos; e das 34(trinta e quatro) entrevistadas, 32 (trinta e duas) declararam gostar de viver nos seus respectivos assentamentos, por motivos como a posse da terra e casa própria; a tranquilidade do lugar; e as relações de amizade e parentesco ali estabelecidas. No assentamento Santo Antônio foi mencionada a existência da água proveniente do açude local como um diferencial em relação a outras localidades do mesmo município, e como um fator que possibilita a criação de animais.

As duas entrevistadas que declararam não gostar de viver no assentamento, são ambas residentes do assentamento Padre Assis, e apresentaram, como motivo, a falta de escola, trabalho e lazer no local, além da distância até a cidade e das dificuldades provocadas pela seca.

Dentre os quatro assentamentos, apenas Sombrio foi implantado através do Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, enquanto os demais foram implantados pelo programa de reforma agrária do INCRA (MELO 2012). Nesse último caso, as comunidades assentadas participaram efetivamente das discussões sobre divisão das terras

e implantação dos assentamentos, participando de reuniões com representantes do INCRA, onde “todo mundo podia dizer o que queria, resolvia tudo em conjunto” (Pérola, assentamento Santo Antônio).

A participação das entrevistadas nesse processo foi bem significativa no assentamento Santo Antônio, onde todas as mulheres entrevistadas declararam ter participado das reuniões para discussões junto ao INCRA.

No assentamento São Luís, das 06 (seis) entrevistadas, 02(duas) declararam ter participado das discussões; 02 (duas) afirmaram que não participaram diretamente, porém seus cônjuges haviam participado; e 02 (duas) não participaram do processo de implantação do assentamento, devido ao mesmo já estar estruturado quando lá se fixaram.

Quanto ao assentamento Padre Assis, dentre as 13 (treze) entrevistadas, 05 (cinco) participaram diretamente das discussões junto ao INCRA; 02 (duas) declararam que seus cônjuges participaram; 01 (uma) afirmou ser criança na época; 02 (duas) já chegaram ao assentamento após o processo de instalação; e 03 (três) apenas responderam que não participaram, sem apresentarem motivos.

Antes de fixarem residência nos assentamentos, todas as entrevistadas dos assentamentos São Luís e Sombrio residiam na zona rural, enquanto que no assentamento Padre Assis, dez das treze entrevistadas tinham a mesma procedência: moravam anteriormente na zona rural de Sossêgo – PB, ou de cidades circunvizinhas, como Picuí – PB, Cuité – PB, Pedra Lavrada – PB e Barra de Santa Rosa – PB.

O assentamento Santo Antônio mostra dados específicos, uma vez que das 09 (nove) entrevistadas, apenas duas residiam na zona rural de Pedra Lavrada - PB. As sete restantes residiam na zona urbana de Sossêgo – PB e de Pedra Lavrada – PB.

As principais demandas apontadas pelas entrevistadas como melhorias para o assentamento estão relacionadas com saúde, educação, trabalho, lazer e infraestrutura (transporte, construção de açude, perfuração de poço, água encanada, construção de depósitos para descarte do lixo, coleta de lixo, reforma das casas).

No entanto, aspectos relacionados com a organização e administração dos assentamentos são mencionados, em todas as comunidades pesquisadas, com observações de que “a organização do assentamento é muito fraca. O nível de desempenho dos atuais representantes é ruim” (Esmeralda, assentamento Santo Antônio), ou de que é necessário que haja “mais participatividade dos órgãos dos Governos Municipal, Estadual e Federal” (Ametista, assentamento Sombrio).

Também vale citar a referência feita sobre o desejo de que as pessoas fossem mais unidas e que conseguissem trabalhar juntas, nos assentamentos Santo Antônio (duas entrevistadas) e Sombrio (uma entrevistada).

Apesar da exposição de um vasto leque de demandas, a maioria das entrevistadas (64,7%) declarou jamais ter feito qualquer reivindicação a respeito junto aos órgãos competentes.

As entrevistadas que afirmaram ter feito reivindicações para melhorias no assentamento o fizeram durante reuniões com o INCRA e com a Associação de Moradores, ou se reuniram em grupo, procurando os representantes políticos do município de Sossêgo – PB. Outro meio de reivindicação citado foi o “abaixo assinado”.

A preocupação com a preservação dos recursos naturais do assentamento está presente em 82,3% das entrevistas, com destaque para a economia de água, a queima ou aterro do lixo e preservação da área plantada dos assentamentos. Ainda atentando para esses cuidados, algumas entrevistadas admitem o uso de agrotóxicos e de queimadas como sendo um “mal necessário”, pois de acordo com Pérola, do assentamento Santo Antônio, “a gente sabe que ‘queima’ e veneno faz mal, mas não temos saída”.

• **Relação com a comunidade**

O núcleo familiar é considerado pelas entrevistadas como “muito importante”. A maioria se posiciona nesse núcleo como principal membro, ou, seja, “a chefe” ou “cabeça” da família, aquela “que resolve tudo”; ou como membro ativo, que desempenha atividades específicas, como “educar os filhos”, “ajudar o esposo” e “cuidar da casa”.

Quatro das entrevistadas declararam não saber o que representam para as suas famílias, duas delas residentes no assentamento Padre Assis e duas no assentamento Sombrio.

As relações de vizinhança são consideradas, nos quatro assentamentos investigados, como um bom convívio, onde se mantém vínculos de amizade e de solidariedade, através de ajuda mútua “na hora da precisão”.

As relações de confiança ficaram evidentes através de questionamento sobre a existência de vizinhos em quem se confiaria deixar, sob seus cuidados, a própria casa e/ou os filhos, caso fosse necessário. As respostas afirmativas chegaram a 76,5% com relação ao empréstimo, e 83,3% com relação ao cuidado da casa e/ou dos filhos.

O assentamento São Luís apresentou dados específicos com relação a essa questão, pois as respostas afirmativas e negativas tiveram o mesmo número (50%).

Essa boa convivência é confirmada, também, através da intenção de se desenvolver atividades em grupo, na comunidade, quando 82,3% das entrevistadas se mostram favoráveis à ideia. No assentamento São Luís a aceitação é unânime.

Os tipos de atividades sugeridas para trabalho em grupo são diversos, e contemplam atividades artesanais, produtos de limpeza, avicultura (criação de galinhas), armazenagem de sementes, produtos culinários (bolos, salgados), dentre outras.

As entrevistadas que não compartilham da ideia de desenvolverem atividades em conjunto, na comunidade, apontam como motivos a desunião e a falta de entrosamento entre os moradores.

Quanto à participação em atividades sociais na comunidade, das 34 (trinta e quatro) entrevistadas, 33 (trinta e três) afirmam participar, pelo menos “às vezes”, como “uma maneira de sair de casa” (Ágata, assentamento Padre Assis). A única entrevistada que afirmou não participar desses eventos, o faz por achar que “as pessoas riem” dela.

As atividades em comunidade mais citadas pelas entrevistadas são os eventos religiosos, como missas, cultos, novenas e fastas de Santo Padroeiro. As reuniões da associação de moradores, as conversas informais e reuniões para produção de peças em crochê, entre vizinhas também foram mencionadas.

A maioria das mulheres dos assentamentos Padre Assis, Santo Antônio e Sombrio, já se envolveram na organização de atividades e festejos religiosos ou comunitários, geralmente promovidos pelos próprios moradores, seja contribuindo com a limpeza de igrejas, fazendo leituras nas missas e cultos, contribuindo com alimentos (galinhas, para leilão), ou trabalhando nas barracas de venda de alimentos.

No assentamento São Luís as entrevistadas declaram, em sua totalidade, não se envolverem com a organização desses eventos.

Em todos os assentamentos a maior parte das entrevistadas declarou participação na associação de moradores, como associadas, com participação nas reuniões. Uma das entrevistadas faz parte da diretoria da associação, e desenvolve atividades como convocação da comunidade para reuniões, condução eventual das reuniões, e elaboração de atas.

A participação de familiares como esposo, pai e filhos na associação de moradores também é observada em todos os assentamentos. Os mesmos têm participações tanto como associados, quanto como membros da diretoria.

- **Relação com a IUEES/UFCG**

O primeiro contato das entrevistadas com integrantes da equipe da IUEES/UFCG foi através de visita domiciliar, quando da realização da entrevista para definição do “Perfil Socioeconômico” de cada comunidade, ocasião em que tiveram, também, conhecimento sobre o projeto. Algumas mulheres afirmaram que tomaram conhecimento do projeto através de convite para a reunião de apresentação do mesmo, entregue em suas respectivas residências.

O que motivou a participação das mulheres no projeto, de acordo com as respostas das mesmas, foi a perspectiva de desenvolver uma nova atividade e aprender algo novo, assim como a possibilidade de trabalho e geração de renda, além do interesse em trabalhar em grupo, interagir com outras pessoas.

O tempo de participação no projeto não está bem definido nas respostas, pois as entrevistadas não têm a noção exata da duração do projeto, pois ainda afirmando que participaram “durante toda a sua execução”, quando quantificam o tempo, declaram períodos que vão de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de participação. Todavia, foram declarados períodos menores, de 01 (um) a 03 (três) meses, não por terem desistido, mas por terem aderido ao projeto já em execução.

Das 34 (trinta e quatro) entrevistadas, 31 (trinta e uma) acham que a continuação do projeto pode trazer mudanças para suas vidas, como oportunidade de trabalho, geração de renda e novos conhecimentos, seria uma oportunidade de “melhorar a vida fazendo algo novo. Juntar todo mundo é muito bom” (Safira, assentamento Padre Assis).

O convívio entre a equipe da IUEES e as participantes do projeto é considerado por todas as entrevistadas como muito positivo, e são unânimes, também ao afirmar que gostaram desse convívio.

Todos os eventos promovidos pela IUEES contaram com a participação efetiva das mulheres dos 04 (quatro) assentamentos, sendo mais citados os cursos, reuniões, palestras, reuniões em outras localidades e viagens.

Com relação à aprendizagem durante a participação no projeto, foram mencionados vários conhecimentos adquiridos relacionados com as noções de cooperativismo, de convivência e de trabalho em grupo, como sugerem as falas de Topázio, moradora do assentamento Santo Antônio, quando afirma que “se juntasse as pessoas, a comunidade se desenvolveria. Sozinha, não toco o barco pra frente”; e de Olivina, do assentamento Padre Assis, ao afirmar que “tinha conhecimento para fazer só, mas achava melhor trabalhar em grupo”.

Jade, do assentamento Santo Antônio afirma que a partir dos conhecimentos adquiridos, se sente “capacitada para continuar com o grupo e colocar as reuniões e produção em desenvolvimento”.

Outros conhecimentos adquiridos mencionados pelas entrevistadas se referem às atividades práticas, como confecção de imãs para decoração de geladeira, encadernações, produtos de limpeza e artesanato.

Há também a afirmação de que não foram adquiridos novos conhecimentos durante a participação no projeto, por parte de 06 (seis) entrevistadas, que declaram pouca participação no projeto ou ainda que “já tinha um conhecimento, o projeto não (...) ensinou” (Esmeralda, assentamento Santo Antônio).

A noção que as entrevistadas têm do que seja uma incubadora é bem variada, conforme aponta as falas de Turquesa, do assentamento Santo Antônio, que “pensava que era pra colocar criança”; Ágata, do Padre Assis define incubadora como um ambiente onde “pessoas se uniam para desenvolver a criatividade e trocar ideias”; Pérola, do Santo Antônio, diz que a incubadora que conhece “é a de criar pinto”; e Alexandrita, do Sombrio, entende como sendo “um grupo para produzir e vender os produtos”.

A maior parte das entrevistadas respondeu que não sabe, não lembra, ou não tem noção do que seja incubadora.

Embora esse tipo de resposta tenha sido repetida pela maioria das entrevistadas (52,9%), percebe-se que houve vários níveis de apreensão dos conteúdos abordados nos cursos apresentados pela IUEES/UFCG, com relação a Cooperativismo e Economia Solidária. Enquanto Turmalina, do assentamento São Luís, declara: “lembro do termo ‘economia solidária’, mas não sei o que é, como é, e nem como funciona”, há algumas respostas que abordam aspectos como trabalho em grupo, comercialização de produtos, geração de renda. Opala, do assentamento Padre Assis, diz ter aprendido “sobre cooperativa, cada um ter autonomia, com dedicação”. Embora algumas entrevistadas não consigam definir “cooperativismo” ou “economia solidária”, em vários discursos se percebe que estão presentes noções de autonomia, colaboração e parceria como fatores facilitadores para o êxito das atividades propostas como futuros empreendimentos nos assentamentos.

- **Análise do projeto pela IUEES/UFCG**

O projeto desenvolvido nos assentamentos de Sossêgo – PB teve suas ações executadas nos anos de 2011 e 2012, quando foi suspenso devido às dificuldades impostas pela greve dos servidores técnico-administrativos e professores da UFCG.

O ex-aluno da UFCG entrevistado nessa pesquisa, a quem será designado o codinome de Régis, atuou no projeto durante toda a sua execução, como bolsista do curso de graduação de Arte e Mídia - Design. Participou de todas as etapas desenvolvidas nos 04(quatro) assentamentos, desde a entrevista domiciliar para definir o perfil socioeconômico e o mapeamento para identificação do tipo de atividade que a comunidade gostaria de desenvolver como empreendimento, até a participação em cursos, reuniões e palestras promovidos, quando elaborava o material didático, organizava e secretariava tais eventos.

Durante sua experiência, o maior desafio enfrentado por Régis foi a dificuldade que sentiu em envolver as mulheres no projeto, pois segundo ele, “as pessoas sem vontade de participar influenciavam as outras. Faltava credibilidade, por tantos projetos iniciados nos assentamentos e não finalizados. Os graus de instrução diferentes também dificultava”. Tal situação era motivo de preocupação, pois “dificultava o andamento do projeto, e a Bolsa tinha prazo”.

No entanto, de acordo com o entrevistado, essa situação foi contornada durante o andamento do projeto. Com a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas, como cursos, oficinas, palestras e viagens, o envolvimento foi se estabelecendo aos poucos.

Segundo Régis, a maioria das mulheres envolvidas no projeto mostrava grande poder de decisão, e sempre apresentavam sugestões de empreendimentos, que eram consideradas. No entanto, por vezes, tais sugestões tinham que ser adaptadas às propostas da política nacional de Economia Solidária da SENAES.

A experiência adquirida com a sua participação no projeto não lhe trouxe acréscimo de conhecimentos profissionais, segundo o entrevistado, no entanto aprendeu muito através do contato com as mulheres, o que fez com que a experiência fosse muito gratificante.

As dificuldades apresentadas pela coordenadora do projeto, além daquelas que impossibilitaram a continuidade das atividades nos assentamentos, estão relacionadas ao contato com as comunidades, como a distância entre Campinha Grande – PB, onde residiam todos os membros da equipe técnica, e os assentamentos, e a disponibilidade de tempo das mulheres, que por serem agricultoras, trabalham durante toda a semana em seus roçados e destinavam apenas o dia de sábado para os eventos da IUEES/UFCG.

As datas dessas atividades eram sempre marcadas pelas próprias mulheres, pois nos sábados em que havia alguma comemoração festiva ou algum evento na comunidade, elas comunicavam sobre a impossibilidade de se desenvolverem atividades do projeto naquele dia. Os domingos eram destinados ao descanso em família.

As reuniões nas comunidades aconteciam quinzenalmente.

Outra dificuldade apontada pela coordenadora diz respeito à atuação de outros órgãos no assentamento, desenvolvendo atividades como cursos de artesanato e produtos de limpeza, que nem sempre eram finalizados e que seguiam uma metodologia totalmente diferente daquela adotada pela IUEES/UFCG.

O ponto mais gratificante do projeto, para a entrevistada, está na participação, interesse e compromisso das mulheres diante das propostas do projeto. A autonomia do grupo, em algumas situações, também foi mencionada, sendo exemplificada com o seguinte relato:

Em um dos assentamentos, dois homens me procuraram para participar do projeto. Disseram que sabiam que era só para mulheres, mas queriam participar, achavam que podiam ajudar. Levei a questão para o grupo. As mulheres se reuniram e decidiram, por unanimidade, que eles seriam aceitos no projeto. (coordenadora da IUEES/UFCG e do projeto)

Enquanto profissional, a entrevistada declara que a experiência com os projetos de extensão desenvolvidos pela Incubadora fizeram com que ampliasse seus conhecimentos técnicos e científicos para além de sua área de formação acadêmica, abrindo um leque de conhecimentos jamais alcançado por aqueles que não se envolvem com projetos de extensão.

4.3 RETOMANDO AS CATEGORIAS ANALÍTICAS: ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CAPITAL SOCIAL

Postos os resultados, serão retomados os conceitos à luz dos quais foram elaborados o problema e os objetivos desse trabalho, com o intuito de fazer uma conexão entre as categorias analíticas utilizadas nesse trabalho, e os dados obtidos na pesquisa de campo, o que Alves e Silva definem como “momento de sistematização” da análise qualitativa, ou seja,

um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo e entrecruzando até que a análise atinja pontos de "desenho significativo de um quadro", multifacetado sim, mas passível de visões compreensíveis. (ALVES, SILVA; 1992, p.65).

Considerando-se os dados do Mutirão, percebe-se, de forma bem definida, as características do atual momento de incubação em que se encontra o grupo, quais sejam: a dificuldade para entrar no mercado; a discussão sobre a equidade com relação à divisão dos resultados das vendas; e a conquista da autonomia, o desejo de “caminhar com as próprias pernas.”

São percepções que indicam um momento crucial para a sustentabilidade do empreendimento, uma vez que o objetivo final da incubação é proporcionar condições para que o empreendimento cresça e se mantenha no mercado, gerando renda que proporcione ao grupo envolvido, o seu resgate da pobreza (SINGER, 2001).

A dificuldade que o empreendimento enfrenta com relação à falta de um ponto de venda fixo para os seus produtos; indica um ponto de conflito que impossibilita o alcance do objetivo maior da Incubação: a aquisição da autonomia.

Sem vendas regulares, o grupo se sente desmotivado, e idealizam como seria desenvolver outra atividade, produzindo um produto mais “vendável”, como exemplo citaram a bucha para automóveis, que contaria com mercado certo, o Distrito dos Mecânicos, em Campina Grande - PB. Produzida a partir do desfiamento de tecido de malha, a produção da bucha seria um trabalho fácil, rápido e de boa aceitação no mercado, segundo Dália.

O que dificulta a venda das peças de vidro, de acordo com Amarílis, é que por serem ornamentais, não são de largo consumo, pois segundo a mesma,

vende muito pouco. Um dia, uma mulher encomendou uma peça, disse como queria, a cor... ficamos animadas e fizemos bem bonita. Ela veio pegar, gostou muito. Pronto, acabou. É assim... agora, quando vai aparecer outra? A professora quer que a gente saia para vender as peças, que a gente aprenda a se virar sozinha. Mas onde vamos vender? Essas peças não são como comida, que todo mundo compra... às vezes as pessoas olham, acham bonitas, mas não levam (AMARÍLIS, Bairro Mutirão, 2014).

Essa perspectiva de tentar um produto alternativo, no entanto, esbarra em uma questão crucial, de ordem formal: essa atividade não pode ser desenvolvida através do projeto da IUEES/UFCG, uma vez que é específico para a produção de artesanato em vidro.

O que pode parecer, à primeira vista, uma atitude contrária à proposta da IUEES/UFCG, não é, senão, uma resposta positiva aos ensinamentos que ela trabalha sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária. Não tivesse adquirido tais conhecimentos e vivenciado dificuldades através dos anos de execução do projeto, esse grupo não teria alcançado tal nível de discernimento. Vale salientar que a questão é colocada pelas mulheres sempre enquanto “empreendimento”, considerando o grupo como unidade de produção.

Essa concepção de trabalho em grupo, em cooperação, como alternativa para a geração de renda, também se mostra bem definida nos quatro assentamentos de Sossêgo – PB. No entanto, nessas comunidades se observa que além da valorização do trabalho em grupo, a geração de renda está muito vinculada, nos discursos das entrevistadas, ao desenvolvimento

do lugar. A relação entre a geração de trabalho e renda é, em grande escala, relacionada à “melhoria” ou “desenvolvimento” dos respectivos assentamentos.

À medida que os dados obtidos na pesquisa de campo são expostos e analisados, vão se desenhando, quadro a quadro, os preceitos que constituem o capital social. Dentre eles, o nível de confiança - e perspectivas - entre os membros do grupo (CUNHA, 2000; MARTELETO; SILVA, 2004); cooperação (FRANCO, 2001); engajamento cívico (PUTNAM, 1995); e práticas e relações interpessoais (DURSTON, 1999), onde haja interconhecimento e inter-reconhecimento, conforme Bourdieu (2012).

De formas distintas, tais perspectivas estão representadas tanto na comunidade do Mutirão, em Campina Grande – PB, quanto nos assentamentos rurais de Sossêgo - PB.

O vínculo que as comunidades estabelecem com o lugar, remete à ideia de “construção do território” (PECQUER, 2005) e da noção de “pertencimento” (ALBAGLI, MACIEL, 2004), que estão relacionados às relações estabelecidas entre os atores sociais e o território, onde interagem entre si e com o meio, de forma a desenvolverem relações sociais respeitando-se as peculiaridades da comunidade e do lugar.

Essa relação com o lugar se mostra evidente ao se considerar o nível de participação dos moradores dos assentamentos, seja em eventos de dimensão política, como a estruturação e instalação dos assentamentos, quando as comunidades participaram efetivamente das discussões junto ao INCRA; seja em eventos de dimensão cultural, como as festividades locais, promovidas pela própria comunidade; seja na dimensão social, através da participação em associações de moradores, seja na dimensão econômica, como a própria participação no projeto da IUEES/UFCG, Ou seja, percebe-se que “o meio rural é percebido e valorizado em quatro dimensões centrais: como espaço produtivo; espaço de residência; espaço de serviços e espaço patrimonial.” (CUNHA, 2000, p. 50).

No Bairro Mutirão, a falta de sentimento de pertencimento ao local, embora com tempo médio de residência superior a dez anos, é constante na fala das entrevistadas. Há mesmo certa rejeição ao lugar, que repercute nas relações interpessoais no âmbito da comunidade. Ou seja, nas relações horizontais, como o nível de confiança entre vizinhos, e a falta de interesse em participar de eventos culturais na comunidade, e da associação de moradores.

Essas restrições, no entanto, não são observadas nas relações verticais do grupo, como as mantidas com a IUEES/UFCG, pois nesse contexto, o grupo mantém constante e efetiva participação, seja em eventos relacionados à metodologia da Incubadora, como cursos, palestras, feiras; seja em momentos festivos (participação e organização de festas de

confraternização); seja em atividades cívicas e políticas, como a participação na diretoria e na discussão durante a elaboração do Estatuto e do Regimento Interno da Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais – CAVI. Portanto,

é fácil constatar (...) que a diversidade regional e territorial, (...) influenciam nos níveis e criação de confiança e capital social nas diferentes comunidades. Isso é importante mas não é suficiente, se o propósito do pesquisador ou planejador é o desenvolvimento de uma comunidade e de seu território. Nesse caso, a questão torna-se mais complexa, tendo em vista que nos processos de desenvolvimento afloram interesses divergentes entre os diferentes atores individuais e coletivos que atuam num determinado território, os quais têm diversas e conflitantes percepções da realidade. (CUNHA, 2000, p. 58)

Cabe, nesse caso, à IUEES adaptar sua metodologia de forma a alcançar os mesmos objetivos – geração de trabalho e renda, inclusão social e desenvolvimento - nas duas comunidades, mas percorrendo caminhos distintos.

Pesquisas recentes, desenvolvidas com grupos similares aos estudados nesse trabalho, revelam situações condizentes com algumas questões aqui levantadas.

Tratando de Empreendimentos Econômicos Solidários em áreas rurais de Corumbá – MS, Mariani e Arruda (2010) apontam para uma questão que foi aqui abordada, sobre o sentimento de pertencimento das comunidades assentadas em Sossêgo- PB, com relação ao território e ao fato de relacionarem os benefícios adquiridos a partir do projeto da IUEES/UFCEG com o desenvolvimento local. Os autores observam, também no caso por eles estudado, que

os EES inserem-se como um dos elementos do território sendo que, face às suas características, incrustam neste mesmo território sentimentos integrativos de solidariedade e cooperação, de modo que cada comunidade é impelida a, conjuntamente, esquadrihar estratégias que visem ao desenvolvimento local e consequente manutenção das especificidades territoriais locais. Assim, o território é o ponto focal das estratégias de desenvolvimento. (*id. ibid.* p. 1)

Portanto, a implementação dos Empreendimentos Econômicos Solidários nesses territórios, contribui, não só para o seu desenvolvimento, mas também para a sua própria “construção”, à medida que, ao tempo em que insere novos saberes e novas práticas, respeita as especificidades territoriais locais.

Vale registrar, também a experiência de Medeiros, *et. al.* (2012), com pesquisa desenvolvida no bairro de Timbaúbas, em Juazeiro do Norte – CE, por seu enfoque centrado, especificamente, no processo de incubação voltado ao desenvolvimento local, quando em

análise desse processo, e levando em consideração a diversidade dos atores envolvidos, os autores concluem que

participar desse processo de construção de uma nova economia provou que não há “receita pronta” de como fazer um processo incubatório dar certo com a emancipação da comunidade no final do decurso. Certamente poderá contribuir para que nós, agentes ativos no estímulo do desenvolvimento do processo e também as pessoas que vêm de fora para dentro da comunidade, possamos conhecer as nossas diferenças bem como as nossas semelhanças em relação às pessoas que vivem dentro do espaço em que iremos propor mudanças. Constitui um grande desafio desenvolver propostas capazes de suprir às necessidades reais da comunidade sem ferir ou esquecer qualquer dos valores cultivados pelos seus moradores. (*id. ibid.*, p. 128).

Este é, sem dúvida, o desafio enfrentado, também, pela IUEES/UFCEG, que diante das diversidades e adversidades encontradas em seu percurso metodológico é levada a uma constante adaptação de ações e medidas com o intuito de atender demandas específicas de cada grupo encubado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão inicial desse trabalho, “*a atuação da IUEES/UFMG, a partir dos projetos de extensão universitária tem contribuído para a potencialização do capital social e o desenvolvimento nos territórios onde implementa suas ações?*” encontra resposta a partir da análise dos resultados da pesquisa de campo. No entanto, a resposta merece ser exposta de forma mais concisa.

Ao tempo em que a IUEES/UFMG vai desenvolvendo as etapas metodológicas referentes a cada projeto, vai sendo construído um percurso onde os grupos incubados e a própria equipe técnica, são induzidos – ou conduzidos – a compartilhar conhecimentos, trabalho, processo de produção, renda. Nesse interagir entre atores sociais diversos, no âmbito das ações do projeto - sejam elas desenvolvidas em nível local ou num recorte espacial mais abrangente -, são construídos e compartilhados novos saberes.

Sendo a partir desse intercâmbio, proporcionado pela própria natureza da extensão universitária e dos Empreendimentos Econômicos Solidários, implementados através de redes de colaboração, que se desenvolvem os preceitos básicos do capital social, imprescindíveis para o desenvolvimento em qualquer que seja a sua dimensão.

Nesse sentido, a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, pode-se afirmar que a atuação da IUEES/UFMG contribui para que o capital social se cristalice nas comunidades em que atua, uma vez que estimula os grupos atendidos a se posicionarem diante de situações que exigem atitudes, impostas pelo objetivo mesmo dos projetos, que definem e caracterizam o capital social.

Essa “construção” do capital social vai se estabelecendo a cada etapa metodológica desenvolvida pela IUEES/UFMG, envolvendo todos os atores participantes dos projetos.

Percebem-se nuances na atuação da Incubadora, que estão além dos objetivos imediatos de cada etapa metodológica, e que se remetem às noções de inclusão social, participação cívica, cooperação, confiança, equidade, enfim, aos requisitos necessários para a potencialização e a expressão do capital social.

Pôde-se observar, por exemplo, que nos assentamentos, a simples medida de enviar convites para reuniões personalizados, entregues em domicílio, desenvolveu, nas participantes, um sentimento de inclusão social, respeito, valorização e senso de responsabilidade, que as estimularam, de imediato, a participar do projeto, ainda que, em alguns casos, por “curiosidade”.

No assentamento Padre Assis, a aceitação da participação de dois homens no projeto, estimulou o grupo. Ao procurarem a Coordenação da IUEES/UFCG para saber da possibilidade de participarem do projeto, já que era voltado para mulheres, lhes foi sugerido, pela coordenação da Incubadora junto com a equipe técnica, que a tomada dessa decisão seria repassada para o grupo de mulheres - condição aceita pelos dois interessados. Essa atitude possibilitou que fosse criado um vínculo de confiança, solidariedade e equidade, não só entre as partes envolvidas diretamente na decisão, mas a confiança mútua, estabelecida em cadeia, onde estavam envolvidos o grupo de mulheres, os dois interessados em participar do projeto, a equipe técnica e a coordenação da IUEES.

No Bairro Mutirão, a recente formalização da Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais - CAVI, e a participação efetiva do grupo nas discussões para a elaboração do Estatuto e do Regimento Interno, assim como a participação na Diretoria Executiva, provocou, nas quatro mulheres envolvidas no projeto, um sentimento de reconhecimento enquanto profissionais e cidadãs, que além de inclusão social, proporcionou-lhes a percepção de que fazem parte da dinâmica social enquanto agentes ativos, políticos, com poder de decisão.

Outra característica observada durante as pesquisas documentais e de campo, foi a flexibilidade das etapas metodológicas dos projetos da IUEES/UFCG, adaptando-se, sempre, às especificidades de cada grupo incubado.

Um exemplo dessa flexibilidade, no projeto dos assentamentos, é o fato de que as reuniões e eventos realizados nas respectivas comunidades são sempre agendados pelas mulheres participantes do projeto, respeitando o estilo de vida de cada grupo; no Mutirão, pode-se citar como exemplo de flexibilidade, a decisão de se promover palestras abordando temas que não estão diretamente vinculados aos temas centrais da Economia Solidária, como “autoestima”.

São situações e peculiaridades apresentadas em cada grupo, que exigem adaptações metodológicas que requerem a consideração e o respeito às diversidades apresentadas, sejam de caráter social, cultural, econômico, ou mesmo adversidades e/ou conflitos estabelecidos nas relações interpessoais no interior do próprio grupo.

Esse é, sem dúvida, o maior desafio da IUEES/UFCG. A incessante adaptação metodológica, visando alcançar seus objetivos de geração de renda e inclusão social, da forma mais condizente com a realidade dos grupos atendidos.

No entanto, essa flexibilidade é limitada pela institucionalidade dos projetos, que devem observar as considerações da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES,

que estabelece as normas e critérios de execução de política pública voltada para os empreendimentos da economia solidária, em âmbito nacional.

Percebe-se que, ao término de um trabalho que envolve tão grande diversidade de atores sociais, espaços territoriais, culturas, práticas e sentimentos, mais do que respostas, fazem-se urgentes, infindáveis perguntas.

As experiências e vivências relatadas durante a pesquisa de campo e aqui expostas, demonstram a percepção, amadurecimento e reprodução das noções sobre cooperativismo, solidariedade, equidade, reciprocidade de interesses, por parte de todos os envolvidos nos projetos. Esses novos “saberes” tendem a se desenvolver e se multiplicar, incessantemente, seja no âmbito dos territórios estudados, seja num âmbito mais abrangente, que será definido pela extensão da atuação e das relações mantidas pelos diversos atores.

A dinâmica com que se desenvolvem as relações interpessoais e com a localidade, apresenta um campo de investigação inesgotável. Ainda no processo de coleta de dados em campo, foram constatadas novas possibilidades investigativas a cada fala, a cada experiência relatada.

No Bairro Mutirão, por exemplo, caberia investigação sobre o fato de que, mesmo com toda a estrutura necessária disponível para a produção de suas peças (sede própria, cedida pelo Estado; equipamento e matéria prima), o grupo incubado não consegue maiores avanços no mercado, o que geraria mais renda para o grupo e mais investimento na produção.

O projeto nos assentamentos de Sossêgo – PB está sendo retomado pela IUEES/UFCG. Seria cabível averiguação sobre o aproveitamento das propostas de empreendimentos apresentadas pelas comunidades, como a criação de galinhas. Dessa sugestão, surgem duas vertentes: em caso negativo, poder-se-ia investigar se, ou de que forma, as comunidades reagiriam e se adaptariam a outra proposta de empreendimento; em caso afirmativo, a investigação poderia ser direcionada para a utilização de Tecnologias Sociais, ou seja, verificar-se-ia se os conhecimentos das comunidades, construídos culturalmente, estariam sendo aplicados no processo de produção.

Os questionamentos acima sugerem investigações futuras, cujas respostas viriam contribuir para vários campos da ciência, tamanhos são o dinamismo e a diversidade presentes no contexto de cada proposta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos Territoriais.**

Disponível em:

<http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teorias_dos_estudos_territoriais.pdf>

Acesso em: 14 de março de 2013.

_____. **Capital social:** cinco proposições sobre desenvolvimento rural. In: _____. Anais do II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica: A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável. São Luís, MA, Dezembro, 1998a. , p. 69-86. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/index.php?faces.view=/newpages/publicacaoViewAll.xhtml>>, acesso em: 18 de agosto de 2013.

_____. **O capital social dos territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Seminário Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. 23 a 25/nov, Fortaleza, CE, 1998b. 18 p.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Local.** In _____. Ci. Inf. Brasília, v. 33, n. 3, set./dez., Brasília, DF, 2004. p.9-16.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G.F. Dias. **Análise Qualitativa de Dados de Entrevista:** uma proposta. In _____ Paidéia, FFCLRP – USP, 2, Fev./Jul., Ribeirão Preto, SP, 1992. p. 61-69.

ANDRADE, Francisco Gomes de. **O Capital Social como Ativo das Conquistas Econômicas, Políticas e Sociais:** uma análise comparativa entre duas comunidades camponesas na Amazônia. In _____ Revista Raízes, vol.25, n.^{os}1 e 2, jan./dez, Campina Grande, PB, 2006.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Texto, Contexto e Significados:** Algumas questões na análise de dados qualitativos, in _____. Cadernos de Pesquisa, 45, maio de 1983. São Paulo. p. 66-71.

ARAÚJO, Alexandre Oliveira Bezerra de, *et al.* **Análise e Prognóstico de Risco a Desastres na Comunidade do Mutirão – Campina Grande – PB.** In _____ Centro Científico Conhecer, Enciclopédia Biosfera N.06, Goiânia, GO, 2008.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Valores da Economia Solidária.** In _____ Sociologias, ano 11, N. 21, jan-jun, Porto Alegre, RS, 2009. p. 282- 317.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições 70, Persona, São Paulo, 1977.

BOURDIEU, P. **O capital social** – notas provisórias. Escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.65-69.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL, CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do Município de Campina Grande, estado da Paraíba.** Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife, CPRM/PRODEEM, 2005. 11p. + anexos.

_____. IADH/SENAES/MTE – **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Empreendimentos Solidários – PRONINC**, Recife, PE, 2011.

_____. MEC/CIDADES. **Programa de Apoio a Extensão Universitária MEC/CIDADES: Experiências de Capacitação em Saneamento Ambiental.** Org.: Egláisa Micheline Pontes Cunha, Iguatemy Maria de Lucena Martnis, Brasília, 2007, 239 p.

_____. MTE/SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** Brasília, DF, 2006. Disponível em <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_anadubeux.pdf>, acesso em: 01 de maio de 2013.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais.** Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>>, acesso em: 22 de janeiro de 2014.

CAVALCANTE, Pedro. **Descentralização de Políticas Públicas sob a Ótica Neoinstitucional: uma revisão de literatura.** In: _____. Revista de Administração Pública – RAP, 45(6), p 1781 – 1804, NOV/DEZ, Rio de Janeiro, 2011.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e políticos.** IV Congresso Europeu CEISAL de Americanistas, 4 a 7 de julho, Bratislava, Republica Eslovaca, 2004.

CULTI, Maria Nezilda, KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil.** Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários, São Paulo, SP: Todos os Bichos, 2010. 120 pp.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial.** In: _____. Revista RA'EGA, n. 4, Editora da UFPR, Curitiba, 2000, p. 49-60.

DAGNINO, Renato. **A Tecnologia Social e seus Desafios.** In: _____. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento, Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004. p. 187-210.

DELLA VECHIA, Renato, *et.al.* **A Rede de ITCPs: Passado, Presente e Alguns desafios para o Futuro.** In: _____. Revista Diálogo, nº 18, jan-jun, Canoas - RS, 2011. p.115-144.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo.** In: _____. Cadernos de Pesquisa, n. 115, março, 2002. p. 139-154.

DUBEUX, Ana. **O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil.** In: _____. Revista Trimestral da FASE, ano 31, Proposta n.111, jan./mar 2007. p. 4-15.

DURSTON, John. **Construyendo Capital Social Comunitário.** In: _____. Revista de La CEPAL, 69, dezembro de 1999. p 103 -118.

FARID, Eid. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** In: _____. Anais do XI FIEALC - – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003.

FEITOSA, D.R.S. *et al.* **Perfil Socioeconômico e Cultural de Mulheres dos Assentamentos Rurais de Sossêgo.** Disponível em <<http://www.iuees/ufcg.edu.br>>, acesso em: 30 de dezembro de 2012.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Ana Lúcia Suarez. **Caminhos das Tecnologias Sociais: Reflexões Iniciais.** In: _____ Tecnologias Sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável, Fundação Irmão José Otão, Porto Alegre, 2010. p. 09-16.

FORPROEX. **I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:** Documento Final, Brasília, DF, 1987.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social e Desenvolvimento.** O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. In: _____ Seminário Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste, 1 e 2 de agosto, Maceió, AL, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre Economia Solidária.** In: _____. Revista Sociedade e Estado, Vol. 27, N. 2, maio/agosto, Brasília, DF, 2012. p. 313-335.

_____. **A Economia Solidária e o Valor das Relações Sociais Vinculantes.** Revista Katalysis, V. 11, N. 1, p. 11-19, jan-jun, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/02.pdf>>, acesso em: 14 de abril de 2013.

GAVIRAGHI, Fábio Jardel. **Empreendimentos de Economia Solidária: caminhos da (in) viabilidade?** – Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. **A Economia Solidária na Cidade Capitalista: conflitos e contradições da reprodução do capital no espaço urbano,** Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. In: _____ Actas del X Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona - Espanha, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <[http://www.ub.es/geocrit /-xcol/181.htm](http://www.ub.es/geocrit/-xcol/181.htm)>, acesso em: 01 de abril de 2013.p 1-12.

GOMES, Ana Paula Wendling; BUENO, Newton Paula. **Capital Social e Dilemas de Ação Coletiva**. Estudo de caso em um pequeno assentamento rural de Minas Gerais. In: _____ **Ruris**, Vol. 2, Nº. 2, SET, Campinas, SP, 2008.

INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA UFCG - UEES/UFCG. **Programa Institucional**: Incubação e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários na IUEES/UFCG, Campina Grande, PB, 2012.

_____. **Projeto PROBEX**: Fortalecimento e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários como Alternativa para o Desemprego e Exclusão Social na Paraíba. Campina Grande, PB, 2011a.

_____. **Projeto Individual**: Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local. Campina Grande, PB, 2011b.

_____. **Projeto Individual**: Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confeção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade. Campina Grande, PB, 2011c.

_____. **Programa de Extensão**: Integração das Práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos na Paraíba. Campina Grande, PB, 2011d.

_____. **Relatório Final**. Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local. Campina Grande, PB, 2011e.

_____. **Relatório Final**. Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossêgo PB na Perspectiva de um Desenvolvimento Local. Campina Grande, PB, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Desenvolvimento Local**. In: _____ *Aprendiendo de la Innovación*, Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas, 2005. Disponível em: <http://api.ning.com/files/WnphfXt0YGuhhBtYm03unhMwhiqibjQTtVBWKJ06-so-5HcfGip9E1AxBWRZPWueoQmzDmsiGEUjjHvswIKctVjR*bLjV3E7/8_Desenvolvimento_Local_IBAM.pdf>, Acesso em: 15 de julho de 2013.

JARA, Carlos. **Capital**: Construindo redes de confiança e solidariedade. In: _____ *Anais do II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica: A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável*, São Luis, Maranhão, Dezembro de 1998. p. 34-68. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/index.php?faces.view=/newpages/publicacaoViewAll.xhtml>>, acesso em: 18 de agosto de 2013.

KEIL, Ivete Menetzeder; MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os Pioneiros de Rochdale e as distorções do Cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo. RS, 1982. p.1-15. Disponível em <http://www.cootrade.com.br/textos_artigos/artigo_pioneiros_rochdale.pdf>, acesso em: 13 de junho de 2013.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária, a Perspectiva Européia**. In: _____ *Sociedade e Estado*, vol.16, n. 1-2, June/Dec, Brasília, DF, 2001.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: _____. Dicionário Internacional da Outra Economia, São Paulo, SP: Edições Almedina, 2009. p. 162-168.

LIMA, Márcia Tait; DAGNINO, Renato Peixoto. **Economia Solidária e Tecnologia Social: Utopias Concretas e Convergentes**. In: _____. Outra Economia, vol. 7, n. 12, enero-junio 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/outraeconomia/article/view/outra.2013.712.01/1556>>, acesso em 26 de dezembro de 2013.

MANCE, Euclides André. **A Colaboração Solidária como uma Alternativa à Globalização Atual**. In: _____. Revista Missioneira, n.16, jun 1999, p. 55-91. Santo Ângelo - RS, junho de 1999. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/alternativa2.htm>>, acesso em: 16 de junho de 2013.

_____. **Redes de Colaboração Solidária**. Instituto de Filosofia da Libertação – IFIL, Curitiba, PR, Nov/2012.

_____. **A Revolução das Redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ARRUDA, Dyego de Oliveira. **Território, Territorialidade e Desenvolvimento Local**: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá – MS, 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010, p. 1-18. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf>>, acesso em: 30 de março de 2014.

MARTELETO, Regina Maria, SILVA, Antônio Braz de Oliveira e. **Redes e capital social**: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ci. Inf. v. 33, n. 3, set./dez. Brasília, DF, 2004. p.41-49.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. In: _____. RCO - Revista de Contabilidade e Organizações, FEARP/USP, v.2, n.2, jan./abr/2008, p. 08-18.

MARTINS, Heloisa Helena T, de Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. In: _____. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, maio/agosto de 2004. p. 289-300.

MEDEIROS, Amanda Cristina, *et. al.* **A Incubação como Fomento ao Desenvolvimento Local**: A experiência junto ao CDCT – Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas, in _____. Revista NAU Social - V.3, N.4, Maio/Out 2012, p. 123-129. Disponível em < <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/198/179>>, acesso em 7 de abril de 2014.

MELO, José Carlos Antunes de. **Impactos Sociais e Econômicos da Criação de Assentamentos Rurais no Município de Sossêgo – PB**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (mestrado) da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, 2012.

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva**. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 374p.

MORAIS, Crislene Rodrigues da Silva *et al.* **Relato de experiência acerca da implantação da incubadora e da metodologia de incubação de empreendimentos autogestionários na IUEES/UFMG, BRASIL**. Campina Grande, PB, 2010.

MORAIS, Edson Elias de, *et al.* **Propriedades Coletivas, Cooperativismo e Economia Solidária no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n.106, jan/mar, São Paulo.SP, 2011.p. 67-88.

NEIVA, Augusto Câmara *et al.* **Banco Palmas**: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: _____. Núcleo DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – NESOL-USP E INSTITUTO PALMAS (ORGS.) – Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando, vol. 1, São Paulo, SP: A9 Editora, 2013. p. 105 -178.

NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – NESOL/USP; INSTITUTO PALMAS (orgs.). **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo, SP: A9 editora, 2013.

PECQUER. Bernard. **O Desenvolvimento Territorial**: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. In: _____. Raízes, Vol. 24, n.ºs 01 e 02, jan./dez, Campina Grande, PB, 2005. p. 10–22.

POCHMANN, Marcio. **Economia Solidária no Brasil**: possibilidades e limites. In: Mercado de Trabalho N. 24, São Paulo, SP: IPEA, Agosto de 2004. p. 23-34.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260p.

_____. **Capital Social e Democracia**. Braudel Papers, Nº. 10, p. 03-14, publicado em 1995. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/10.php>, acesso em: 13 de outubro de 2012.

RÜCKERT, Aldomar A. **Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades**. GEOUSP: Espaço e Tempo, n.17, São Paulo, SP, 2005. p.79-94.

SANTOS, T.S.S *et al.* **Avaliação de Perfil Socioeconômico e Capacitação de Mulheres nos Assentamentos Rurais de São Luís e Santo Antônio, do Município de Sossêgo – PB, na Perspectiva da Economia Solidária**. Campina Grande, PB: IUEES/UFMG, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas**. I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. 16 a 19 de nov., Organizado pelo IICA-Brasil e MDA, Fortaleza, CE, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2012.

SILVA, Guilherme Nunes. **Economia Solidária e a Reprodução Social: Princípios da economia solidária.** V Encontro Internacional de Economia Solidária, NESOL – Núcleo de Economia Solidária – USP, 27 a 29 de julho, São Paulo, 2007.

SILVA, Joseli Maria. **Cultura e Territorialidades Urbanas – Uma Abordagem da Pequena Cidade.** Revista de História Regional, 5(2):9-37, Ponta Grossa, PR, 2000.

SILVA JR, J.T. (Coord.). **Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 Anos.** Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, CE, Fevereiro de 2008.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. **Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Resíduos Sólidos: O caso da Associação de Catadores Érick Soares do município de Abreu e Lima/PE.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Recife, 2006. 183p.

SILVEIRA, Caio. **Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social.** In: _____. Revista Trimestral de Debate da FASE, Proposta 112, ABR/JUN, p. 51-58, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia Solidária Versus Economia Capitalista.** Sociedade e Estado, vol.16, n.1-2, Jun/Dez, Brasília, DF, 2001. p.100 -112.

_____. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: _____. SINGER, Paul, SOUZA, André R. (orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, SP: Contexto, 2000. p. 11-28

_____. **Economia Solidária Pode Ser Saída Para a Crise.** Entrevista com Paul Singer, In: _____. Agência Brasil, publicada em 23 de abril de 2009.
Disponível em: < <http://www.fpabramo.org.br>> Acesso em: 21 de março de 2013.

_____. **Economia solidária.** Entrevista com Paul Singer in ____ Estudos Avançados, vol.22, N. 62, Jan/abr, São Paulo, SP, 2008.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext>, acesso em: 14 de abril de 2013.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais.** In: _____. Desenvolvimento em Questão, ano 1, n. 2, jul/dez, Editora Unijuí, 2003. p. 177-201.

TEIXEIRA, Rivanda Meira *et al.* **Empreendimento Social e Economia Solidária: o caso da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE).** In: _____. RPCA, v. 4, n.2, mai/ago, Rio de Janeiro, 2010, p. 36-47.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Agentes, Redes e Territorialidades Urbanas.** In: _____. Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 5, jul./dez, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

VASCONCELOS, Teodulo Augusto Campelo de. **A Economia Solidária na Construção Social do Desenvolvimento Territorial**. In: _____. ORTEGA, Antônio César, ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Orgs.) Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária, Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Séc. XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

_____. Neodesenvolvimentismo. **Quinze anos de gestão**. In: _____. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, jul./set, São Paulo, SP, 2006. p. 83-94.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Contribuição à Crítica da ‘Economia Solidária’**, Revista Katalysis, v. 11, n. 1, jan-jun. Florianópolis, SC, 2008. p.105-115.

Site: www.bancopalmas.org.br

Site: www.fbes.org.br

Site: www.iuees.ufcg.edu.br

Site: www.portal.mte.gov.br

Site: www.pr5.ufrj.br

Site: www.redeitcps.blogspot.com.br

Site: www.renex.org.br

Site: www.rts.org.br

Site: www.senado.gov.br

Site: www.unitrabalho.org.br

Site: www.wikimapia.org

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA MUTIRÃO I

Projeto: Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confeção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade

PARTE 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

Data da Entrevista: _____

Entrevistada: _____

1. Idade _____ 2. Estado Civil _____ 3. Escolaridade _____

4. Tem filhos? Quantos? _____ Moram com você? _____

PARTE 2. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

5. Qual a principal atividade que você desenvolve?

6. Desenvolve outra(s) atividade(s) além dessa? Qual(is)?

7. Você mora com quem? _____

8. Qual a principal fonte de renda da família? _____

9. Além dessa fonte, a família conta com outro(s) tipo(s) de renda?

() Não () Sim. Qual(is)? _____

PARTE 3. RELAÇÃO COM A LOCALIDADE ONDE MORA

10. Há quanto tempo você vive no Mutirão?

11. Você gosta de viver nesse bairro?

() Sim () Não

Por quê?

12. Você já morou em outra localidade antes? Onde você morava?

13. Você acha que sua vida mudou depois que veio para o Mutirão? Por quê?(observar pontos positivos e negativos).

14. O que você gostaria que mudasse no bairro?

15. Que benefício essa(s) mudança(s) traria(m) para você?

16. Você já fez alguma reivindicação junto aos órgãos competentes para conseguir essa(s) mudança(s)? De que forma?

17. Você se sente responsável pelos recursos naturais disponíveis no seu bairro (água, solo, vegetação)?

Sim. O que faz para protegê-los? (em casa, na comunidade e no trabalho)

Não. Por quê? _____

PARTE 4. RELAÇÕES SOCIAIS

18. Qual a importância da família para você?

19. Qual o seu principal papel no grupo familiar?

20. Como você classifica a sua convivência com os moradores do bairro?

() Ruim () Normal () Boa

Por quê?

21. Você gostaria de desenvolver alguma atividade em parceria com outros moradores do bairro?

Sim. Que tipo de atividade?

Não. Por quê?

22. Você participa de atividades sociais (missas, festas, reuniões, novenas e outros eventos) na comunidade?

() Sim () Às vezes () Não . Por quê? _____

23. Quem promove essas atividades (moradores, associações, igrejas, outros grupos)?

24. Você já se envolveu com a organização de eventos na comunidade (festas, missas, procissões, reuniões, e outros eventos)? Qual a sua contribuição?

25. Você participa da associação de moradores do bairro?

() Sim . De que forma?

() Não.

26. Alguém da sua família participa da associação de moradores do bairro?

() Sim. Quem? _____ De que forma? _____

() Não.

PARTE 5. RELAÇÃO COM A INCUBADORA

27. Como você ficou conhecendo o projeto da Incubadora da UFCG?

28. Como foi o seu primeiro contato com a Incubadora?

29. O que fez você se interessar pelo projeto da Incubadora (IUEES)?

30. Há quanto tempo você participa do projeto da Incubadora?

31. Acha que esse projeto trouxe mudanças para sua vida?

() Sim / Que tipo de mudanças?

() Não / Por que?

32. Como é o seu relacionamento com a equipe da Incubadora?

33. Você gosta desse convívio?

34. Como é o seu relacionamento com as companheiras de trabalho?

35. Você diria que aprendeu alguma coisa através do trabalho desenvolvido junto à Incubadora?

() Sim. O que? (questionar sobre conhecimentos relacionados à autonomia, economia, política, convívio social)

() Não. Por quê?

36. Você participou de alguma das atividades promovidas pela Incubadora? (cursos, palestras, reuniões, viagens, feiras, exposições)?

Sim. O que achou da experiência?

Não. Por quê?

37. Qual a noção que você tem da Incubadora e da proposta que ela apresenta (empreendimentos econômicos solidários)?

APÊNDICE B – ENTREVISTA MUTIRÃO II

Projeto: Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confeção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade

MUTIRÃO ENTREVISTA II**PARTE 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA**

Data da Entrevista: _____

Entrevistada: _____

PARTE 2. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

1. Além de você, quem mais trabalha na sua casa?

2. Dispõe de alguma outra fonte de renda (Bolsa Família, aposentadoria, pensão)?

3. No total, qual é o valor aproximado da renda familiar?

PARTE 3. RELAÇÃO COM A LOCALIDADE ONDE MORA

4. Como era o Mutirão, quando você veio morar aqui?

5. Muita coisa mudou?

6. Qual a principal mudança?

7. Essa mudança foi positiva ou negativa para você? Por quê?

8. O que fez você vir morar no Mutirão? Quem tomou a decisão?

PARTE 4. EXPECTATIVAS COM RELAÇÃO AO PROJETO

9. Quando você se inscreveu para participar do projeto, qual era sua perspectiva, o que esperava dele?

10. Acha que essas expectativas foram confirmadas? _____

O que se concretizou? _____

O que não se concretizou? _____

- _____

O que você espera que se concretize, ainda? _____

11. Para que isso se concretize, o que seria necessário? _____

12. Em sua opinião, qual a maior dificuldade que vocês enfrentam? (convivência, produção, comércio)

13. Como essa situação poderia ser resolvida, na sua opinião? _____

PARTE 5. PRODUÇÃO

14. Quais são as etapas de produção das peças confeccionadas na Incubadora?

15. Como são divididas as tarefas?

16. Alguma (s) etapa (s) da produção é desenvolvida por técnicos da Incubadora ou outros profissionais? Quais são essas etapas?

17. Você é responsável por qual (is) atividade (s)?

18. Você gosta de executar essa (s) atividade (s)?

() Sim Não ()

Por quê? _____

Em caso negativo, você já sugeriu mudanças? Quais?

19. A Associação - CAVI foi formalmente criada. Você participou do processo de criação?

() Sim . Como? _____

() Não. Por quê? _____

20. Que mudanças você acha que ela pode trazer?

APÊNDICE C – ENTREVISTA ASSENTAMENTOS

Projeto: Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossego - PB

PARTE 1. IDENTIFICAÇÃO DA(O) ENTREVISTADA(O)

Data da Entrevista: _____

Entrevistada: _____

Assentamento: _____

1. Idade _____ 2. Estado Civil _____ 3. Escolaridade _____

4. Tem filhos? Quantos? _____

PARTE 2. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

5. Qual a principal atividade que você desenvolve?

6. Desenvolve outra(s) atividade(s) além dessa? Qual(is)?

7. Você mora com quem? _____

8. Qual a principal fonte de renda da família? _____

Qual o valor aproximado? () até R\$ 750 () Entre R\$ 751 e R\$ 1.500

() Entre R\$ 1.501 e R\$ 2.500 () Mais de R\$ 2.500

9. Além dessa fonte, a família conta com outro(s) tipo(s) de renda? (aposentadoria, Bolsa Família, etc.)

() Não () Sim. Qual(is)? _____

PARTE 3. RELAÇÃO COM A LOCALIDADE ONDE MORA

10. Há quanto tempo você vive no assentamento?

11. Você gosta de viver no assentamento?

() Sim () Não

Por quê?

12. Você participou de alguma mobilização e/ou reuniões com relação à divisão das terras do assentamento em que vive?

13. Durante o processo de assentamento, a comunidade participou das decisões tomadas junto ao INCRA?

Sim. De que forma?

Você participou? Como?

Não. Como as decisões foram recebidas pela comunidade?

14. Antes de morar no assentamento, onde você morava?

15. O que mudou na sua vida, depois que veio pro assentamento?(observar pontos positivos e negativos).

16. O que você gostaria que mudasse no assentamento?

17. Que benefício essa(s) mudança(s) traria(m) para você?

18. Você já fez alguma reivindicação junto aos órgãos competentes para conseguir essa(s) mudança(s)? De que forma?

19. Você se sente responsável pelos recursos naturais disponíveis no seu assentamento (água, solo, vegetação)?

Sim. O que faz para protegê-los? _____

Não. Por quê? _____

PARTE 4. RELAÇÕES SOCIAIS

20. Qual a importância da família para você?

21. Qual o seu principal papel no grupo familiar?

22. Como você classifica a sua convivência com os moradores do assentamento?

() Ruim () Normal () Boa

Por quê?

23. Você gostaria de desenvolver alguma atividade em parceria com outros moradores do assentamento?

Sim. Que tipo de atividade?

Não. Por quê?

24. Em caso de necessidade, você confiaria em alguém do assentamento para:

Pedir dinheiro emprestado Sim Não

Deixar seu filho ou sua casa Sim Não

25. Você participa de atividades sociais (missas, festas, reuniões, novenas e outras atividades) na comunidade?

Sim Às vezes Não. Por quê? _____

26. Quem promove essas atividades (moradores, associações, igrejas, outros grupos)?

27. Você já se envolveu com a organização de eventos na comunidade (festas, missas, procissões, reuniões etc.)? Qual a sua contribuição?

28. Você participa da associação de moradores do assentamento?

Sim . De que forma?

Não.

29. Alguém da sua família participa da associação de moradores do assentamento?

Sim. Quem? _____ De que forma? _____

Não.

PARTE 5. RELAÇÃO COM A INCUBADORA

30. Como você ficou conhecendo o projeto da Incubadora da UFCG?

31. O que fez você se interessar pelo projeto da Incubadora (IUEES)?

32. Qual foi o seu primeiro contato com a equipe da Incubadora (visita em sua casa, reunião, curso, etc.)?

33. Você participou do projeto da Incubadora durante quanto tempo?

34. Acha que a continuação desse projeto pode trazer mudanças para sua vida?

() Sim / Que tipo de mudanças?

() Não / Por que?

35. Como era o seu relacionamento com a equipe da Incubadora?

36. Você gostou desse convívio?

37. Você diria que aprendeu alguma coisa com o trabalho desenvolvido junto à Incubadora (conhecimentos relacionados à autonomia, economia, política, convívio social)?

() Sim. O que?

() Não. Por quê?

38. Você participou de alguma das atividades promovidas pela Incubadora? (cursos, palestras, reuniões, viagens)?

Sim. O que achou da experiência?

Não. Por quê?

39. Qual a noção que você tem da Incubadora?

40. E da proposta que ela apresenta (empreendimentos econômicos solidários)?

APÊNCICE D – ENTREVISTA EQUIPE TÉCNICA

Projeto: Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na Confeção de Produtos Artesanais: Inclusão Social e Sustentabilidade

Projeto: Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossego - PB

PARTE 1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Data da Entrevista: _____

Entrevistada: _____

QUESTÕES:

1. Há quanto tempo você participa (ou) do Projeto?

2. Qual é (era) o seu vínculo com a Incubadora?

3. Qual a sua atuação no projeto?

4. Qual a maior dificuldade encontrada durante o tempo em que você atua(ou) no projeto?

5. Como você lida(va) com essa dificuldade?

6. Qual o ponto mais favorável, aquele que evoluí(a) mais facilmente?

7. Como você avalia a participação das mulheres no projeto?

8. Você diria que aprendeu algo com essa experiência?

() Sim. O quê?

() Não. Por quê?

APÊNDICE E – ENTREVISTA COORDENAÇÃO**ENTREVISTA COORDENAÇÃO****Identificação**

Data da Entrevista: _____

Nome da entrevistada: _____

Sobre a Incubadora:

1. Como foi o processo de criação da Incubadora?

2. A Incubadora já foi regulamentada, institucionalizada?

3. Quais são os maiores desafios enfrentados pela Incubadora?

4. Quais os maiores parceiros?

5. Como é o relacionamento da IUEES?UFCG com outras Incubadoras?

6. Os grupos atendidos participam dessa interação? De que forma?

Sobre o projeto Mutirão

7. Há quanto tempo está sendo desenvolvido o trabalho no Mutirão?

8. Quais são as expectativas para aquela comunidade com relação ao projeto?

9. Você acha que as mulheres envolvidas no projeto estão contribuindo para que essas expectativas sejam alcançadas?

10. Qual é a maior dificuldade enfrentada com relação ao projeto do Mutirão?

11. E o ponto mais favorável, o ponto mais estimulante?

Sobre o projeto nos Assentamentos

12. Durante quanto tempo o projeto ficou em execução nos Assentamentos?

13. Quais os principais motivos que levaram à suspensão do projeto?

14. Como foi a participação das mulheres envolvidas durante a execução do projeto?

15. Qual a maior dificuldade enfrentada com relação à execução desse projeto?

16. Qual o ponto mais estimulante?

17. Que lição você diria que essa experiência com a Incubadora e esses projetos, em especial, trouxeram para a sua vida profissional e pessoal?

APÊNDICE F – FOTOS
ASSENTAMENTOS, SOSSÊGO - PB



Imagem 1: A autora, no Assentamento Padre Assis
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 2: A autora, e a “guia local” –
Assentamento Padre Assis
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 3: Entrevista no Assentamento Padre Assis
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 4: Igreja no Assentamento Santo Antônio
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 5: A autora com a “guia local”,
Assentamento Santo Antônio
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 6: Placa de obra pública, Assentamento
Santo Antônio
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 7: Vista parcial do Assentamento
Santo Antônio
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 8: Vista parcial do Assentamento São Luís
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 9: Assentamento Sombrio: brinde com café.
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 10: Saindo do Município de Sossego PB:
missão cumprida!
Fonte: acervo particular da autora

MUTIRÃO – CAMPINA GRANDE - PB

Imagens da Unidade de Beneficiamento de Materiais vítreos, no Mutirão, onde é desenvolvido o projeto com as catadoras.



Imagem 11: “Galpão”, onde se desenvolvem as atividades de capacitação e produção
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 12: Sala de Triagem e beneficiamento
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 13: sala de reciclagem
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 14: sala de capacitação
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 15 : recipientes para coleta seletiva

Fonte: acervo particular da autora

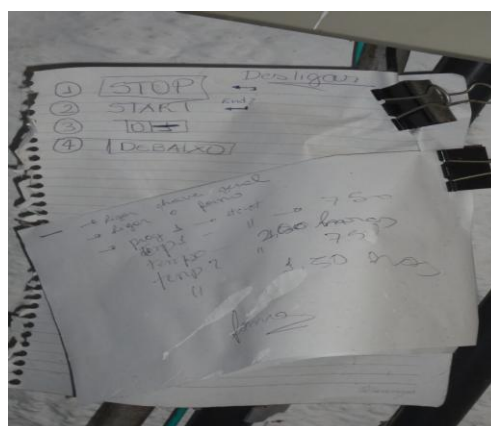


Imagem 16: instruções para o uso do forno

Fonte: acervo particular da autora



Imagem 17: Visita para sondagem no Mutirão.
Produção de pastas de papelão
com acompanhamento da equipe técnica IUEES/UFCG
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 18: Entrevista no Mutirão
Fonte: acervo particular da autora



Imagem 19: participação da CAVI em evento sobre
Economia Solidária, realizado em 2013, na UFCG

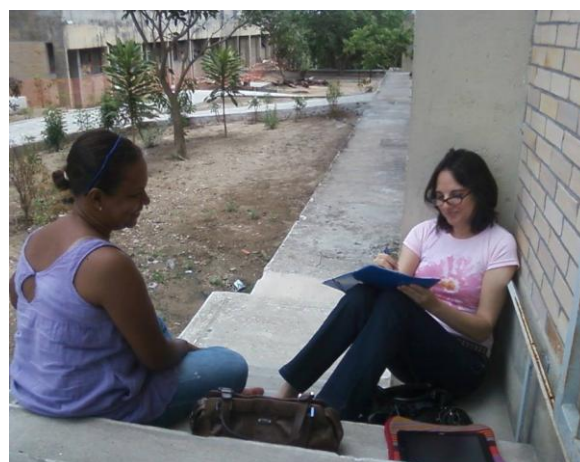


Imagem 20: Entrevista na UFCG

Fonte: acervo particular da autora